



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TERRITÓRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE: EM BUSCA DA
ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

RODRIGO ROCHA PEREIRA LIMA

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
DEZEMBRO DE 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**TERRITÓRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE: EM BUSCA DA
ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

RODRIGO ROCHA PEREIRA LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS.
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732t Lima, Rodrigo Rocha Pereira
Território e arranjos produtivos locais em Sergipe : em busca da endogeneização do desenvolvimento / Rodrigo Rocha Pereira Lima. – São Cristóvão, 2008.
175f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) - Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

1. Economia - Sergipe. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. Planejamento regional. 5. Indústrias. 6. Turismo. 7. Agroindústria. I. Título.

CDU 330.34(813.7)

**TERRITÓRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE: EM BUSCA DA
ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

Dissertação de Mestrado defendida por **Rodrigo Rocha Pereira Lima** e aprovada em 22 de dezembro de 2008 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
UFS

Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade
UFS

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Alves França
UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, que mais que um professor, é um verdadeiro mestre e amigo, sempre me ajudando a escolher o melhor caminho, diante de tantos que surgiram durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores que compuseram minha banca, Dr. José Roberto de Lima Andrade e Dr^a. Vera Lúcia Alves França, que ajudaram a validar este trabalho.

Agradeço a todos os colegas e professores do mestrado, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal, em especial ao grande amigo Wagner, companheiro dos bons e maus momentos, durante o decorrer do mestrado.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram e que não mediram esforços para poder facilitar todos os meus passos, desde o momento em que resolvi mudar minha vida toda para Sergipe.

A toda minha família, que sempre me apoiou da forma que pôde, e que devido minha ausência constante, sempre me acolhe com muito carinho, quando consigo visitá-los. Em especial ao meu irmão, que tanto me visitou, já que não conseguia ir muito à minha saudosa Arapiraca e à minha mais que prima, uma verdadeira irmã, Lea, que sempre foi um grande exemplo para mim.

A todos os meus amigos, em especial aos amigos conquistados na SEDETEC e no Sistema Indústria, que estiveram ao meu lado, tornando o trabalho menos pesado.

À minha amada esposa, que teve paciência para me suportar nos meus momentos difíceis, sempre com muito amor e muito carinho, adoçando minha vida e me incentivando a nunca desistir dos meus sonhos.

Por fim agradeço a Deus pela presença constante nas minhas escolhas e a todos não citados, mas que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

"É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ..."

Martin Luther King

RESUMO

O presente trabalho tem como foco principal, investigar o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe, através da análise das diversas teorias e modelos de desenvolvimento existentes, bem como através do levantamento e análise de uma gama de dados sobre a evolução recente da economia sergipana. Os modelos e teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de aglomeração, são objetos de estudos voltados ao planejamento econômico. No período mais recente, os esforços desses estudos se concentram em tentar identificar os fatores que levam determinadas localidades a apresentarem indicadores econômicos e sociais mais elevados (sejam eles absolutos ou em termos de taxas de crescimento ao longo do tempo). Em geral, os estudos indicam que uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser, necessariamente, individualizada, isto é, voltada para uma localidade específica, não havendo uma estratégia única aplicável a todos os locais. O Governo do Estado de Sergipe, alinhado às políticas de desenvolvimento que vêm sendo praticadas no plano nacional, tem dado ênfase em políticas que apóiem às aglomerações de empreendimentos. Uma política estratégica, de desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável, que vem unir-se a essa necessidade é o modelo de Arranjo Produtivo Local (APL). A partir da união de esforços em prol da identificação e correção de possíveis distorções existentes nas políticas públicas pró-desenvolvimento, guiando-se no modelo endógeno, especificamente no apoio aos APLs, pode-se obter um ganho de competitividade significativo, gerando um desenvolvimento do estado de Sergipe, crescente e sustentável ao longo do tempo.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Econômico. Territórios de Desenvolvimento. Arranjo Produtivo Local (APL).

ABSTRACT

This study has as its main focus, to investigate the economic development of the state of Sergipe, through the analysis of the various theories and models of development, and also through the survey and analysis of a range of data on the recent developments of Sergipe's economy. The models and theories of regional development, with emphasis on the factors of agglomeration, are objects of study, aimed at the economic planning. In the most recent period, the efforts of these studies focused on trying to identify the factors that lead some localities to have higher social and economic indicators (whether absolute or in terms of growth rates over time). In general, the studies indicate that a strategy aimed at the promotion of economic and social development of subnational spaces have, necessarily, to be individualized, what means, toward a specific location, because there is not a single strategy applicable to all spaces. The Government of the State of Sergipe, aligned to the policies of development that are being practiced in national level, has given emphasis to the policies that support enterprise agglomerations. A strategic policy, of economic and social development in a sustainable way, which is uniting to this need, is the model of Local Productive Arrangement (APL). The union of efforts added to the advance in the identification and correction of possible distortions in the existing pro-development public policies, leading to the endogenous model, specifically in the support of APLS, can obtain a significant gain in competitiveness, creating a progressively and sustainable development of the state of Sergipe over time.

Key Words: Economic Development. Development of Territories. Local Productive Arrangement (APL).

SUMÁRIO

NOMENCLATURA.....	XI
LISTA DE TABELAS.....	XII
LISTA DE FIGURAS	XV
LISTA DE GRÁFICOS.....	XVI
LISTA DE QUADROS	XVII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES NOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO.....	5
1.1 A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO.....	5
1.2 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RUMO A UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO.....	11
1.3 TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	16
1.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO.....	19
1.5 DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	25
CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ECONOMIA SERGIPANA E TERRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO SERGIPANOS.....	29
2.1 INFRA-ESTRUTURA.....	29
2.2- PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS SERGIPANAS.....	31
2.2.1- <i>Complexo Minerio-Químico</i>	31
2.2.2- <i>Turismo</i>	35
2.2.3- <i>Agronegócios</i>	36
2.2.4- <i>Atividades Tradicionais</i>	37
2.2.5- <i>Atividades Emergentes</i>	38
2.3 A ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DOS TERRITÓRIOS SERGIPANOS.....	40
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS SERGIPANOS.....	58
3.1 O TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU.....	58
3.2 O TERRITÓRIO DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO.....	65
3.3 O TERRITÓRIO DO LESTE SERGIPANO.....	72
3.4 O TERRITÓRIO DO SUL SERGIPANO.....	78
3.5 O TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	85
3.6 O TERRITÓRIO DO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO.....	92
3.7 O TERRITÓRIO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO.....	98
3.8 O TERRITÓRIO DO CENTRO-SUL SERGIPANO.....	105
CAPÍTULO 4 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	114
4.1- POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AOS APLs.....	115
4.2- OS PRINCIPAIS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE.....	118
4.2.1 <i>Plano de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura</i>	120
4.2.2 <i>Plano de Desenvolvimento da Apicultura</i>	125
4.2.3 <i>Plano de Desenvolvimento da Cerâmica Vermelha</i>	129
4.2.4 <i>Plano de Desenvolvimento de Confecções e Artesanato de Bordado</i>	134
4.2.5 <i>Plano de Desenvolvimento da Pecuária de Leite</i>	139
4.4- LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
APÊNDICE A.....	156
APÊNDICE B.....	158

NOMENCLATURA

ACESE	-	Associação Comercial e Empresarial de Sergipe
ADEMA	-	Administração Estadual o Meio Ambiente
BANESE	-	Banco do Estado de Sergipe S/A.
BB	-	Banco do Brasil S/A.
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil S/A.
CEFET	-	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CODEVASF	-	Cia. de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
CODISE	-	Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe.
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	-	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.
FAPITEC	-	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tec. do Estado de SE.
IEL	-	Instituto Euvaldo Lodi
ITPS	-	Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe
MCS	-	Movimento Competitivo Sergipe
PRONESE	-	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
SEAGRI	-	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDETEC	-	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia.
SEIDES	-	Secretaria da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SEPLAN	-	Secretaria de Estado do Planejamento.
SERGIPETEC	-	Sergipe Parque Tecnológico.
SETRAPIS	-	Secretaria de Trabalho, Juventude e Promoção da Igualdade Social.
UFS	-	Universidade Federal de Sergipe.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preço de mercado, segundo os Territórios Sergipanos 2005 (em R\$).....	51
Tabela 2 - Produto Interno Bruto per capita a preço de mercado, segundo os Territórios Sergipanos 2005	53
Tabela 3 - Sergipe: Produto Interno Bruto Agropecuário, segundo os Territórios Sergipanos – 2005	54
Tabela 4 - Sergipe: Produto Interno Bruto Industrial, segundo os Territórios Sergipanos - 2005	55
Tabela 5 - Sergipe: Produto Interno de Serviços, segundo os Territórios Sergipanos - 2005	56
Tabela 6 - Sergipe: Produto Interno da Administração Pública, segundo os Territórios Sergipanos - 2005	57
Tabela 7 – Utilização das Terras do Grande Aracaju (em hectares) – 1996/2006	60
Tabela 8 – Principais culturas do Território Grande Aracaju segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	61
Tabela 9 – Principais culturas do Território Grande Aracaju segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	61
Tabela 10 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território Grande Aracaju – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	63
Tabela 11 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território Grande Aracaju segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	64
Tabela 12 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território Grande Aracaju segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	65
Tabela 13 – Utilização das Terras do Baixo São Francisco Sergipano (em hectares) – 1996	67
Tabela 14 – Principais culturas do Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	68
Tabela 15 – Principais culturas do Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	69
Tabela 16 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Baixo São Francisco Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	70
Tabela 17 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	71
Tabela 18 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	72
Tabela 19 – Utilização das Terras do Leste Sergipano (em hectares) – 1996/2006	74
Tabela 20 – Principais culturas do Território do Leste Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	75
Tabela 21 – Principais culturas do Território do Leste Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	75
Tabela 22 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Leste Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006.....	76

Tabela 23 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Leste Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	77
Tabela 24 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Leste Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	78
Tabela 25 – Utilização das Terras do Sul Sergipano (em hectares) – 1996/2006	80
Tabela 26 – Principais culturas do Território do Sul Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006	81
Tabela 27 – Principais culturas do Território do Agreste Central segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	82
Tabela 28 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Sul Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006	83
Tabela 29 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	84
Tabela 30 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	85
Tabela 31 – Utilização das Terras do Alto Sertão Sergipano (em hectares) – 1996	87
Tabela 32 – Principais culturas do Território do Alto Sertão Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006	88
Tabela 33 – Principais culturas do Território do Alto Sertão Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	89
Tabela 34 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Alto Sertão Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006	90
Tabela 35 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Alto Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	91
Tabela 36 - Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Alto Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	92
Tabela 37 – Utilização das Terras do Médio Sertão Sergipano (em hectares) – 1996/2006	94
Tabela 38 – Principais culturas do Território do Médio Sertão Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006	95
Tabela 39 – Principais culturas do Território do Médio Sertão Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	95
Tabela 40 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Médio Sertão Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006	96
Tabela 41 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Médio Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	97
Tabela 42 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Médio Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	98
Tabela 43 – Utilização das Terras do Agreste Central Sergipano (em hectares) – 1996/2006	100
Tabela 44– Principais culturas do Território do Agreste Central segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006	101
Tabela 45 – Principais culturas do Território do Agreste Central segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	102

Tabela 46 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Agreste Central – 1994, 1998, 2002 e 2006	103
Tabela 47 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Agreste Central segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	104
Tabela 48 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Agreste Central segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	105
Tabela 49 – Utilização das Terras do Centro Sul Sergipano (em hectares) – 1996/2006 ..	107
Tabela 50 – Principais culturas do Território do Centro-Sul Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006	109
Tabela 51 – Principais culturas do Território do Centro-Sul Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006	110
Tabela 52 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Centro-Sul Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006	111
Tabela 53 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Centro-Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	112
Tabela 54 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Centro-Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006	113
Tabela 55 – APLs identificados e Volume de Produção estimada	119
Tabela 56 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009	125
Tabela 57 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009	129
Tabela 58 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009	134
Tabela 59 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009	139
Tabela 60 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das Riquezas Minerais no Estado de Sergipe	34
Figura 2 – Mapa dos Territórios Sergipanos, 2007	46
Figura 3 – Territorialização do Produto Interno Bruto de Sergipe - 2005.....	47
Figura 4 – Territorialização do Índice de Desenvolvimento Humano, 2000	48
Figura 5 – Territorialização da População Urbana e Rural de Sergipe, 2007	50
Figura 6 – Território da Grande Aracaju.....	59
Figura 7 – Território do Baixo São Francisco Sergipano	66
Figura 8 – Território Leste Sergipano	73
Figura 9 – Território Sul Sergipano	79
Figura 10 – Território do Alto Sertão Sergipano.....	86
Figura 11 – Território Médio Sertão Sergipano	93
Figura 12 – Território do Agreste Central Sergipano.....	99
Figura 13 – Território do Centro-Sul Sergipano	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de Petróleo no Estado de Sergipe (terra e mar) - 2000-2008 (barris) .	32
Gráfico 2- Índice de Desenvolvimento Humano Brasil/Sergipe	49
Gráfico 3 - Evolução da participação dos territórios no PIB Sergipano (%) - 2002 a 2005 ...	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões e Variáveis analisadas na concepção dos Territórios Sergipanos ..	43
Quadro 2 – Cronologia de construção da proposta de territorialização	44
Quadro 3 – Instituições Componentes do GT de Ovinocaprinocultura	121
Quadro 4 – Desafios da Ovinocaprinocultura Sergipana	123
Quadro 5 – Oportunidades da Ovinocaprinocultura Sergipana	124
Quadro 6 – Instituições Componentes do GT de Apicultura.....	126
Quadro 7 – Desafios da Apicultura Sergipana	127
Quadro 8 – Oportunidades da Apicultura Sergipana.....	128
Quadro 9 – Instituições Componentes do GT de Cerâmica Vermelha	130
Quadro 10 – Desafios da Cerâmica Vermelha Sergipana.....	132
Quadro 11 – Oportunidades da Cerâmica Vermelha Sergipana	133
Quadro 12 – Instituições Componentes do GT de Confecções e Artesanato de Bordado..	135
Quadro 13 – Desafios de Confecções e Artesanato de Bordado em Sergipe	137
Quadro 14 – Oportunidades de Confecções e Artesanato de Bordado em Sergipe.....	138
Quadro 15 – Instituições Componentes do GT de Pecuária de Leite.....	139
Quadro 16 – Desafios da Pecuária de Leite Sergipana	141
Quadro 17 – Oportunidades da Pecuária de Leite Sergipana	142
Quadro 18 – Arranjos Produtivos Locais de Sergipe e Instituições apoiadoras.....	144
Quadro 19 – Principais ações de apoio, desenvolvidas pelas Instituições do APL-SE.....	145

INTRODUÇÃO

Os modelos e teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de aglomeração, são objeto de estudos voltados ao planejamento econômico. No período mais recente, os esforços desses estudos se concentram em tentar identificar os fatores que levam determinadas regiões a apresentarem indicadores econômicos e sociais mais elevados (sejam eles absolutos ou em termos de taxas de crescimento ao longo do tempo).

Em geral, os estudos indicam que uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser, necessariamente, individualizada, isto é, voltada para uma região específica, não havendo uma estratégia única aplicável a todas as regiões.

A importância da aglomeração de empreendimentos tem sido destacada principalmente com o objetivo de pensar estratégias de desenvolvimento local. No Brasil, o modelo que vem sendo analisado e adotado como política estratégica de desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável, é o enfoque do Arranjo Produtivo Local (APL).

O enfoque de APL considera as peculiaridades produtivas das localidades, de forma a potencializá-las, enfatizando a sinergia entre os atores locais, a qual pode emergir pela proximidade geográfica. Essa mesma proximidade pode ainda propiciar uma fácil e rápida identificação dos possíveis empecilhos ao desenvolvimento local.

O Governo do Estado de Sergipe iniciou, em 2007, uma reavaliação das suas políticas de desenvolvimento em busca de uma nova visão espacial do Estado, identificando características que definissem não apenas uma divisão geográfica, mas acima de tudo, uma espacialização que representasse uma identidade territorial. A partir da percepção das várias realidades existentes em Sergipe, foram identificados oito territórios, com características sociais, ambientais e econômicas semelhantes.

Este trabalho objetiva analisar as principais características do desenvolvimento territorial do Estado de Sergipe a partir da sistematização dos dados existentes, considerando os oito territórios sergipanos definidos na espacialização oficial do Governo do Estado.

O grande desafio para a construção de políticas de desenvolvimento regional sustentável reside na identificação do potencial de um território. Identificar o “potencial” de um território é vislumbrar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício econômico e social.

Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o potencial de um território deve ser pensado como a capacidade do mesmo de dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes, com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente.

O potencial de um território é, antes de tudo, a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente. A identificação do potencial econômico territorial passa a ser tarefa essencial para a administração racional de recursos públicos.

Dentro da perspectiva territorial, uma forma de promover o desenvolvimento é através da identificação e apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes nos territórios.

Essa é uma estratégia que tem grandes chances de conseguir gerar um desenvolvimento crescente e sustentável, pois potencializa as vocações econômicas já existentes nos territórios.

Este trabalho é composto por quatro capítulos. No primeiro é feita uma exposição sobre a economia do desenvolvimento, teorias de desenvolvimento regional, territórios de desenvolvimento, desenvolvimento regional endógeno, desenvolvimento a partir de aglomerações e sistemas nacionais de inovação, e por fim, desenvolvimento a partir do apoio a Arranjos Produtivos Locais.

No segundo capítulo inicialmente são apresentadas a infra-estrutura existente no Estado e as principais atividades produtivas sergipanas. Em seguida são apresentadas as dimensões analisadas para a identificação dos territórios sergipanos e é mostrado o peso relativo dos territórios na economia sergipana.

O terceiro capítulo remonta à evolução recente da economia sergipana sob uma visão territorial, analisando-se principalmente aspectos econômicos, como a análise do setor agropecuário e do emprego formal nos segmentos econômicos.

No quarto capítulo são apresentadas as principais políticas de desenvolvimento implantadas no Estado de Sergipe, ressaltando-se a importância de apoiar os Arranjos Produtivos Locais existentes em Sergipe, apontando quais as instituições apoiadoras e os APLs em que elas desenvolvem ações, para por fim, elucidar-se quais os limites do desenvolvimento endógeno.

Nas conclusões são realçados os principais resultados e discussões geradas a partir do desenvolvimento dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES NOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são apresentadas algumas das principais abordagens sobre as formas e caminhos para se atingir o desenvolvimento econômico, desde o segundo pós-guerra até os dias mais recentes.

1.1 A Economia do Desenvolvimento

Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, o debate sobre desenvolvimento enfocava a importância do crescimento da produtividade e os limites do tamanho de mercado dos países pobres. Furtado (1969) define o desenvolvimento como um processo gerado a partir de uma gama de mudanças no modo em que os fatores de produção são combinados. A teoria do desenvolvimento econômico, em sua perspectiva, tem por objetivo explicar como o fator trabalho aumenta a produtividade constantemente de forma a proporcionar o aumento da riqueza total e da riqueza por habitante.

Uma questão fundamental sobre o desenvolvimento é o tamanho de mercado associado à escala de produção. Para Nurkse (1969), o nível geral de produtividade é que determina a dimensão do mercado, sendo a capacidade de produção igual à capacidade de compra. Como a utilização de capital tem grande influência no nível de produtividade e este se vê inibido pelo pequeno mercado existente em um país subdesenvolvido, o autor se pergunta: qual a melhor forma de sair deste círculo vicioso?

Nurkse defende que a melhor forma de superar esta dificuldade, imposta pelo tamanho do mercado, seria através de um “crescimento equilibrado”, gerando um aumento do poder aquisitivo da população dos países subdesenvolvidos. Esse crescimento equilibrado nada mais é do que um investimento distribuído nos vários setores econômicos, o que provocaria uma elevação de renda nos diversos setores, gerando a possibilidade de consumo, através de uma melhoria geral da renda e conseqüentemente, uma ampliação real do mercado interno.

Os investimentos privados seriam uma das formas de se obter o capital necessário a esse crescimento equilibrado, mas este tipo de investimento somente ocorreria se o capitalista enxergasse demanda pela produção de determinado bem, ou seja, se fosse induzido pelo próprio mercado. Porém, para Nurkse, o capital reluta em ser investido no mercado interno dos países subdesenvolvidos por uma razão óbvia: a debilitada condição financeira dos consumidores locais vis-à-vis os potenciais consumidores, com rendas superiores, dos países avançados que já possuem uma planta industrial em franca expansão (NURKSE, 1969).

Os investimentos feitos nos países subdesenvolvidos acabariam sendo realizados apenas no campo das indústrias extrativas, que têm como finalidade produzir para os mercados consumidores externos. O interesse em produzir para o consumo local somente ocorreria quando a produção se desse em um mercado já avançado (NURKSE, 1969).

Baran (1969) aponta a falta de infra-estrutura nos países subdesenvolvidos como um importante fator de desestímulo aos grandes investimentos. O fomento à construção de estradas, usinas elétricas, entre outros, seriam então fundamentais para tornar determinados locais atraentes aos olhos dos capitalistas. Para Baran, o Estado precisa tomar a iniciativa de estimular a criação

em infra-estrutura sempre que o setor privado não o fizer, desencorajado pelo longo prazo necessário aos retornos financeiros de determinado investimento.

Outra forma de induzir o crescimento equilibrado seria a melhoria das relações de intercâmbio com os outros países, o que promoveria um aumento do capital disponível para o investimento interno. Apesar disso, mesmo havendo um aumento considerável do acesso ao capital externo, o crescimento equilibrado não seria possível sem o devido esforço interno, principalmente no campo das finanças públicas, por não proporcionar recursos para projetos estruturantes que atraíam investimentos privados, gerando a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento sustentável (NURKSE, 1969).

Para Furtado (1969), é essencial distinguir entre o desenvolvimento em um contexto de expansão do comércio exterior e em outro de estancamento ou até mesmo redução de intercâmbio externo. Segundo o autor, Nurkse teria se equivocado ao apontar o tamanho menor do mercado de um país subdesenvolvido como entrave ao desenvolvimento. Para Furtado, a questão central é, na realidade, avaliar quais inovações técnicas deveriam ser introduzidas no mercado, já que, de acordo com o autor, introduzir inovações apenas incrementais resultaria em melhores resultados do que introduzir máquinas automáticas. Para ele, os incrementos na produtividade poderiam propiciar aos países subdesenvolvidos o rompimento do ciclo vicioso, mesmo na ausência do crescimento equilibrado de Nurkse. Furtado (1969) explica que a idéia de Nurkse sobre a economia de um país subdesenvolvido deslanchar a partir de uma série de investimentos simultâneos é altamente improvável, sendo assim, não é razoável aceitar que aí estaria a possibilidade de começar o processo de desenvolvimento.

Os baixos níveis de produtividade são a grande barreira ao desenvolvimento, segundo Furtado (1969). Os impulsos oriundos de fora são historicamente o caminho mais comum para transpor essa barreira, pois a partir do intercâmbio com o exterior, tornar-se-ia possível o início do desenvolvimento sem um acúmulo de capital anterior.

Ao ser dado início ao processo de desenvolvimento, o aumento da produtividade que dele deriva tende a se transformar em lucro, o que permite o acúmulo de capitais. Esse acúmulo proporcionaria um aumento da procura por mão-de-obra que, por sua vez, pressionaria o aumento dos preços de determinados produtos, criando inversões nos setores a eles ligados. Essa seqüência de fatos se repetiria nos demais setores, gerando assim um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico. Com o aumento da renda, oriundo desse desenvolvimento, ocorreria uma tendência à diversificação da procura por bens, o que geraria, cada vez mais, novas inversões, as quais estão à procura de oportunidades de investimento (FURTADO, 1969).

Mais de 30 anos depois, Bresser-Pereira (2003 e 2006), retoma algumas das idéias de Furtado ao afirmar que quando o desenvolvimento econômico é iniciado, geralmente se torna relativamente automático ou auto-sustentado, pois no sistema capitalista, os mecanismos de mercado abrangem incentivos que geram um continuado crescimento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Porém, as taxas de desenvolvimento não serão iguais em todos os lugares, elas irão variar consideravelmente de acordo com a capacidade que as nações tiverem para promovê-lo utilizando seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado. Dificilmente o desenvolvimento regride no longo prazo, pois em uma economia como a capitalista, que é tecnologicamente dinâmica e

competitiva, a acumulação de capital passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Todavia, percebe-se que as taxas de crescimento econômico, observadas nos países, são tão desiguais que fica claro que o sucesso econômico dos estados-nação não tem como ser assegurado, e que uma decadência relativa é uma possibilidade real (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Para Bresser-Pereira (2003 e 2006), a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção, podem ser consideradas as principais determinantes diretas do desenvolvimento econômico. Já o maior ou menor nível de aceleração do desenvolvimento capitalista tem como principal fator determinante a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Quando uma sociedade nacional apresenta coesão suficiente para competir mundialmente, certamente terá para crescer um melhor aproveitamento dos recursos e das instituições que possui. Para a produtividade de um país crescer, é necessária a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico à produção. O investimento e o progresso técnico variam, geralmente, de acordo com a qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) existentes em cada sociedade nacional.

Kuznets (1969) afirma que um lento crescimento das atividades econômicas pode ter como causa a fragilidade das instituições sociais, necessitando assim de uma série de transformações que proporcionem a aceleração das atividades econômicas. Outra mudança necessária para que os países atrasados possam se desenvolver é a transformação radical da sua estrutura política, pois a construção do futuro não pode ficar nas mãos dos guardiões do passado, ou seja, tem que haver uma quebra da aliança existente entre as esferas que compõem a

classe dominante (industriais, classe média capitalista e grandes latifundiários). Para que o subdesenvolvimento seja superado, é necessário que os elementos progressistas e empreendedores, existentes nos países subdesenvolvidos, alcancem a liderança, levando-os a um crescimento econômico e social (BARAN, 1969).

De acordo com Viner (1969), a melhor forma de avaliar o subdesenvolvimento de um país seria a identificação das perspectivas potenciais para o uso de mais capital, mais mão-de-obra, mais recursos naturais disponíveis ou as três coisas juntas, de modo a manter a população do país em um nível de vida mais elevado. É importante fomentar as condições internas que geram poupança e a sua correta utilização nos países subdesenvolvidos, frente à possibilidade de pegar empréstimos externos que provavelmente irão proporcionar contribuições apenas incrementais às suas reais necessidades de capital.

Viner (1969) aponta que a melhor forma das nações mais desenvolvidas contribuírem para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas é através da redução de suas barreiras comerciais e da oferta de melhores condições e de maiores facilidades nos movimentos de capitais, além de uma maior difusão do conhecimento tecno-científico. É importante ressaltar que mesmo que essas contribuições ocorram, os resultados do combate ao subdesenvolvimento não serão satisfatórios sem uma cooperação entre os países beneficiados e sem o devido esforço de seus próprios recursos humanos, físicos e financeiros, de forma contínua.

Para Kuznets (1969), ao se discutir subdesenvolvimento, tem que se passar necessariamente pela questão do fracasso das nações subdesenvolvidas - já registrado na época do seu artigo - em proporcionar níveis de vida razoáveis a uma grande parte de sua população, perceptível pela miséria e privações materiais. É

uma situação alarmante, pois além da situação precária da população, acompanha também uma tensão constante, gerando grande insegurança nos próprios países, tornando o problema ainda maior e sua difícil solução ainda mais urgente.

A partir da análise das experiências vivenciadas pelos países mais avançados, pode-se tentar perceber os erros cometidos pelos países subdesenvolvidos, e assim caminhar na direção da construção das bases necessárias ao desenvolvimento, em um ritmo muito mais acelerado (KUZNETS, 1969).

1.2 Teorias de Desenvolvimento Regional: Rumo a um Novo Modelo de Desenvolvimento

Apesar da grande relevância das teorias exploradas durante os anos 50 sobre o desenvolvimento econômico, o foco da análise dessas teorias era no desenvolvimento das nações, mas desde a década de 50, existem também teorias de desenvolvimento com foco regional, que destacam a existência de uma espécie de mecanismo dinâmico de auto-reforço, o qual seria resultado de externalidades oriundas da existência de aglomerações produtivas.

De acordo como Amaral Filho (1999), há uma rivalidade entre as teorias que destacam as externalidades oriundas de aglomerações e as teorias clássicas de localização, que tinham inclinação por desprezar estes efeitos. Grande parte dos autores que estudam o tema aponta Alfred Marshall (1842-1924) como o pioneiro em enfatizar a aglomeração de atividades como um ponto importante para a localização de novas atividades, o que promoveria o crescimento das mesmas (CAVALCANTE, 200-).

Principalmente a partir dos anos 50, vários autores buscaram analisar o crescimento regional através de conceitos que incluíssem, de alguma forma, o tema da aglomeração. Apesar de conter características que se encontram nas formulações de Marshall sobre os fatores de aglomeração, foi após as proposições apresentadas por Schumpeter (1982) a respeito do papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista, que Perroux (1978) explorou as relações que se estabeleceriam entre indústrias. Ele dividiu as indústrias que se relacionam entre motrizes e movidas. As motrizes são as que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras indústrias, e as movidas são as que têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes (CAVALCANTE, 200-).

Essa teoria argumenta que o crescimento não ocorreria de forma homogênea no espaço, mas através de pontos ou pólos de crescimento, com intensidades diferenciadas, expandindo-se por vários canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. Desta forma, Perroux (1978) argumenta que a indústria motriz, além de gerar sua contribuição própria ao crescimento global do produto, induz a geração de um crescimento que pode ser atribuído às suas relações com as indústrias movidas, em seu ambiente. Ele procura demonstrar que os pólos industriais complexos poderiam transformar o seu meio geográfico imediato e até mesmo uma estrutura inteira da economia nacional na qual estivessem situados, pois nos pólos onde se verificam aglomerações industriais e urbanas registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido ao nascimento e encadeamento de outras necessidades coletivas (CAVALCANTE, 200-).

Os pólos industriais complexos promoveriam o aumento das necessidades coletivas, a exemplo de habitação, transportes, serviços públicos,

gerando também, trabalhadores e empresários qualificados. O meio geográfico seria então alterado a partir da constituição desses pólos industriais, o que provocaria uma acumulação de recursos materiais e humanos, gerando inter-regiões bastante heterogêneas (PIRES, 1998 apud FEITOSA, 2007).

Nos anos oitenta, todavia, o modelo dos pólos de crescimento foi colocado em cheque. Uma explicação, simples e lógica, do declínio dos pólos de crescimento levava em conta o ambiente no qual foi concebido, onde a lógica de produção tinha uma base essencialmente fordista. Com as transformações que são percebidas na década de 1970, nota-se uma impossibilidade de aplicação direta de conceitos formulados para outro ambiente (CAVALCANTE, 200-).

Desde que Myrdal (1960) apresentou seu conceito de Causação Circular Cumulativa, a análise econômica tem apontado que o jogo das forças de mercado tende a gerar um aumento, ao invés de redução, das desigualdades entre as regiões. Ocorre que em determinadas regiões, as condições são mais favoráveis para alguns fatores de produção, criando assim vantagens competitivas oriundas da concentração. As economias internas e externas, existentes em tais regiões, bem como a incorporação de inovações tecnológicas, agregadas aos investimentos e aos bens de capital, aumentariam a produtividade, e conseqüentemente, a competitividade das regiões, o que provocaria um deslocamento do capital e dos recursos humanos para os locais mais desenvolvidos, fomentando o processo de disparidade regional (FEITOSA, 2007). Com base nessa constatação, Myrdal (1960) sugere intervenção do Estado, no sentido de deter as forças de mercado, pois estas gerariam um crescimento da desigualdade regional (CAVALCANTE, 200-).

Hirschman (1961) discute o desenvolvimento regional através dos conceitos de Efeitos para Frente (forward linkages) e para Trás (backward linkages).

Ambos os conceitos - em especial o de Efeitos para Trás - se referem à questão das economias de escala necessárias à viabilização de empreendimentos em determinadas regiões. Sendo assim, os Efeitos para Trás são a forma de expressar externalidades oriundas da implantação de indústrias, que ao expandirem sua demanda de insumos no setor a montante, tornariam viáveis as suas escalas mínimas de produção em determinada região. Por sua vez, os Efeitos para Frente, seriam resultado da oferta de insumos, que viabilizaria os setores que se encontrassem a jusante (CAVALCANTE, 200-).

Para Hirschman (1961) o desenvolvimento é desequilibrado por natureza, o que faz com que algumas regiões se tornem pólos de crescimento, ao invés de outras (FEITOSA, 2007). Esse desequilíbrio acabará se estendendo para outras regiões, por uma seqüência de desequilíbrios, tendo como resultado, um desenvolvimento gerado a partir de tensões e desequilíbrios.

Benko (1999) destaca que os países não atingiriam o desenvolvimento ao mesmo tempo, isso porque cada um teria sua dinâmica própria, o que provocaria um lapso temporal entre o início dos seus crescimentos. Essa dinâmica seria uma explicação para o relativo subdesenvolvimento de algumas nações frente a outras.

A CEPAL tentava explicar o subdesenvolvimento pela Teoria da Dependência. Essa teoria tinha como foco as causas do subdesenvolvimento, afirmando que alguns países seriam subdesenvolvidos por conta de sua subordinação em relação aos países ricos. Em outras palavras, por não conseguirem atingir a fase capitalista industrial, uma divisão internacional do trabalho seria então consolidada, entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, que seria responsável pela exportação de bens primários, agrícolas e minerais (FEITOSA, 2007).

Políticas de desenvolvimento regional apoiadas nas abordagens de Perroux e Hirschman se multiplicaram em vários países do mundo e buscaram, em sua essência, instalar parques produtivos modernos e implantar o capitalismo industrial.

Nos anos oitenta, a partir de efeitos sociais que foram em grande parte perversos, iniciou-se uma contínua decepção com as políticas de desenvolvimento regional, as quais foram implementadas com base em muitas das teorias existentes.

Coraggio (1987) enfatizou que as políticas regionais geraram efeitos de desigualdade nas regiões, pelo fato de estarem subordinadas a uma agenda da elite dominante, ao invés de tentarem solucionar os reais problemas sociais e ambientais existentes localmente.

Corroborando com esta idéia, Boisier (1996 apud SERRA e MACIEL DE PAULA, 2004) ressalta que, na América Latina, os insucessos das políticas de desenvolvimento regional estão relacionados, principalmente, com o planejamento regional, que ignorou a existência de especificidades regionais, desconsiderando também o meio social latino-americano. Nota-se então que foi deixada de lado a percepção de que havia uma realidade regional/local e complexa, exigindo, para a sua interpretação adequada, uma análise interdisciplinar e não apenas economicista, gerando uma incapacidade de entender que os grupos sociais lá existentes são sujeitos - e não apenas objetos - do planejamento.

Além desses aspectos, um dos fatores mais relevantes para a condução de um desenvolvimento satisfatório diz respeito à capacidade da região de internalizar a condução de seu próprio desenvolvimento. A endogeneidade desse processo está diretamente atrelada à autonomia de decisão e de representatividade

política identificada com as necessidades da região; à identificação de oportunidades e de sua realização pelo seu empresariado; e à construção de mecanismos que induzam e viabilizem a participação popular (BOISIER, 1996 apud SERRA e MACIEL DE PAULA, 2004).

1.3 Territórios de Desenvolvimento

Para Milton Santos (2005), o território deve ser compreendido como uma categoria de análise social, e um intermediário entre o mundo e a sociedade nacional e local. O território usado se baseia em uma forma essencial para a preparação do futuro e o seu uso se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar que esse autor propõe é o espaço do acontecer solidário. Estas formas solidárias determinam os usos e geram valores de diversas naturezas, tais como culturais, antropológicos, econômicos, sociais e financeiros, entre outros. É necessária a pluralidade, no entanto, para que as solidariedades existam, pressupondo assim, o espaço geográfico.

O espaço do acontecer solidário de Milton Santos não pode ser desvinculado do processo de globalização que toma conta da economia mundial. A globalização e seus efeitos dentro dos territórios devem ser considerados para que estes possam aproveitar as oportunidades e enfrentar possíveis conflitos que dela se originem, sempre dentro da perspectiva de que passa a depender de cada território buscar os caminhos que levarão à construção de externalidades favoráveis ao desenvolvimento. Tais externalidades irão provocar investimentos, e gerar uma estrutura industrial nova. Com isso, a mudança de regime comercial e a produção

flexível passariam a ser fatores determinantes na especialização dos territórios e localidades (MELO E HANSEN, 2007).

É importante ressaltar que a globalização, tanto na forma quanto nos efeitos, é heterogênea, pois envolve a interação de uma série de características sociais, políticas, culturais, econômicas e institucionais, na qual os agentes detêm competências de ação distintas e em constante mudança, tanto na cooperação quanto na competição. Ao mesmo tempo em que o mundo de se divide, também se universaliza, dentro de uma lógica em que as desigualdades crescem resultando deste processo várias escalas territoriais (SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 1999; DICKEN ET AL. 1997; CONTI, 1997 apud DINIZ, 2001).

Na nova realidade em que o mundo se encontra, cada vez mais integrado, as atividades econômicas procuram os territórios que tenham condições de gerar maior lucro, com isso, cresce a competição regional, que é facilitada pela possibilidade da articulação se dar diretamente entre o local e o global, sem ser necessária a mediação do nacional. A outra face dessa articulação, é que isso pode gerar um agravamento das desigualdades existentes dentro do mesmo país (DINIZ, 2001).

Para que o território tenha êxito, gerando maiores ganhos, torna-se essencial a identificação do seu potencial, e segundo Paiva (2004), o potencial de um território pode ser identificado a partir dos setores que, quando fomentados, trazem o maior benefício em relação ao custo de fomentá-los. Isso resulta que, em primeiro lugar, o potencial de um território deve ser apoiado de forma que tenha uma capacidade autônoma de dar início e continuar sustentável, tanto no aspecto material quanto no bem-estar dos agentes produtivos locais e de seus dependentes, utilizando o maior percentual possível da base produtiva interna, ou que possa com

o passar do tempo ir endogeneizando os fatores de competitividade, pelos estabelecimentos e agentes produtivos locais.

O primeiro ponto a ser considerado sobre o potencial de um território é a capacidade de se alcançar um crescimento sustentável, ou seja, obter uma melhoria não só econômica, mas também social e ecológica, na produção e na apropriação interna da renda (PAIVA, 2004).

O segundo ponto crucial do potencial está ligado ao fundamento material, ou seja, quais aos “recursos do território que podem ser mobilizados de forma superior, ou porque estão subutilizados (vale dizer, são utilizados em tempo parcial, havendo capacidade ociosa), ou porque estão sendo utilizados de uma forma subótima, que não maximiza o rendimento potencial de sua mobilização” (PAIVA, 2004: 17). Sendo assim para se identificar o potencial de uma região é imprescindível analisar os recursos já existentes na região e a partir dessa análise descobrir o que se encontra subutilizado ou utilizado de forma subótima.

O terceiro ponto que deve ser observado, na análise do potencial de determinado território, é a especificidade da divisão territorial do trabalho frente à divisão internacional do trabalho, pois esta última depende de vantagens comparativas (ou “relativas”), enquanto que a primeira depende apenas de fatores internos como as regras contratuais e os mercados de fatores (PAIVA, 2004).

A partir da identificação dos potenciais de determinado território, pode-se pensar a melhor estratégia para o desenvolvimento territorial. Vale ressaltar que é dentro do território que as ações de confiança e de trocas entre os diversos atores ocorrem e criam condições para um ambiente de aprendizagem coletiva e de difusão de inovações.

Na dimensão local, é possível complementar os tradicionais recortes setoriais de análise das aglomerações produtivas pela proximidade geográfica, pelas redes de instituições de apoio, e também pelos sistemas locais de inovação, essa facilidade é proporcionada pela proximidade entre os atores e as instituições apoiadoras.

1.4 Desenvolvimento Regional Endógeno

A partir da decadência de regiões com tradição industrial, bem como o surgimento de novos modelos de industrialização e desenvolvimento local, além da existência de uma nova realidade macroeconômica, nasce a Teoria do Crescimento Endógeno. Esse modelo de desenvolvimento é chamado endógeno porque se dá de baixo para cima, e não através de intervenções conduzidas pelo Estado, e tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região (AMARAL FILHO, 1996).

Existem estudos que analisam o desenvolvimento regional endógeno, a partir da perspectiva de que a intensificação das externalidades, a formação do chamado capital social e o protagonismo local são os fatores relevantes. De acordo com estes estudos os processos de aprendizagem, a inovação e suas relações com as condições de contexto, são decisivos para a competitividade local. As externalidades tecnológicas, as relações de cooperação e o transbordamento de conhecimento em um ambiente fazem parte da abordagem neoschumpeteriana, partindo de uma visão sob a qual as condições já existentes podem gerar vantagens competitivas para os empreendimentos que estiverem localizados dentro de aglomerações (MELO E HANSEN, 2007).

O conceito de crescimento endógeno surge a partir de duas visões: uma espacial, ou regional, que tem como fundamento teórico a economia regional; e outra que está relacionada a uma teoria macroeconômica, elaborada por Lucas e Romer recentemente, que aborda o crescimento econômico (ANDRADE, 2007).

Segundo Amaral Filho (1996), o crescimento endógeno visa criar um ambiente forte e capaz de crescer, originalmente, através do desenvolvimento local, e a partir daí se tornar atrativo para sediar novas atividades econômicas, baseando-se numa perspectiva de economia aberta e sustentável.

Andrade (2007) afirma que uma estratégia de desenvolvimento que segue a orientação de baixo para cima deve sempre levar em consideração: que as desigualdades regionais existem devido à execução de uma integração econômica de grande escala sem a devida preparação; que não se deve pensar o desenvolvimento a partir de pressões de curto prazo do mercado; que o desenvolvimento deve partir de cada comunidade, desconsiderando a idéia de que as localidades de pequena escala só podem se desenvolver a partir de outras com maiores desenvolvimentos; e que é necessária a existência de uma maior autodeterminação, tanto nacional quanto regional.

O desenvolvimento baseado em uma estratégia endógena encontra dificuldades, pois a transição exige um planejamento que consiga não apenas aproveitar as potencialidades, mas também resolver uma série de conflitos que podem existir na localidade. Como cada localidade tem uma realidade diferente, não existe um modelo único que origine o melhor resultado, por isso cabe a cada região a definição da melhor estratégia. Godard et al (1987 apud ANDRADE, 2007) afirma que uma boa estratégia de desenvolvimento endógeno deve tentar superar as seguintes questões:

Falta de homens e recursos; baixo nível de formação global e profissional; “habituação” a uma situação de dependência; existência de mecanismos de transferência de recursos para o exterior; centralização dos recursos e das decisões políticas nas instancias centrais do aparato do estado; peso dominante de uma grande empresa cujas estratégias estão definidas em função dos espaços nacionais e internacionais, mas que prejudiquem as redes locais, e; barreiras setoriais impostas como consequência da especialização econômica ou da organização vertical da administração pública. (GODARD et al,1987 apud ANDRADE, 2007, p. 192)

Para Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno deve ter como princípios norteadores o novo papel que o estado federado passa a assumir, a necessidade da presença do setor privado, que através de seus investimentos, se faz importante para as estratégias de desenvolvimento local e que os novos fatores de produção (o capital humano, ciência e tecnologia, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e informação, as instituições e o meio ambiente) devem receber a devida valorização.

Desenvolvimento a partir de Aglomerações e os Sistemas Nacionais de Inovação

Para Cassiolato e Lastres (2001a), a importância da proximidade geográfica tem sido um fator muito importante para explicar um bom desempenho na competitividade de firmas. As pesquisas sobre aglomerações produtivas e sobre o “local” como uma fonte de vantagens competitivas têm crescido nos últimos anos. Paralelamente, aumenta o conjunto das contribuições que prevêm o crescimento de tal preocupação, na medida em que se intensifica o processo de globalização.

As concentrações geográficas de empresas têm muitas vantagens e importância em uma economia globalizada, pois as vantagens competitivas duradouras dependem crescentemente de fatores locais, como conhecimento, relacionamento, motivação, etc., com os quais os concorrentes geograficamente distantes não conseguem competir (PORTER, 1999).

Dentro de uma perspectiva territorial, a literatura econômica das últimas duas décadas enfatizou o conceito de 'distrito industrial', provavelmente devido ao êxito observado nas atividades econômicas que são geograficamente concentradas. Mas enquanto as relações estendidas que se desenvolveram sob circunstâncias de proximidade física podem variar consideravelmente em seus detalhes, seu fundamento lógico é constante (MORALES; NAVARRO; JULVE, 2002).

Para Becattini (1990, apud MORALES; NAVARRO; JULVE, 2002), os distritos industriais podem ser entendidos como sendo uma entidade sócio-econômica caracterizada pela presença ativa da comunidade e das pessoas, e uma população de firmas em uma área naturalmente e historicamente unida. Assim, para Lazerson e Lorenzoni, (1999, apud MORALES; NAVARRO; JULVE, 2002), é possível dizer que um distrito industrial abrange numerosas firmas pequenas, empenhadas em atividades co-relacionadas e interdependentes, que são localizadas numa comunidade claramente identificável. Esta "união" envolve uma homogeneidade cultural que dá origem a uma atmosfera de comportamento cooperativo e confiante, em que a ação econômica é regulada por regras implícitas e explícitas.

Dentro de uma aglomeração, como é o exemplo de um distrito industrial, os agentes devem buscar novas tecnologias, bem como outras combinações para extrair o maior benefício possível dessas tecnologias, o que gera conhecimento.

Através da difusão desse conhecimento científico e tecnológico, que pode ser codificado (conhecimento que pode ser transferido facilmente, por exemplo, através de manuais) ou tácito (apenas através de uma interação social pode ser transferido), e do uso e desenvolvimento das capacidades específicas para aplicação desse conhecimento, pode se originar novas tecnologias, tanto de caráter público (livre acesso) como privado (protegidas por patentes, por lei etc.) (DOSI, 1988)

Dosi (1988) busca definir inovação dividindo-a em dois tipos: inovação radical e inovação incremental. A inovação radical se dá através da criação de um novo produto, processo ou forma organizacional da produção, podendo gerar uma ruptura estrutural entre o padrão tecnológico vigente, o que poderá provocar o surgimento novas indústrias, setores e mercados. Já a inovação incremental, refere-se a uma melhoria no produto, processos ou na organização da produção, o que não gera grandes mudanças na estrutura industrial. (MARION FILHO E SONAGLIO, 2007)

Diante da necessidade de gerar inovações, as instituições adquirem relevante função, pois têm condições de diminuir as incertezas através de um comportamento e de ações constantes, bem como através da coordenação do uso do conhecimento, da resolução dos conflitos, e criando sistemas de incentivos (CASSIOLATO E LASTRES, 2001b).

Através da organização de um conjunto de instituições e organizações, responsáveis pela criação e adoção de inovações, é possível constituir um sistema nacional de inovações (SAVIOTTI, 2000 apud PROCHNIK, 2001).

Os quatro subsistemas existentes, mais importantes para o desenvolvimento do sistema nacional de inovações, são o setor de negócios (firmas

privadas); a estrutura suporte (Universidades, laboratórios governamentais, empresas de capital de risco e centros tecnológicos); as regras, interações e elos (interdependência entre os agentes); e a cultura e estrutura social. Sendo assim, as aglomerações produtivas oferecem uma base a partir da qual é possível analisar o papel dos demais agentes envolvidos (TEUBAL, 2001 apud PROCHNIK, 2001).

A partir da análise de muitos estudos industriais, percebe-se que algumas instituições nacionais são de grande importância para atender demandas altamente específicas para setores particulares e sistemas setoriais, de forma mais geral. Algumas organizações, como as Universidades, devem ter uma maior aproximação com o setor produtivo, pois esse envolvimento sempre traz a incorporação de algum grau de especificidade em relação às necessidades deste agente (MOWERY e NELSON, 1999 apud PROCHNIK, 2001).

Para se introduzir uma inovação são necessárias mudanças no *mix* de insumos adquiridos, ocasionando uma alteração nas demandas para traz, mas inovações provocam também alterações nas firmas consumidoras, o que cria um maior esforço para que haja uma comunicação entre ambos os setores. Como a introdução e difusão de inovações se dão em meio à concorrência, isso acaba afetando, em maior ou menor grau, as indústrias aglomeradas (PROCHNIK, 2001).

Há uma maior possibilidade de haver difusão intersetorial se o setor em que a inovação foi criada se assemelhar ao setor que irá recebê-la. Essas constatações podem ser aproveitadas como política tecnológica, através de incentivos aos fluxos intersetoriais tecnológicos, gerando benefícios para os setores consumidores de inovações (PROCHNIK, 2001).

Através da análise das inovações radicais, é possível afirmar que o progresso técnico pode criar novas aglomerações, produzindo assim novas correntes de tecnologia através da fusão tecnológica, que, por sua vez, gera as inovações de maior impacto econômico, com isso surgem aglomerações (PROCHNIK, 2001).

1.5 Desenvolvimento a partir de Arranjos Produtivos Locais

A literatura econômica e as políticas públicas têm priorizado as aglomerações regionais de empresas de um segmento específico, e isso levou à criação do conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Esse conceito, oriundo de contribuições teóricas provenientes especialmente da economia industrial e da economia regional, foi pensado com o intuito de adequar outros já existentes - como o conceito de distrito industrial - à realidade brasileira, e passou a ser empregado como uma forma pensar um desenvolvimento capaz de incrementar a competitividade de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) agrupadas em determinada localidade (LIMA; LIMA; MATTA, 200-).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003:02), os arranjos produtivos locais “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes”.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de um APL está diretamente relacionado à intensificação das inter-relações e da cooperação entre os agentes econômicos (inclusive os informais) e institucionais. Isso permite a geração de

aprendizado e potencial inovativo, elementos essenciais ao estímulo da competitividade do conjunto empresarial, levando ao progresso local. Dessa forma, os agentes institucionais públicos e privados têm papéis fundamentais como incentivadores do capital social que permeia um APL e na formação da sua governança, conscientizando gradualmente o empresariado das vantagens do desenvolvimento de estratégias conjuntas e articuladas (LIMA; LIMA; MATTA, 200-). O APL tem como base a existência concomitante de três confianças: “a autoconfiança, a confiança mútua e a confiança nas instituições públicas por parte dos empreendedores” (ARBIX, 2004).

Para Amaral Filho (2002) é crucial a ênfase dada à importância da “articulação político-institucional” no conceito de APL, para combater a passividade e a resistência à cooperação dos agentes produtivos no Brasil. Estratégias públicas e institucionais estruturantes, que funcionam como estímulo ao agrupamento e a organização de MPMEs em APLs, têm se disseminado no país, substituindo políticas que apoiavam individual ou isoladamente essas empresas. Além disso, essas estratégias podem constituir uma opção para o governo federal ou para as unidades federativas, promoverem a interiorização do desenvolvimento, dinamização de regiões estagnadas e diminuição das disparidades inter e intra-regionais.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ser considerados a melhor forma de mostrar a importância da junção de fatores sistêmicos e estruturais para sustentar empreendimentos de uma cadeia produtiva. Os APLs têm como grande vantagem, não apenas o crescimento das empresas envolvidas, mas também a capacidade de articular a iniciativa pública e privada, unindo todos no mesmo foco de desenvolvimento (KAKUTA, 2007).

Para que o apoio aos APLs gere resultados significativos, se faz necessária a mobilização do capital social, que diz respeito à organização social de características como confiança, normas e sistemas, que promovem maior eficiência da sociedade, o que facilitará ações coordenadas (PUTNAM, 1996 apud FEITOSA, 2007).

É importante ressaltar que à medida que as relações de cooperação em um APL se fortalecem, os vínculos de confiança tendem a crescer, gerando um capital social mais consistente (FEITOSA, 2007).

Outro ponto importante para o sucesso dos APLs refere-se à governança, que está relacionada à forma como os indivíduos e as instituições (públicas e privadas) tratam os problemas comuns, buscando soluções consensuais para interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas (ALBAGLI E BRITO, 2003 apud FEITOSA, 2007).

A governança é um fator de extrema importância para o desenvolvimento dos APLs. As duas principais formas de governança existentes são a hierárquica (em que grandes empresas exercem a autoridade) e a governança que ocorre através de redes (onde as aglomerações de micro, pequenas e médias empresas exercem a função de gerir as atividades econômicas e tecnológicas) (CASSIOLATO E SZAPIRO, 2003 apud FEITOSA, 2007).

Apesar de existirem vários fatores que contribuem para a formação de uma boa governança e do capital social, é importante lembrar que estes vão variar de acordo com o contexto histórico e podem ainda se alterar, dependendo da forma em que está estruturada a produção, a aglomeração territorial, a organização

industrial, a inserção no mercado, a densidade institucional e o tecido social (FEITOSA, 2007).

A partir da análise dos diversos fatores que influenciam o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, é possível traçar os caminhos que poderão tornar os APLs uma opção robusta na busca da promoção do desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ECONOMIA SERGIPANA E TERRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO SERGIPANOS

Inicialmente neste capítulo será caracterizada a infra-estrutura existente no Estado e as atividades econômicas mais relevantes de Sergipe. Em seguida são apresentadas as etapas que levaram à identificação de oito territórios existentes no Estado, para por fim analisar a participação dos territórios na economia sergipana.

2.1 Infra-Estrutura

Um importante fator a ser considerado no desenvolvimento socioeconômico do Estado é a infra-estrutura existente, já que para que os setores produtivos possam crescer, fazem-se necessários transportes, estradas, telecomunicações, energia e água. A partir destes fatores podem ser obtidos custos de produção menores, tornando-se o Estado mais competitivo na atração de investimentos.

O estado de Sergipe conta com duas rodovias federais, sendo suas sedes municipais pavimentadas e interligadas por rodovias estaduais, e detém um sistema ferroviário que interliga a capital sergipana (Aracaju) a Salvador, Maceió e Recife. Os principais produtos transportados pela linha férrea são cimento, combustíveis e uréia, mas existe potencial para se aproveitar os percursos com passeios turísticos.

O Aeroporto de Aracaju opera com grandes companhias aéreas nacionais e apresenta capacidade para receber aeronaves oriundas de outros países, sendo esse tipo de vôo, no entanto, ainda pouco freqüente. O sistema portuário de Sergipe

está situado próximo à capital (15 km), no município da Barra dos Coqueiros, e pode ser acessado através da BR-101 e da SE-100 norte. Devido à existência de equipamentos modernos, o terminal portuário sergipano consegue operar com preços competitivos entre os portos nacionais. Apesar de o terminal portuário apresentar características competitivas, faz-se necessária a sua expansão e diversificação de carga geral para contêineres, o que poderá viabilizar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de petróleo e gás. Vale ressaltar que, apesar de já existir um projeto de construção de ramal, a linha férrea ainda não se comunica com o porto, sendo necessária a complementação da malha ferroviária a fim de alcançá-lo.

Na década de 70, com o objetivo de atrair investimentos para Sergipe, foi projetado e construído o Distrito Industrial de Aracaju – DIA. A partir da experiência do DIA, o Governo de Sergipe ampliou a política de implantação de distritos e núcleos industriais em diversos municípios, buscando a interiorização do desenvolvimento, e por isso, implantou distritos nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Estância, Propriá, Boquim, Itabaiana, Tobias Barreto, Lagarto, Maruim, Itaporanga D’Ajuda e Carmópolis.

A demanda por energia elétrica do estado é atendida pelas distribuidoras privadas Energisa (63 municípios) e Sulgipe (12 municípios do sul de Sergipe), que são supridas pelo sistema de geração das Usinas Hidroelétricas de Paulo Afonso (BA) e Xingó (SE), da CHESF. Sergipe também dispõe de três usinas termelétricas a diesel, instaladas cada uma nos municípios de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis, que foram construídas para atender a necessidades futuras, dentro do Programa de Energia Emergencial do Governo Federal.

Quanto ao fornecimento de gás, a Sergipe Gás (SERGAS) conta com uma rede de distribuição de 116 Km e comercializa um volume médio de 300 mil m³/dia, distribuindo gás natural canalizado para os Distritos Industriais de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância e Itaporanga D'Ajuda.

2.2- Principais Atividades Produtivas Sergipanas

As principais atividades econômicas de Sergipe podem ser esboçadas dentro de estruturas montadas a partir da priorização de alguns setores e da união de outros setores, com maior grau de proximidade. As estruturas identificadas foram as seguintes:

- COMPLEXO MINERO-QUÍMICO
- TURISMO
- AGRONEGÓCIOS
- ATIVIDADES TRADICIONAIS
- ATIVIDADES EMERGENTES

2.2.1- Complexo Minerio-Químico

O complexo Minerio-Químico do Estado de Sergipe é composto por atividades relacionadas a petróleo, gás e recursos minerais. Dentro deste complexo destacam-se:

Petróleo e Gás

De acordo com a FIES (2007), Sergipe desenvolve, nos segmentos de petróleo e gás, as seguintes etapas: exploração; perfuração; completção; produção de gás industrial e de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP; transporte e refino, no qual o petróleo líquido é enviado para o ser processado nas refinarias nacionais, principalmente na de Salvador. A importância das atividades de petróleo e gás pode ser percebida também pelo ciclo virtuoso que gera na economia como um todo, pois o seu crescimento gera o crescimento de outros setores a montante e a jusante, como por exemplo, metal-mecânico, eletro-eletrônico, químico, tecnologia da informação, serviços gerais entre outros, gerando riquezas na capital e em diversos municípios do interior do Estado.

Entre 2000 e 2007 houve um crescimento na produção de petróleo (terra e mar) de aproximadamente 16%. Comparando-se de janeiro a agosto de 2000 com o mesmo período de 2008, o aumento é ainda maior, chegando a 27,6% (Gráfico 1).

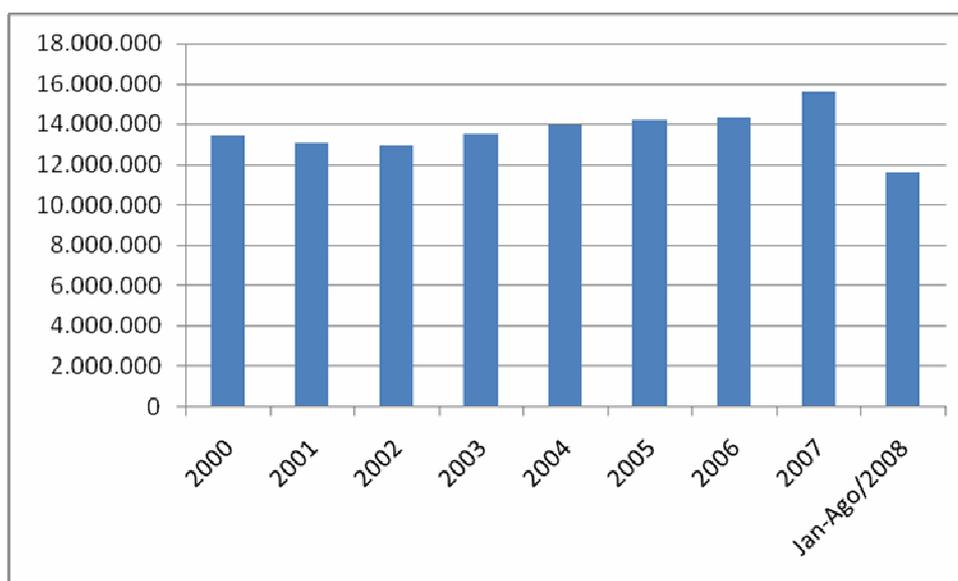


Gráfico 1 - Produção de Petróleo no Estado de Sergipe (terra e mar) - 2000-2008 (barris)

Fonte: ANP; Elaboração: autor

Indústria Extrativa - Outras Riquezas Minerais

Os minerais não-metálicos existentes no Estado possibilitaram a implantação de um complexo Minero-Químico integrado, a partir de matérias-primas como: enxofre, gás natural, silvinita (cloreto de potássio e cloreto de sódio), calcário (as grandes jazidas deste minério possibilitaram que o Estado respondesse por 47% de toda a exportação de cimento do país, em 2005) e carnalita (cloreto de magnésio).

Em Sergipe, a silvinita encontra-se na reserva de Taquari/Vassouras no município de Rosário do Catete, totalizando, em 2005, 497,6 milhões de toneladas, com teor médio de K_2O equivalente. De acordo com a Vale (2008), o complexo de Taquari/Vassouras reúne uma mina subterrânea e uma usina de beneficiamento na superfície. Segundo a empresa, este é o único empreendimento produtor de cloreto de potássio (KCl) em atividade no Brasil. No ano de 2007, foram vendidas 674 mil toneladas de potássio, o que gerou R\$ 343 milhões de receita.

Também são registradas, em Sergipe, reservas de taquidrita, dolomita, salgema, água mineral e argila vermelha (que pode ser empregada tanto na fabricação de produtos da cerâmica estrutural - blocos e telhas - como na produção de pisos e revestimentos cerâmicos). Observam-se ainda ocorrências de areia quartzosa, cobre, rochas ornamentais (granitos e mármore) e turfa.

O mapa Geológico de Sergipe traz referências de 196 ocorrências minerais, distribuídas em 54 dos 75 municípios.

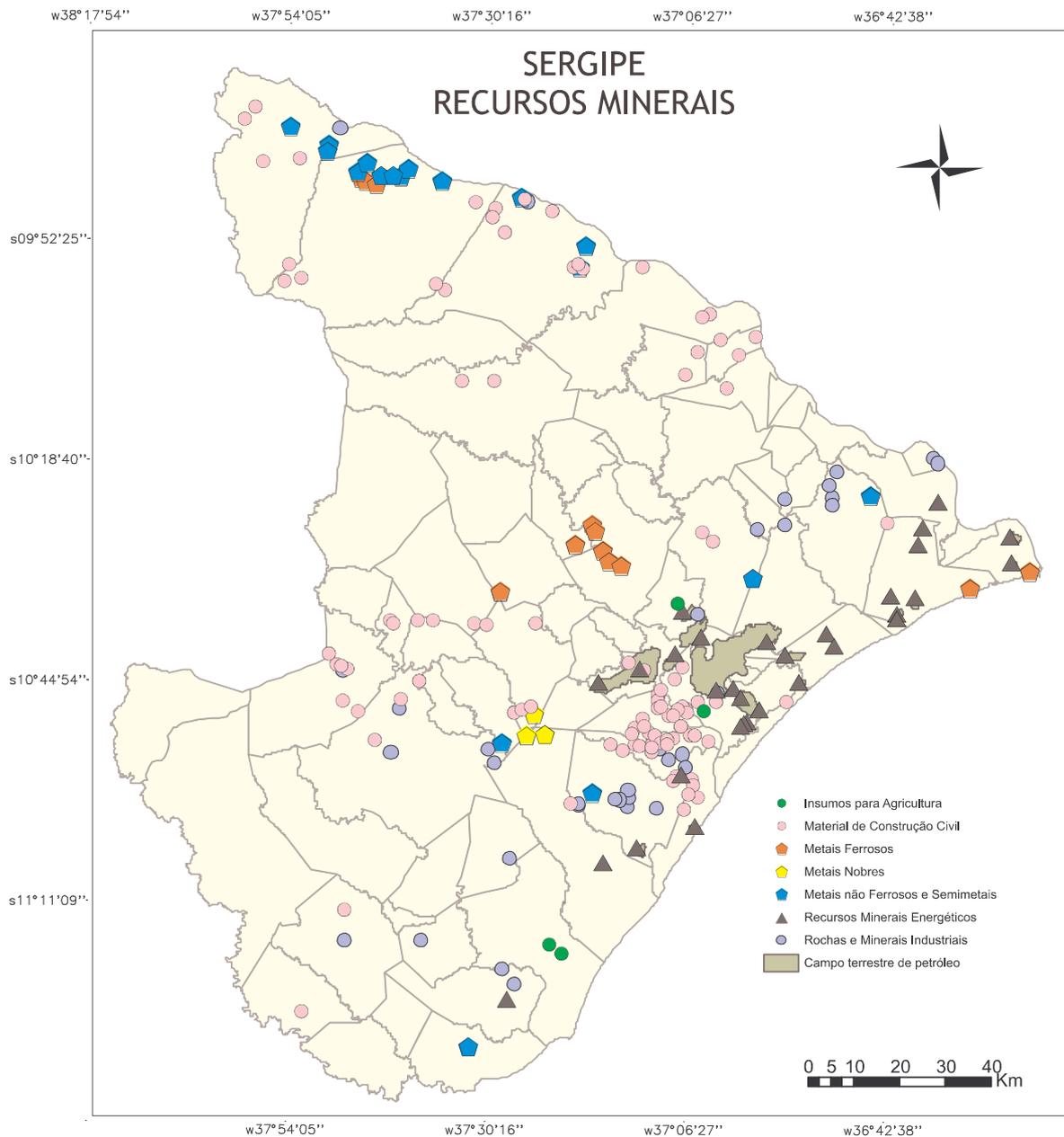


Figura 1 – Distribuição das Riquezas Minerais no Estado de Sergipe
 Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

Fertilizantes

O Estado tem potencial, no que diz respeito à produção de fertilizantes, tanto para a extração de matéria-prima quanto para a composição de formulações que são diretamente aplicadas na atividade agrícola. Sergipe conta com a Fábrica

de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras em Sergipe (FAFEN/SE) na sua base industrial. Estima-se que a FAFEN/SE produza 1.800 toneladas de uréia por dia, ficando a produção anual por volta de 650 mil toneladas. A FAFEN/SE é responsável ainda por uma produção de 1.250 toneladas de amônia por ano.

2.2.2- Turismo

Sergipe conta com 163 km de praias, o que gera uma boa opção para o turismo de lazer, principalmente no litoral sul, com as praias dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba.

As cidades de Laranjeiras e São Cristóvão, próximas à capital, são cidades tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional e contam com casarios, igrejas, ruas de pedras e manifestações culturais.

O litoral norte tem vocação para o ecoturismo. Nele está uma das bases do Projeto Tamar (tartarugas marinhas) e a Reserva Biológica de Santa Isabel, além do pantanal nordestino e da foz do rio São Francisco.

Por fim destaca-se Xingó, onde se situam o 5º maior *canyon* navegável do mundo, sítios arqueológicos e os locais por onde andaram, combateram e morreram cangaceiros, inclusive Lampião e Maria Bonita.

2.2.3- Agronegócios

Sergipe apresenta solo e condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades no setor agropecuário, merecendo destaque as que se seguem:

Fruticultura

Sergipe é produtor de diversas frutas, mas um dos maiores destaques da fruticultura sergipana é a citricultura, pois o Estado apresentava, em 2006, a terceira maior produção de laranja e a sétima maior produção de limão do Brasil, sendo o Sul Sergipano o maior responsável por essas produções.

De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, em 2006, a posição nacional do Estado na produção de outras culturas como: coco-da-baía (6ª), maracujá (6ª), manga (7ª) e mamão (8ª), merecia destaque.

Aqüicultura

De acordo com a SEDETEC (2008), a piscicultura vem sendo apoiada, pela CODEVASF através da disseminação de tanques-rede, viveiros escavados e em canais de irrigação. Incentiva-se também a implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado e o suporte técnico aos empreendimentos voltados à aqüicultura. O Programa de Revitalização da Aqüicultura no Baixo São Francisco apóia projetos de piscicultura e carcinicultura.

Por meio de ações como certificação de qualidade do produto, gerenciamento ambiental, acesso ao crédito para investimento e custeio,

capacitação da mão-de-obra técnica e produtiva, desenvolvimento de pacotes tecnológicos regionalizados e de políticas para industrialização e comercialização da produção, facilitar-se-á o acesso aos mercados nacional e internacional, não só do pescado engordado, mas também, dos insumos produzidos, gerando um cenário para a atração de investidores e de mão-de-obra qualificada.

Pecuária e Leite e Derivados

Em 2006, a produção leiteira sergipana foi de aproximadamente 242 milhões de litros, apresentando possibilidades de crescimento, caso haja um aumento da demanda suficiente para assegurar a produção do pequeno produtor familiar. A partir da implantação de empreendimento com capacidade de processar um grande volume de leite, é possível fomentar um crescimento significativo da produção de leite e derivados do Estado, principalmente no território do Alto Sertão Sergipano.

2.2.4- Atividades Tradicionais

Existem alguns setores da economia sergipana, considerados como tradicionais pelo fato de já estarem arraigados na história econômica do Estado. Entre estes setores destacam-se:

Têxtil, Confecções e Calçados

Como ocorreu no Brasil e no Nordeste, os setores têxtil e de confecção do estado de Sergipe também foram fortemente afetados pela abertura comercial do início da década de 1990 e, mais ainda, pela valorização cambial que se seguiu à implantação do Plano Real.

A reação observada desde então foi uma reestruturação e modernização nos setores têxtil e de confecção, melhorando a competitividade perante o comércio internacional, cada vez mais forte.

O setor calçadista sergipano tem relevância nacional por abrigar em seu parque industrial empresas de grande importância nacional, gerando um número expressivo de empregos diretos.

Construção Civil

De acordo com a SEDETEC (2008), a cadeia da construção civil, em 2004, era responsável por 3,8% do PIB estadual e 6% da população ocupada em Sergipe. As três esferas de governo têm impulsionado esse setor através da retomada dos investimentos em infra-estrutura, da expansão dos programas de financiamento habitacional, inclusive para a aquisição de material de construção, e da redução da tributação no setor.

2.2.5- Atividades Emergentes

De acordo com SEDETEC (2007) as principais atividades apontadas como emergentes são as seguintes:

Biodiesel e Etanol

Sergipe detinha, em 2005, cerca de 25 mil hectares de cana-de-açúcar, existindo a possibilidade de ampliar esta área. Assim como o petróleo, é possível extrair muitos subprodutos da cana-de-açúcar, com o diferencial da cana ser biodegradável. É utilizada para produzir principalmente açúcar e álcool, além do uso do bagaço para a produção de energia elétrica, plásticos, biofertilizantes, biopraguicidas, resinas, ácidos orgânicos, biogás, ração para animais, entre outras utilidades.

Construção Naval

O setor de construção naval brasileiro tem como principais clientes os armadores nacionais e as empresas estatais de petróleo e de mineração que são financiadas pelo Fundo da Marinha Mercante, oriundo dos 25% da TRMM (Taxa de Renovação da Marinha Mercante), cobrada sobre o valor do frete das importações, assim como da retroalimentação das amortizações das embarcações financiadas.

Com a ampliação da demanda deste setor a partir do lançamento do programa de substituição da frota de navios de apoio *offshore*, definindo, no edital de concorrência internacional, uma preferência por navios de bandeira brasileira, houve uma maior contratação de empresas locais, pelas operadoras. As empresas têm sua produção facilitada a partir de financiamentos do BNDES/FMM, para expansão e modernização.

De acordo com a SEDETEC (2007), o setor de construção naval de Sergipe teve um crescimento considerável na década de 1990, tornando-se no ano 2000 o segundo estado do Nordeste em número de empresas do setor.

2.3 A Estrutura do Planejamento Territorial e dos Territórios Sergipanos

Este item visa apresentar os territórios que foram identificados em 2007, a partir do planejamento participativo iniciado em Sergipe, bem como suas participações na economia sergipana. Esse planejamento é chamado de participativo, porque tem como base a participação popular e uma gestão dentro da visão territorial.

As discussões sobre territorialização do estado de Sergipe tiveram como um de seus pilares a definição de território utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que território significa:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2008).

Essa visão territorial implica em uma construção social em que são observadas as condições naturais, sociais, econômicas, entre outras, que geram, a partir do processo histórico, um sentimento de pertencimento coletivo dos atores sociais ao território, formando a identidade territorial, a qual pode ser identificada através das principais dimensões de reprodução dos atores sociais. As dimensões analisadas a fim de identificar a identidade territorial foram:

- Econômico-Produtiva
- Geoambiental
- Social
- Político-Institucional
- Sócio-Cultural

A perspectiva territorial, articulando políticas públicas e demandas sociais, é um elemento novo nas políticas de desenvolvimento de Sergipe que visa promover o desenvolvimento dentro de uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, respeitando a diversidade cultural e tomando como base a inclusão social. A partir desta estratégia, torna-se possível a valorização dos recursos locais, bem como o estímulo à participação da população, de modo que as políticas possam efetivamente provocar as transformações demandadas pela sociedade.

A partir da organização territorial do estado, é possível elaborar estratégias que possibilitem a interiorização do desenvolvimento, desconcentrando assim as atividades produtivas, que se encontram hoje altamente concentradas na capital e proximidades.

Em 20 de abril de 2007, o Governo de Sergipe instituiu os territórios de planejamento do desenvolvimento de Sergipe. Essa territorialização tem como principal objetivo servir de base para a promoção do desenvolvimento equânime entre as regiões do Estado.

A implantação do planejamento territorial participativo no estado de Sergipe, iniciada em 2007, considerou as diversas dimensões que influenciam o desenvolvimento. Para que pudesse ser construído um plano de governo participativo e que contemplasse as demandas sociais, capaz de atender às

demandas específicas das diferentes realidades do estado, trabalhou-se dentro de uma visão territorial. No quadro a seguir são mostradas as variáveis analisadas em cada dimensão estudada.

ECONÔMICO	
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • PIB per capita • PIB Grandes Setores - % • Numero de Estabelecimentos Comerciais • % de Participação da Administração Pública na Formação do PIB Municipal • % do Município na Formação do PIB Industrial do Estado • % Indústria Extrativa no PIB Municipal • % de Utilização das Terras – Pastagens e Lavouras • % de Utilização das Terras – Culturas Permanentes e Temporárias • % de Utilização das Terras – Cultura Predominante (Área Plantada) • Principais Culturas (Área Plantada e Valor da Produção) • Índice de Empreendedorismo (Empresas Formais /PEA) • Crédito Rural (Pronaf) Recebido pela Agricultura Familiar do Município
Concentração fundiária	<ul style="list-style-type: none"> • % de Agricultura Familiar no Nº Total de Estabelecimentos da Produção Agrícola • % de Agricultura Patronal no Nº Total de Estabelecimentos da Produção Agrícola • % da Área Agrícola Total Ocupada pela Agricultura Familiar • % da Área Agrícola Total Ocupada pela Agricultura Patronal • % do Total Municipal de Estabelecimentos que possuem até 50 ha • % da Área Total Municipal dos Estabelecimentos com até 50 ha • % da Área Total Municipal dos Estabelecimentos que possuem mais de 500 ha • % do Nº Total Municipal de Estabelecimentos que possuem mais de 500 há
Renda	<ul style="list-style-type: none"> • Renda per capita • % de Pessoas com mais de 50% da Renda Proveniente de Transferências Governamentais (2000) • % da Renda Municipal Proveniente de Transferências Governamentais (Aposentadorias, Pensões e Programas de auxílio, tais como bolsa escola, renda mínima seguro-desemprego, etc.) na Renda Total do Município
Finanças Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação Tributária Municipal (IPTU, ISS, IBTI, etc.) • Arrecadação Tributária Municipal per capita • Transferências de Tributos Estaduais para os Municípios (ICM, Outros) • Transferências de Tributos Estaduais per capita • Total de Recursos Federais Recebidos pelos Municípios • Total de Recursos Federais Recebidos per capita • Total Recebido do Gov Federal na Função de Governo "Assistência Social" • Recebimentos do Gov Federal na Função de Governo "Assistência Social" per capita • Total Federal Recebido na Função "Bolsa-Família" • "Bolsa-Família per capita" • Total de Recebimentos Federais na Função de Gov. "Educação" • Recebimentos Federais na Função de Gov. Educação per capita • Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde" Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde" • Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde" per capita • Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. Encargos Especiais – FPM • Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. Encargos Especiais – FPM per capita • Total Recebido na Função de Gov. Encargos Especiais "Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural" • "Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural" per capita
SOCIAL	
Demográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Desenvolvimento Humano • População Absoluta • Densidade Demográfica • Predomínio População Rural-Urbana • Taxa de Crescimento da População Rural 1991-2000 • Taxa de Crescimento Populacional 1991-2000 • Variação Absoluta da População Total (1991-2000) • Variação Absoluta da População Urbana (1991-2000) • Variação Relativa da População Total (1991-2000) • Variação Relativa da População Urbana (1991-2000)

Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de escolarização • % da População de 7 a 14 anos na Escola (2000) • % da População de 10 anos ou mais com 15 anos ou mais de instrução • Matrícula na Pré-Escola • Matrícula no Ensino Fundamental • Matrícula no Ensino Médio
Vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Mortalidade Infantil • Longevidade • Esperança de Vida • Leitos Hospitalares per capita • % de Pessoas que vivem em Famílias com razão de dependência maior do que 75% • % de Domicílios com Água Encanada • % de Domicílios sem Renda • % de Domicílios sem Coleta de Lixo • % de Pobres (2000) • % de Indigentes (2000)
GEO-AMBIENTAL	
Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura Vegetal
Geologia	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos Solos
Pedologia	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Tipos de Solos
Hidrografia	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Bacias Hidrográficas
POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
Capital Social	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Organizações Sociais por Município
SÓCIO-CULTURAL	
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos Bibliográficos

Quadro 1 – Dimensões e Variáveis analisadas na concepção dos Territórios Sergipanos
 Fonte: SEPLAN, 2007

Após o levantamento e análise das diversas dimensões e seus respectivos desdobramentos, foi possível identificar uma organização territorial dos municípios sergipanos. Antes de se chegar à territorialização final, houve uma série de eventos para se discutir uma territorialização que fosse amplamente aceita. Esses eventos encontram-se descritos, em ordem cronológica, no quadro a seguir:

DATA	EVENTO	PARTICIPANTES	ACONTECIMENTOS
6 a 9 de fevereiro de 2007	Seminário “Planejamento Territorial de Sergipe”.	Mais de 300 participantes de órgãos e instituições das três esferas de Governo, Órgãos de Pesquisa e Financiamento, Sociedade Civil.	Conferências, Palestras Debates, Concertações Oficinas Metodológicas.
14/02/07	Reunião de Trabalho com Professores da Universidade Federal de Sergipe.	Equipe Diretiva da SEPLAN e Professores da UFS.	Definição dos critérios, procedimentos e metodologias.
23/02/07	Oficina de Ações Federais em Sergipe.	Mais de 120 Pessoas e representantes de 15 órgãos federais com forte atuação no Estado de Sergipe.	Apresentação das ações Federais em execução no Estado.
20/03/07	1ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios.	Cerca de 100 representantes.	Apreciação e ajuste da Proposta de Territorialização.
26/03/07	2ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios.	SDT/MDA, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, SEPLAN, Articuladores e outros.	Discussão da Contraposição dos territórios apoiados pela SDT/MDA e da SEPLAN
27 /03/07	3ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios.	Cerca de 150 participantes.	Concertação e ajuste da proposta final dos territórios.
29/03/07	Oficina: Visão, Atratividade e Perspectivas das Empresas em Sergipe.	Cerca de 116 participantes e presença de representantes de 58 empresas.	Apresentação das ações e perspectivas empresariais em Sergipe.
18/04/07	Sessão solene de assinatura do Decreto instituindo os Territórios	Cerca de 300 participantes: Governador do Estado, Prefeitos Municipais, representantes de Movimentos Sociais.	Adesão dos Municípios ao processo do Planejamento do Desenvolvimento Territorial participativo.

Quadro 2 – Cronologia de construção da proposta de territorialização

Fonte: SEPLAN, 2007

Após a territorialização do Estado, que contou com a adesão de todas as suas prefeituras, passou-se a fazer conferências com o objetivo de obter as demandas oriundas da sociedade. Durante as conferências os temas eram discutidos em salas diferentes de acordo com as seguintes áreas: Educação; Saúde; Segurança; Assistência Social; Habitação; Agropecuária; Administração Pública; Indústria, Comércio, Serviços e Turismo; Cultura, Esporte e Lazer, e; Infra-Estrutura (estradas, energia e saneamento ambiental).

Foram identificadas mais de 8 mil demandas de políticas públicas bem como ações para promover o desenvolvimento dos territórios. Essas demandas serviram como base para que as Secretarias de Estado elaborassem o Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2008-2011).

Após a análise das diversas características econômicas, sociais, geoambientais, entre outras, e de uma ampla discussão participativa, foram identificados oito territórios no Estado de Sergipe, sendo eles:

- Agreste Sergipano
- Alto Sertão Sergipano
- Baixo São Francisco Sergipano
- Centro - Sul Sergipano
- Grande Aracaju
- Leste Sergipano
- Médio Sertão Sergipano
- Sul Sergipano

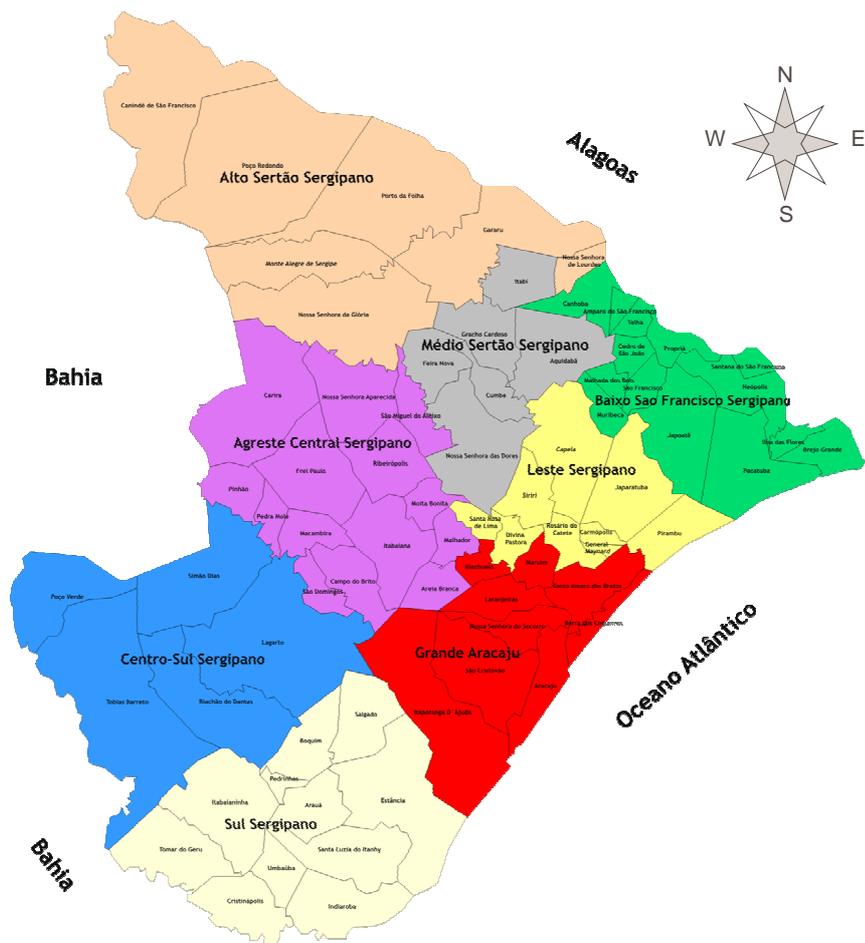


Figura 2 – Mapa dos Territórios Sergipanos, 2007
 Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

O planejamento do desenvolvimento territorial partiu da constatação de que a riqueza é muito concentrada no território da Grande Aracaju, o que pode ser percebido no mapa a seguir, através da concentração do PIB principalmente na capital, sendo necessário planejar um desenvolvimento mais equilibrado em termos espaciais (ver Figura 3).

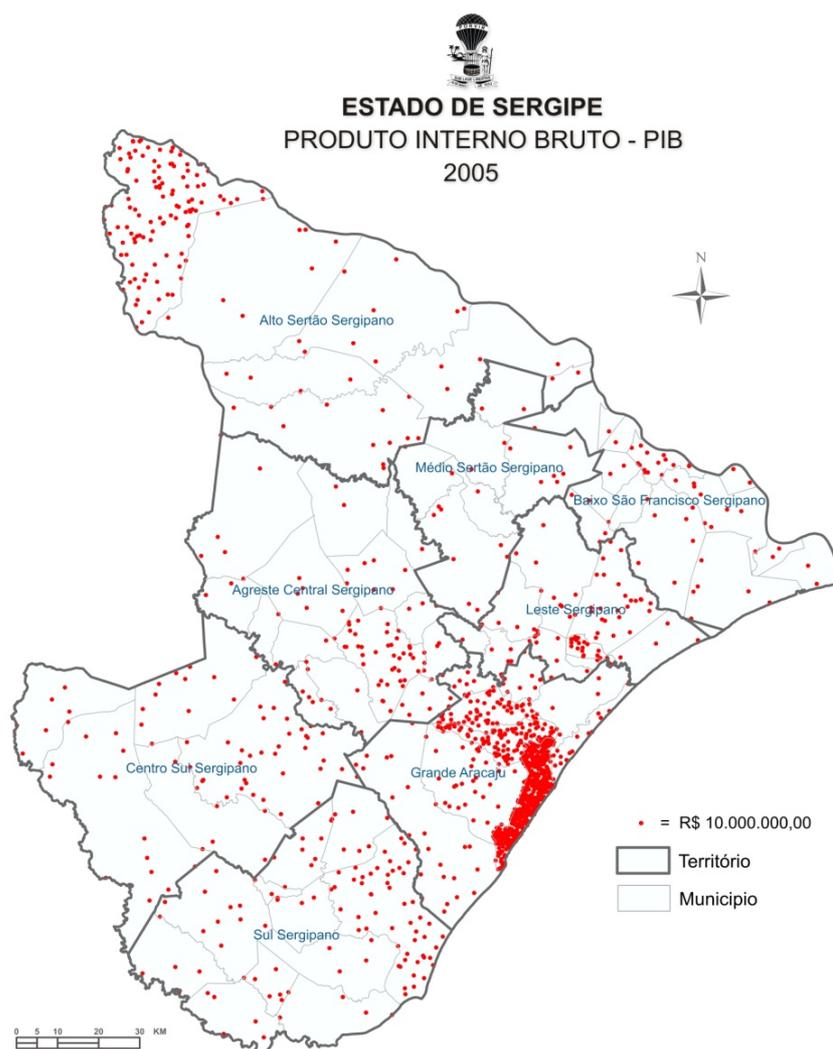


Figura 3 – Territorialização do Produto Interno Bruto de Sergipe - 2005
 Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

Essa concentração da riqueza acaba se refletindo no desenvolvimento humano, perceptível através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ver figura a seguir).

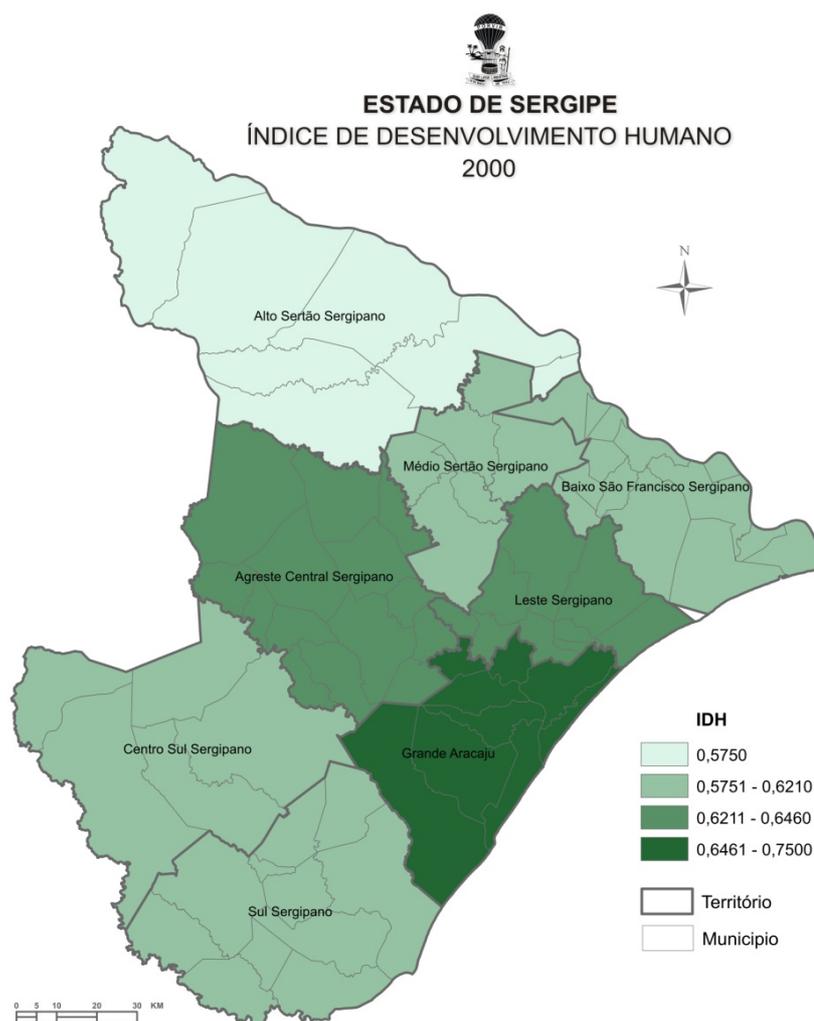


Figura 4 – Territorialização do Índice de Desenvolvimento Humano, 2000

Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

Obs.: Obtido a partir da média ponderada dos municípios.

Verifica-se que no decorrer de uma década (1991 a 2000), Sergipe teve uma evolução do IDH relativamente melhor que a do Brasil, apresentando um crescimento de 0,597 para 0,682 enquanto que o Brasil passou de 0,696 para 0,766 (ver Gráfico 2).

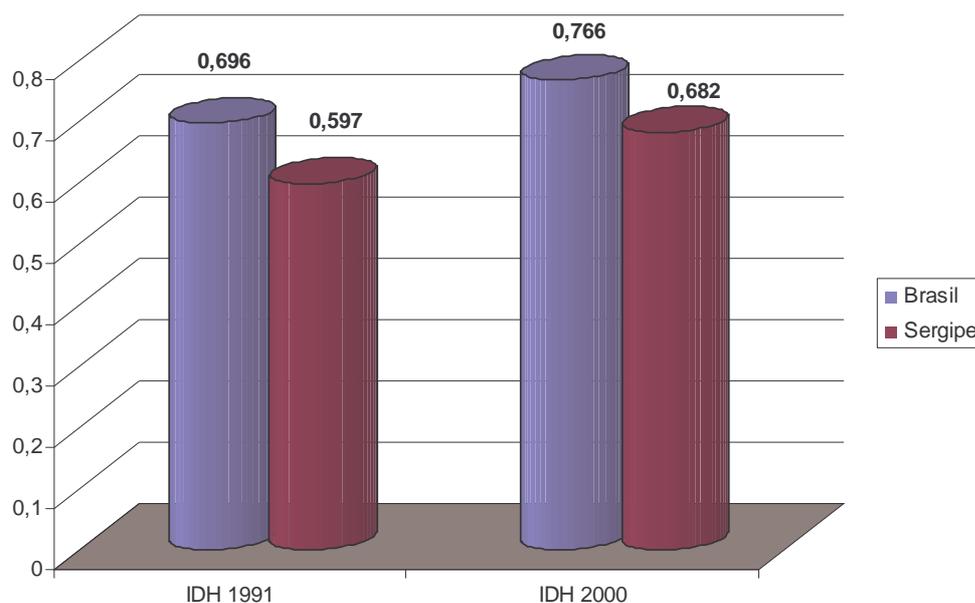


Gráfico 2- Índice de Desenvolvimento Humano Brasil/Sergipe
 Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

A taxa de urbanização de Sergipe tem apresentado crescimento em patamar elevado, superando a apresentada pela região Nordeste. A taxa de urbanização é ainda maior quando se observa o Território da Grande Aracaju (ver Figura 5).

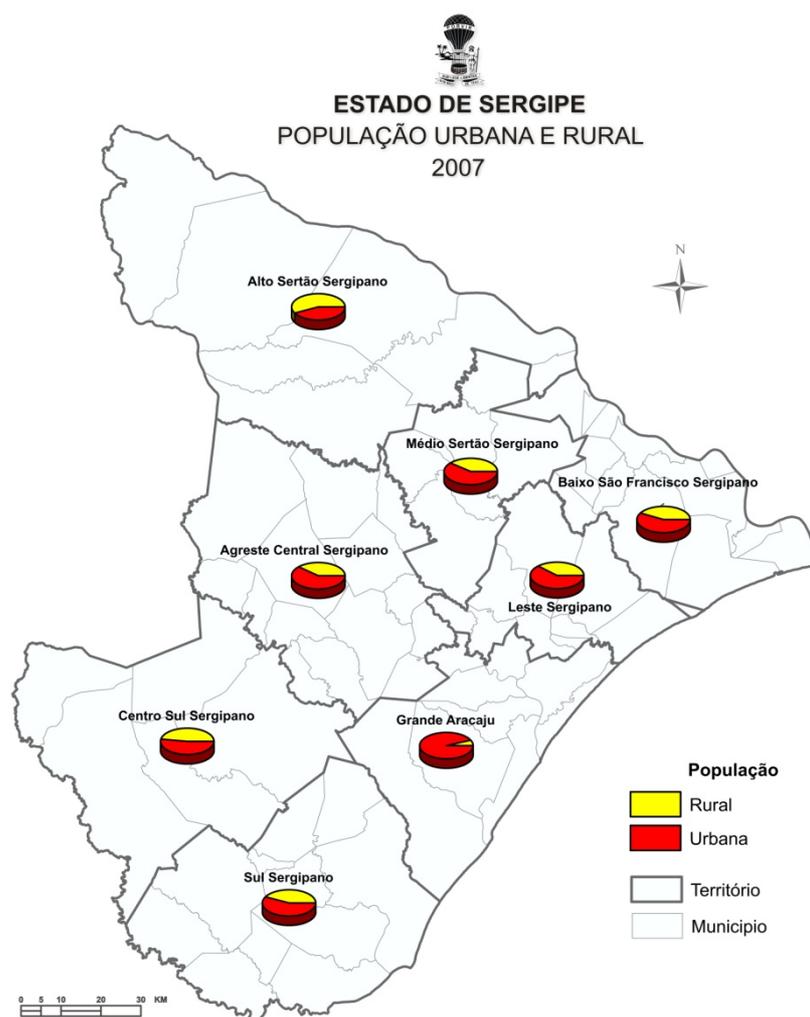


Figura 5 – Territorialização da População Urbana e Rural de Sergipe, 2007

Fonte: SEPLAN/SUPES/GIGEC

A Estrutura do Produto Interno Bruto dos Territórios Sergipanos

Como foi ponderado no item anterior, o Produto Interno Bruto sergipano, em 2005, estava fortemente concentrado no território da Grande Aracaju, que respondia por 56,12% do PIB estadual e era seguido pelo Alto Sertão, 11,12% e pelo Sul Sergipano, 8,40%. Os territórios de base mais rural e que não contavam com empreendimentos industriais de grande porte apresentavam participação reduzida no PIB, como a Médio Sertão, o Baixo São Francisco e o Centro-Sul (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preço de mercado, segundo os Territórios Sergipanos 2005 (em R\$)

Território	PIB	% PIB
Grande Aracaju	7.532.984.848	56,1
Alto Sertão Sergipano	1.492.741.788	11,1
Sul Sergipano	1.127.527.231	8,4
Agreste Central Sergipano	899.435.760	6,7
Leste Sergipano	868.622.199	6,5
Centro-Sul Sergipano	761.237.253	5,7
Baixo São Francisco Sergipano	528.889.497	3,9
Médio Sertão Sergipano	210.730.123	1,6
Total	13.422.168.699	100,00

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005. Elaboração: Autor.

Ao longo do período de 2002 a 2005, verificou-se uma redução das participações no PIB estadual em metade dos territórios, sendo as reduções mais expressivas sentidas nos Territórios da Grande Aracaju, passando de 58,27% (2002) para 56,12% (2005) e do Sul Sergipano, que caiu de 9,30% para 8,40%. Na outra metade dos territórios, em que houve um crescimento da participação no PIB estadual durante o período, o Território que teve uma evolução mais significativa foi o Leste Sergipano, de 2,1% (ver Gráfico 2).

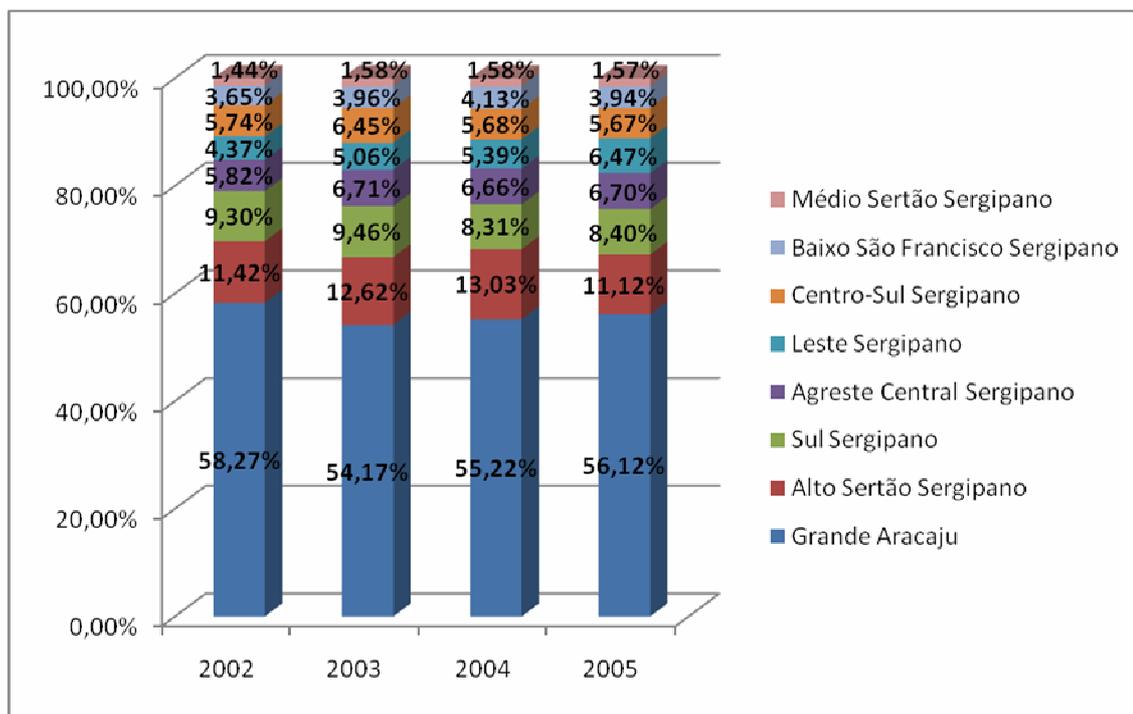


Gráfico 3 - Evolução da participação dos territórios no PIB Sergipano (%) - 2002 a 2005

Fonte: IBGE, Contas Regionais. Elaboração: Autor.

Os territórios detentores de jazidas minerais e potencial hidrelétrico apresentam os produtos internos brutos por habitante significativamente mais elevados que os demais. Os PIBs per capita mais elevados são os dos territórios do Alto Sertão (R\$ 10,7 mil), Leste Sergipano (R\$ 9,9 mil) e Grande Aracaju (R\$ 8,8 mil). Já os PIBs per capita menores se encontram nos territórios Médio Sertão (R\$ 3,3 mil) Centro-Sul (R\$ 3,5 mil) e Agreste (R\$ 4 mil) (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto per capita a preço de mercado, segundo os Territórios Sergipanos 2005

Território	PIB per capita
Alto Sertão Sergipano	10.730
Leste Sergipano	9.878
Grande Aracaju	8.786
Sul Sergipano	4.579
Baixo São Francisco Sergipano	4.176
Agreste Central Sergipano	3.949
Centro-Sul Sergipano	3.480
Médio Sertão Sergipano	3.298
SERGIPE	6.821

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005 e Estimativa da População, 2005. Elaboração: Autor.

O PIB per capita é um indicador importante para os municípios, mas nem sempre significa maior poder de compra ou maior nível de bem-estar nessas regiões, posto que parcela expressiva da riqueza produzida pode não ser ali internalizada, consistindo em renda transferida para outros territórios ou mesmo para outros estados da federação.

Participação do Setor Agrícola no PIB

Os territórios com maior geração de riqueza agropecuária em 2005 foram o Sul Sergipano, o Centro-Sul e o Alto Sertão, que representavam, respectivamente, 15,6%, 15,4% e 15,2% do PIB agropecuário estadual.

Em termos de especialização setorial, a agropecuária apresenta uma participação mais expressiva nos PIBs do Médio Sertão, do Baixo São Francisco e do Centro-Sul. Nos territórios com maior presença industrial, como Grande Aracaju e Leste, o setor agropecuário responde por menos de 5% da riqueza gerada (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Sergipe: Produto Interno Bruto Agropecuário, segundo os Territórios Sergipanos – 2005

Território	PIB Agropecuário		
	R\$	% no PIB do Território	% no PIB Agropecuário de Sergipe
Sul Sergipano	83.257.690	7,4	15,6
Centro-Sul Sergipano	81.879.391	10,8	15,4
Alto Sertão	80.880.166	5,4	15,2
Agreste Central	76.299.431	8,5	14,3
Grande Aracaju	70.240.784	0,9	13,2
Baixo São Francisco	63.809.054	12,1	12,0
Leste Sergipano	40.296.641	4,6	7,6
Médio Sertão	36.309.654	17,2	6,8
Sergipe	532.972.811	4,4	100,0

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005. Elaboração: Autor.

Participação do Setor Industrial no PIB

Os territórios que tinham suas economias mais industrializadas em 2005 eram o Alto Sertão, o Leste e a Grande Aracaju, pois o PIB industrial respondia, respectivamente, por 71,1%, 60,6%, 24,7% e 24,1% do PIB territorial. Já os territórios que tinham maior representatividade na economia industrial do estado eram a Grande Aracaju, o Alto Sertão Sergipano e o Leste Sergipano, que respondiam, respectivamente, por 46,6%, 26,6% e 13,2% do PIB industrial estadual.

As economias menos industrializadas em 2005 pertenciam aos territórios do Médio Sertão, do Centro-Sul e do Agreste Central, o que pode ser verificado pela baixa representatividade de setor industrial, tanto no PIB territorial (7,6%, 10,2% e 10,2%, respectivamente), quanto no PIB estadual (0,4%, 1,9% e 2,2%, respectivamente) (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Sergipe: Produto Interno Bruto Industrial, segundo os Territórios Sergipanos - 2005

Território	PIB Industrial		
	R\$	% no PIB do Território	% no PIB industrial de Sergipe
Grande Aracaju	1.859.335.979	24,7	46,6
Alto Sertão Sergipano	1.061.176.340	71,1	26,6
Leste Sergipano	526.393.747	60,6	13,2
Sul Sergipano	271.995.466	24,1	6,8
Agreste Central	91.319.891	10,2	2,3
Baixo São Francisco	89.513.887	16,9	2,2
Centro-Sul Sergipano	77.636.460	10,2	1,9
Médio Sertão	16.053.607	7,6	0,4
Sergipe	3.993.425.377	33,3	100

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005. Elaboração: Autor.

Participação do Setor Serviços no PIB

O Setor Serviços tem grande importância para economia sergipana, sendo responsável por 62,3% do PIB Sergipano em 2005. O PIB deste setor era extremamente concentrado, em 2005, no território da Grande Aracaju, que respondia por 61,2% de todo o produto interno gerado no setor de serviços sergipano. Os territórios que vinham em seguida, mas bem abaixo, eram o Agreste Central e o Sul Sergipano, com respectivamente 8,7% e 8,6%. Apenas dois territórios não concentravam mais da metade de seus PIBs no setor de serviços, sendo eles o Alto Sertão (21,7%) e o Leste (30,6%).

Para regiões carentes de empreendimentos de grande porte, o setor de serviços é particularmente importante, pois o comércio, a prestação de serviços e as atividades do setor público vêm suprir parte da carência de postos de trabalho que ocupem a mão-de-obra, tornando-se uma fonte importante para a geração de emprego e renda, o que pode ser percebido, por exemplo, no Médio Sertão, que, apesar da pequena representatividade no Estado (menos de 2%), tem no setor de serviços quase 70% do seu PIB (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Sergipe: Produto Interno de Serviços, segundo os Territórios Sergipanos - 2005

Território	PIB de Serviços		
	RS	% no PIB do Território	% no PIB de Serviços de Sergipe
Grande Aracaju	4.564.386.771	60,6	61,2
Agreste Central	651.035.189	72,4	8,7
Sul Sergipano	637.904.901	56,6	8,6
Centro-Sul Sergipano	541.314.529	71,1	7,3
Baixo São Francisco	332.634.901	62,9	4,5
Alto Sertão Sergipano	323.242.880	21,7	4,3
Leste Sergipano	265.674.514	30,6	3,6
Médio Sertão	147.092.066	69,8	2,0
Sergipe	7.463.285.751	62,3	100,0

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005. Elaboração: Autor.

Participação da Administração Pública no PIB

Dentro do setor de serviços merece destaque a participação das atividades da Administração Pública, que, em 2005, contribuíram com 20% do PIB total do Estado. O PIB da administração pública era concentrado no território da Grande Aracaju, que respondia por 42,3% do PIB dessa atividade. Em seguida, em um patamar bem inferior, vinham o território do Sul Sergipano, do Agreste Central e do Centro-Sul, com 12,3%, 11,2% e 10,5%, respectivamente.

Em metade dos territórios (Médio Sertão, Centro Sul, Baixo São Francisco e Sul Sergipano) a administração pública é responsável por uma geração de riqueza maior que a dos demais setores (individualmente), o que demonstra a grande importância desta atividade para a economia dos territórios. Esse dado também demonstra a fragilidade econômica dos territórios, pois são altamente dependentes do Estado.

O Médio Sertão é o território mais dependente das atividades da Administração pública, com 42,4% da sua economia baseada neste segmento, em seguida vem o Centro-Sul, com 37,2% (ver Tabela 6).

Tabela 6 - Sergipe: Produto Interno da Administração Pública, segundo os Territórios Sergipanos - 2005

Território	PIB da Administração Pública		
	R\$	% no PIB do Território	% no PIB da Administração Pública de Sergipe
Grande Aracaju	1.138.641.332	15,1	42,3
Sul Sergipano	330.895.442	29,4	12,3
Agreste Central	301.672.591	33,5	11,2
Centro-Sul Sergipano	283.084.070	37,2	10,5
Alto Sertão Sergipano	203.468.686	13,6	7,6
Baixo São Francisco	181.805.823	34,4	6,8
Leste Sergipano	160.323.625	18,5	6,0
Médio Sertão	89.286.242	42,4	3,3
Sergipe	2.689.177.811	20,0	100,0

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005. Elaboração: Autor.

A partir da nova visão territorial do Estado de Sergipe e do mapeamento da dinâmica dos territórios, será possível identificar e fomentar as atividades econômicas que poderão trazer um melhor resultado econômico, que também poderá gerar uma melhoria dos indicadores sociais, de forma mais equilibrada entre os territórios que compõem o Estado.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS SERGIPANOS

Neste capítulo será feita uma caracterização da economia dos territórios sergipanos, apontando-se quais os setores e as atividades que são mais relevantes na composição econômica territorial, por terem a capacidade de gerar ocupação e renda para os territórios.

3.1 O Território da Grande Aracaju

O território da Grande Aracaju é responsável pela concentração de grande parte da população, das atividades econômicas e da renda estadual, tendo a agricultura baixo peso na composição de seu PIB, e conta com uma forte presença da indústria extrativo-mineral.

Este território detém uma área de 2187,4 km², tendo uma participação de 10% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE em 2007, era de 847.941 habitantes, representando 43,7% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 387,7 hab/Km².

Os nove municípios que compõem esse território são: Aracaju; Barra dos Coqueiros; Itaporanga d'Ajuda; Laranjeiras; Maruim; Nossa Senhora do Socorro; Riachuelo; Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

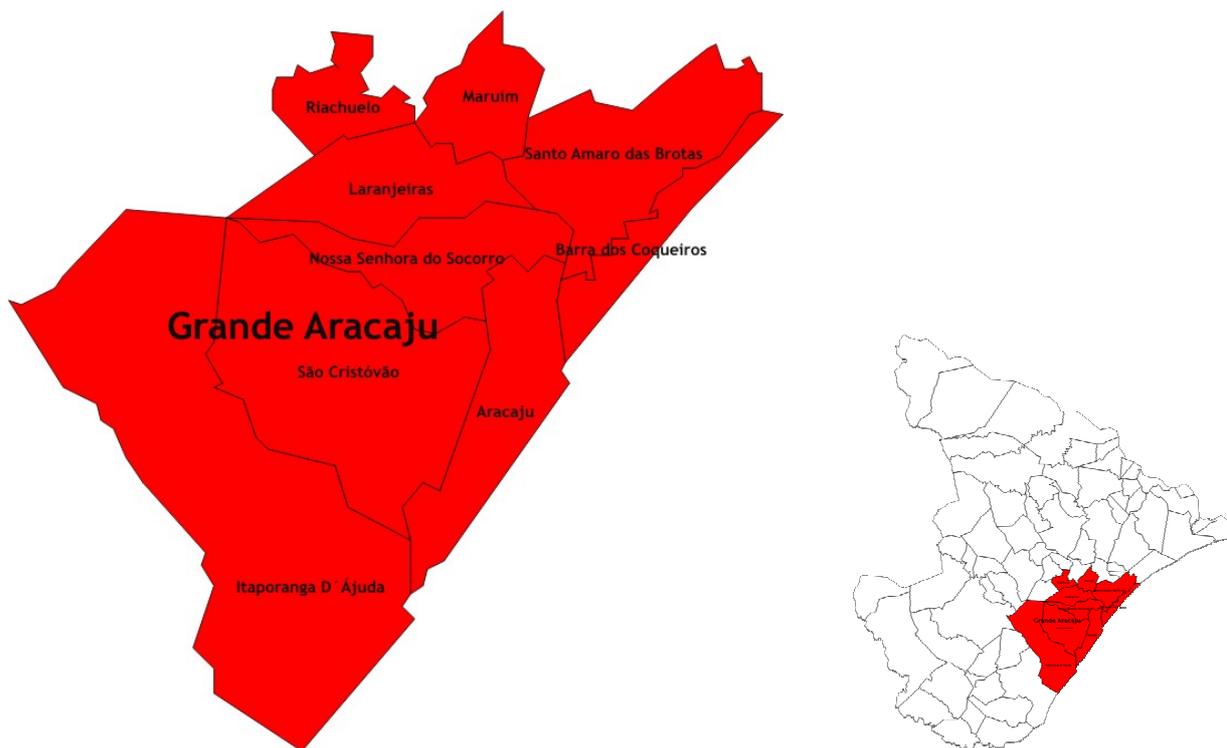


Figura 6 – Território da Grande Aracaju

Este território era responsável por 56,1% do PIB sergipano, sendo o setor de serviços responsável por 60,1% do produto do território, no ano de 2005. O PIB do território era concentrado na capital do Estado, Aracaju, que detinha, em 2005, 56,1% do produto territorial.

As Atividades Agropecuárias

A maior parte das terras do território Grande Aracaju era, em 2006, utilizada para Lavouras permanentes (37,9%), vindo em seguida as pastagens (33%).

Vale a pena ressaltar que houve uma inversão entre a representatividade das áreas destinadas às lavouras permanentes e das destinadas às pastagens, entre 1996 e 2006, pois, em 1996, as pastagens detinham 56,1% das terras e as lavouras permanentes apenas 21,2% (ver Tabela 7).

Tabela 7 – Utilização das Terras do Grande Aracaju (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)			
	1996	%	2006	%
Lavouras permanentes	20.972	21,2	34.145	37,9
Pastagens	55.497	56,1	29.741	33,0
Lavouras temporárias	15.136	15,3	16.312	18,1
Matas e florestas	7.268	7,4	9.943	11,0
Total	98.873	100,0	90.141	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

O setor agrícola é caracterizado pelas culturas da cana-de-açúcar, na bacia do Cotinguiba, e do coco, no litoral. Essas duas culturas respondiam, em 2006, por quase 80% da área plantada e mais de 86% do valor da produção.

Analisando-se a evolução do setor agrícola do território da Grande Aracaju, entre 1994 e 2006, verifica-se que a cultura da cana-de-açúcar teve um crescimento muito significativo, tanto em termos de área plantada, quanto na representatividade do valor de produção, enquanto que o coco seguiu o caminho inverso, tendo perdas de participação consideráveis (ver Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 – Principais culturas do Território Grande Aracaju segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Grande Aracaju		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Cana-de-açúcar	7.580	23,1	6.920	23,7	4.340	18,7	12.100	38,3
	Mandioca	1.535	4,7	1.333	4,6	1.407	6,1	3.806	12,1
	Milho (em grão)	557	1,7	881	3,0	1.001	4,3	540	1,7
	Feijão (em grão)	237	0,7	191	0,7	161	0,7	438	1,4
	Amendoim (em casca)	50	0,2	52	0,2	57	0,3	94	0,3
	Batata - doce	28	0,1	29	0,1	38	0,2	52	0,2
	Melancia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	24	0,1
	Fava (em grão)	10	0,0	12	0,0	12	0,1	20	0,1
	Fumo (em folha)	5	0,0	5	0,0	2	0,0	20	0,1
	Abacaxi	7	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,0
Total		10.009	30,5	9.423	32,3	7.018	30,3	17.097	54,2
Permanente	Coco-da-baía	21.162	64,5	18.050	61,9	14.527	62,7	12.552	39,8
	Laranja	769	2,3	913	3,1	887	3,8	1.356	4,3
	Banana	437	1,3	355	1,2	347	1,5	306	1,0
	Maracujá	70	0,2	68	0,2	94	0,4	179	0,6
	Manga	359	1,1	307	1,1	229	1,0	56	0,2
	Mamão	0	0,0	36	0,1	42	0,2	20	0,1
	Limão	0	0,0	4	0,0	9	0,0	8	0,0
	Goiaba	0	0,0	21	0,1	7	0,0	0	0,0
Total		22.797	69,5	19.754	67,7	16.142	69,7	14.477	45,9
Total das Culturas		32.806	100,0	29.177	100,0	23.160	100,0	31.574	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 9 – Principais culturas do Território Grande Aracaju segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Grande Aracaju		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Cana-de-açúcar	8.214	32,6	9.717	43,8	11.148	38,6	34.855	54,0
	Mandioca	522	2,1	953	4,3	1.221	4,2	2.853	4,4
	Feijão (em grão)	74	0,3	110	0,5	55	0,2	256	0,4
	Batata - doce	25	0,1	42	0,2	46	0,2	187	0,3
	Milho (em grão)	116	0,5	180	0,8	211	0,7	175	0,3
	Melancia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	149	0,2
	Amendoim (em casca)	16	0,1	21	0,1	36	0,1	115	0,2
	Fumo (em folha)	7	0,0	8	0,0	3	0,0	69	0,1
	Abacaxi	42	0,2	0	0,0	0	0,0	44	0,1
	Fava (em grão)	2	0,0	5	0,0	11	0,0	15	0,0
Total		9.018	35,8	11.036	49,7	12.731	44,1	38.718	60,0
Permanente	Coco-da-baía	14.139	56,2	8.511	38,3	13.006	45,1	20.672	32,0
	Laranja	664	2,6	755	3,4	1.372	4,8	3.268	5,1
	Banana	875	3,5	535	2,4	964	3,3	1.109	1,7
	Manga	344	1,4	1.050	4,7	300	1,0	364	0,6
	Maracujá	141	0,6	137	0,6	209	0,7	239	0,4
	Mamão	0	0,0	148	0,7	240	0,8	160	0,3
	Limão	0	0,0	6	0,0	20	0,1	16	0,0
	Goiaba	0	0,0	23	0,1	7	0,0	0	0,0
Total		16.163	64,2	11.165	50,3	16.118	55,9	25.828	40,0
Total das Culturas		25.181	100,0	22.201	100,0	28.849	100,0	64.546	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

A produção de mel de abelha e a criação de aves são muito expressivas nesse território. Entre as criações, destaca-se a avicultura, notadamente nos municípios de São Cristóvão e Itaporanga.

A avicultura é uma atividade de grande importância para o território, que possuía, em 2006, mais de 1/4 dos efetivos estaduais de galinhas. Outro exemplo da importância desta atividade é o efetivo de codornas, que não existia em 1994 no território, e em 2006 detinha 76,5% de todo o efetivo estadual.

O território respondia em 2006 por 22% da produção de mel de abelha e 32% dos ovos de galinha do Estado, sendo estes dois produtos responsáveis por 71,7% e 40,3%, respectivamente, do valor monetário produzido no Estado a partir de produtos de origem animal (ver Tabela 10).

Tabela 10 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território Grande Aracaju – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Codornas	0	0,0	11.059	60,0	15.810	52,5	14.446	76,5
	Galos, frangas, frangos e pintos	606.789	30,0	980.062	35,9	899.855	29,1	1.006.900	26,6
	Galinhas	107.226	12,2	158.114	18,9	282.177	23,4	398.226	25,6
	Muar	2.909	7,7	821	5,5	1.079	6,9	1.219	6,9
	Suíno	3.841	3,9	8.438	10,3	8.175	8,5	7.960	6,9
	Bovino	51.692	6,3	43.397	4,7	47.089	5,5	64.419	6,0
	Eqüino	5.526	6,4	4.008	6,2	4.377	6,6	4.412	6,0
	Caprino	481	2,0	298	4,3	356	2,7	1.013	4,8
	Ovino	3.222	2,0	2.418	2,9	2.861	2,4	6.126	3,6
	Asinino	252	2,2	178	1,8	231	2,4	245	2,3
	Bubalino	2	0,6	15	4,6	14	3,6	0	0,0
	Coelhos	0	0,0	108	24,9	75	31,3	0	0,0
	Produção de origem animal	Ovos de codorna (Mil dúzias)	0	0,0	76	39,6	110	43,1	93
Ovos de galinha (Mil dúzias)		944	13,2	1.586	22,5	6.744	37,8	7.015	32,0
Mel de abelha (Quilograma)		898	10,4	332	2,1	20.012	35,8	16.180	22,0
Leite (Mil litros)		2.669	4,0	3.842	3,3	3.708	3,3	4.891	2,0
Valor da produção (Mil Reais)	Ovos de codorna	0	0,0	28	34,6	44	41,5	66	71,7
	Mel de abelha	4	10,5	2	1,8	114	30,4	211	40,3
	Ovos de galinha	873	13,8	1.422	20,8	6.243	24,6	14.429	30,8
	Leite	969	5,6	1.837	5,4	1.833	4,1	2.614	2,2
	Total	1.846	7,8	3.289	8,0	8.234	11,7	17.320	10,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

A indústria de transformação era a atividade industrial que mais empregava em 2006, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e, apesar de ter apresentado um decréscimo entre 1994 e 1998 (14,6%), conseguiu se recuperar, apresentando um crescimento de mais de 40%, entre 1994 e 2006.

O segmento da Construção era o segundo maior em termos mão-de-obra ocupada formalmente em 2006, e em termos relativos, apresentou o maior crescimento entre 1994 e 2006 (120%).

A ocupação, no setor industrial como um todo obteve um crescimento de quase 48% entre 1994 e 2006, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 11 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território Grande Aracaju segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	13.833	11.816	-14,6	14.904	19.436	30,4	40,5
Construção	7.588	11.195	47,5	11.684	16.695	42,9	120,0
Indústrias extrativas	2.796	295	-89,5	1.046	2.260	116,1	-19,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3.073	1.431	-53,4	1.422	1.915	34,7	-37,7
Total	27.290	24.737	-9,4	29.056	40.306	38,7	47,7

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Analisando-se os dados da RAIS referentes à ocupação nas atividades de serviços, verifica-se que apesar de ser o único território a não ter mais de 50% da sua mão-de-obra formal ocupada na administração pública, defesa e seguridade social, em 2006, ainda assim esses segmentos tiveram a maior participação na ocupação territorial (44,7%).

As outras atividades que merecem destaque são as imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas e o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos que responderam por 17,9% e 12,6%, respectivamente, dos empregos formais do território, em 2006.

No período de 1994 a 2006 as ocupações da educação sofreram uma redução significativa, da ordem de quase 63%. De forma agregada, a ocupação da mão-de-obra no setor de serviços deste território cresceu 67,2% entre 1994 e 2006 (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território Grande Aracaju segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	28.391	54.368	91,5	64.360	77.636	20,6	173,5
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	18.045	22.083	22,4	23.260	31.116	33,8	72,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	8.773	13.163	50,0	19.273	21.796	13,1	148,4
Saúde e serviços sociais	11.311	6.581	-41,8	7.243	10.424	43,9	-7,8
Educação	21.708	6.389	-70,6	6.801	8.035	18,1	-63,0
Transporte, armazenagem e comunicações	6.413	7.253	13,1	7.169	7.656	6,8	19,4
Alojamento e alimentação	2.482	3.992	60,8	5.131	6.976	36,0	181,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.993	4.765	59,2	6.519	6.648	2,0	122,1
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	3.705	2.487	-32,9	2.286	3.242	41,8	-12,5
Serviços domésticos	38	25	-34,2	49	95	93,9	150,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	8	-	1	4	300,0	-
Total	103.859	121.114	16,6	142.092	173.628	22,2	67,2

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 – RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.2 O Território do Baixo São Francisco Sergipano

O Território do Baixo São Francisco apresenta concentração da terra e conta com um setor industrial incipiente, embora ocorram atividades extrativas minerais de petróleo e gás.

Este território está localizado no Nordeste do Estado, e detém uma área de 1967,4 km², tendo uma participação de 9% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, era de 120.730 habitantes, representando 6,2% da população estadual o que lhe proporciona uma densidade demográfica de 61,4 hab/Km².

O Baixo São Francisco é composto por 14 municípios, sendo eles: Amparo de São Francisco; Brejo Grande; Canhoba; Cedro de São João; Ilha das

Flores; Japoatã; Malhada dos Bois; Muribeca; Neópolis; Pacatuba; Propriá; Santana do São Francisco; São Francisco e Telha.

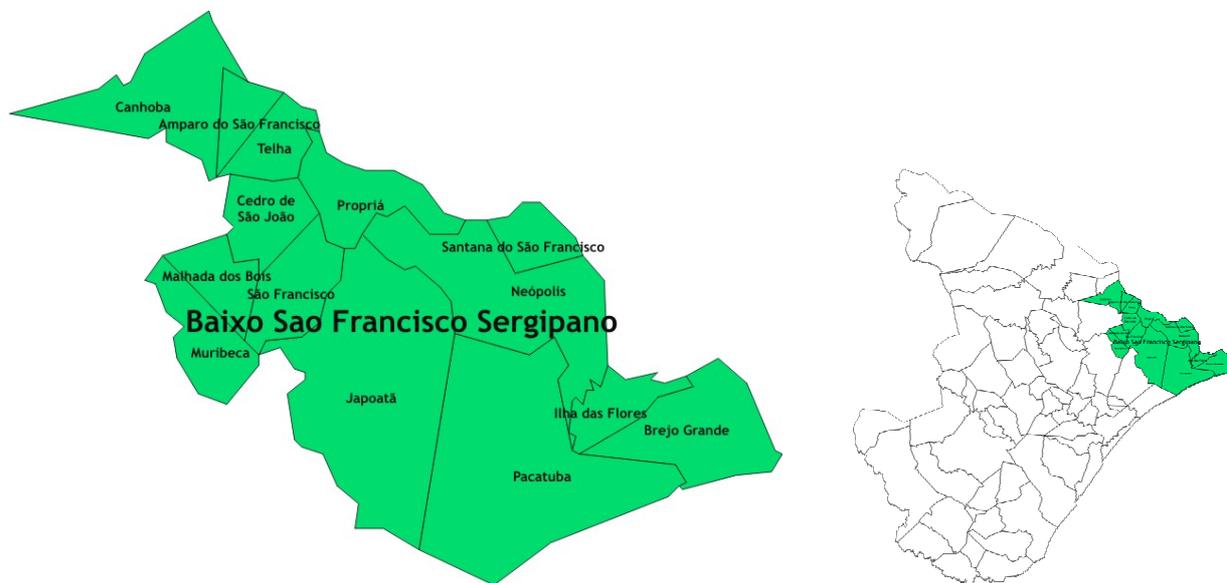


Figura 7 – Território do Baixo São Francisco Sergipano

O território é responsável por 3,9% do PIB sergipano, sendo o setor de serviços responsável por 62,9% do seu produto, no ano de 2005. O município que apresenta o maior PIB do território é Propriá, que responde por 28,1% do PIB territorial, vindo em seguida Neópolis (16,1%) e Pacatuba (12%), mostrando uma concentração de mais de 56% do PIB nesses três municípios.

As Atividades Agropecuárias

No Território do Baixo São Francisco, a maior parte das terras, em 1996¹, era utilizada pelas pastagens (66,4%), vindo em seguida as lavouras temporárias (13,8%) (ver Tabela 13).

¹ Os dados do Censo Agropecuário de 2006, referentes à utilização das Terras no ano de 2006, não foram utilizados porque apresentam inconsistência, pois mostram o valor da utilização das terras maior que a área total do território.

Tabela 13 – Utilização das Terras do Baixo São Francisco Sergipano (em hectares) – 1996

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)	
	1996	%
Lavouras temporárias	18.043	13,8
Pastagens	87.068	66,4
Lavouras permanentes	15.561	11,9
Matas e florestas	10.519	8,0
Total	131.191	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996. Elaboração: Autor.

Dentre as culturas temporárias, além do tradicional arroz, destacaram-se, em 2006, a cana-de-açúcar e a mandioca. Já entre as culturas permanentes, a mais relevante é o coco-da-baía, com quase 30% da área plantada em 2006

A rizicultura respondia, em 2006, por mais de 26% das terras plantadas e 19,9% do valor da produção. A cana-de-açúcar detinha 16,6% da área plantada e 13,8% do valor da produção.

Entre 1994 e 2006, a importância da participação do cultivo de arroz na área plantada do território cresceu de 18,6% para 26,3%. Já a cana-de-açúcar perdeu participação no mesmo período, caindo de 23,7% para 16,6%.

Apesar de ter havido uma queda na área plantada da mandioca entre 1994 e 2002, entre 2002 e 2006 houve uma inversão da tendência de queda, tendo a área destinada à cultura um crescimento significativo, passando de 3.855 para 6.250 (ver Tabelas 14 e 15).

Tabela 14 – Principais culturas do Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Baixo São Francisco Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Arroz (em casca)	7.435	18,6	8.500	21,9	9.040	23,0	12.810	26,3
	Cana-de-açúcar	9.480	23,7	7.720	19,9	6.726	17,1	8.083	16,6
	Mandioca	3.855	9,6	3.180	8,2	2.805	7,1	6.250	12,8
	Milho (em grão)	2.530	6,3	2.000	5,1	1.395	3,6	1.386	2,9
	Feijão (em grão)	2.631	6,6	1.486	3,8	1.313	3,3	1.273	2,6
	Melancia	6	0,0	295	0,8	344	0,9	326	0,7
	Abacaxi	159	0,4	122	0,3	136	0,4	96	0,2
	Amendoim (em casca)	90	0,2	41	0,1	26	0,1	45	0,1
	Batata - doce	57	0,1	34	0,1	35	0,1	36	0,1
	Fava (em grão)	95	0,2	28	0,1	31	0,1	30	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	61	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Melão	0	0,0	27	0,1	0	0,0	0	0,0
	Tomate	18	0,0	7	0,0	4	0,0	0	0,0
	Total	26.417	66,0	23.440	60,3	21.855	55,7	30.335	62,3
Permanente	Coco-da-baía	12.810	32,0	13.837	35,6	14.690	37,4	14.288	29,4
	Banana	483	1,2	788	2,0	1078	2,8	1156	2,4
	Laranja	83	0,2	156	0,4	362	0,9	733	1,5
	Manga	104	0,3	201	0,5	245	0,6	721	1,5
	Limão	0	0,0	0	0,0	305	0,8	517	1,1
	Tangerina	0	0,0	0	0,0	310	0,8	365	0,8
	Maracujá	110	0,3	417	1,1	132	0,3	267	0,6
	Goiaba	1	0,0	50	0,1	212	0,5	177	0,4
	Mamão	1	0,0	11	0,0	72	0,2	111	0,2
	Total	13.592	34,0	15.460	39,7	17.406	44,3	18.335	37,7
Total das Culturas	40.009	100,0	38.900	100,0	39.261	100,0	48.670	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 15 – Principais culturas do Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Baixo São Francisco Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Arroz (em casca)	3.771	14,2	9.361	28,6	13.941	18,9	21.204	19,9
	Cana-de-açúcar	5.805	21,8	8.177	25,0	12.213	16,5	14.707	13,8
	Mandioca	2.351	8,8	2.876	8,8	2.077	2,8	3.427	3,2
	Melancia	23	0,1	915	2,8	2.038	2,8	2.528	2,4
	Abacaxi	1.118	4,2	646	2,0	1.732	2,3	931	0,9
	Milho (em grão)	297	1,1	404	1,2	513	0,7	515	0,5
	Feijão (em grão)	948	3,6	814	2,5	770	1,0	426	0,4
	Batata – doce	131	0,5	71	0,2	72	0,1	149	0,1
	Amendoim (em casca)	78	0,3	21	0,1	31	0,0	47	0,0
	Fava (em grão)	31	0,1	13	0,0	7	0,0	7	0,0
	Algodão herbáceo (em caroço)	22	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Melão	0	0,0	65	0,2	0	0,0	0	0,0
	Tomate	120	0,5	57	0,2	43	0,1	0	0,0
	Total	14.695	55,2	23.420	71,7	33.437	45,2	43.941	41,2
Permanente	Coco-da-baía	9.316	35,0	4.934	15,1	16.215	21,9	24.156	22,6
	Banana	1.478	5,6	2.866	8,8	7.397	10,0	10.987	10,3
	Limão	0	0,0	0	0,0	2.183	3,0	9.917	9,3
	Manga	679	2,6	814	2,5	4.568	6,2	8.129	7,6
	Maracujá	326	1,2	216	0,7	3.969	5,4	3.413	3,2
	Laranja	118	0,4	331	1,0	2.115	2,9	3.277	3,1
	Tangerina	0	0,0	0	0,0	2.373	3,2	1.759	1,7
	Mamão	2	0,0	33	0,1	1.423	1,9	674	0,6
	Goiaba	2	0,0	71	0,2	281	0,4	498	0,5
	Total	11.921	44,8	9.265	28,4	40.524	54,8	62.810	58,8
Total das Culturas	26.616	100,0	32.685	100,0	73.961	100,0	106.751	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

O último censo agropecuário (2006) apontou que quase 1/3 das terras eram utilizadas para pastagem. O efetivo bovino do território teve um crescimento significativo entre 1994 e 2006, passando de 66,9 mil para 95,7 mil cabeças.

A avicultura de corte também é muito expressiva no território. A produção de leite tem relativa importância, crescendo de 5,1 milhões de litros em 1994, para 14,1 milhões em 2006. O valor de produzido pelo território com o leite ganhou representatividade no Estado, passando de 92%, em 1994, para 10,5% (ver Tabela 16).

Tabela 16 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Baixo São Francisco Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Coelhos	0	0,0	50	11,5	0	0,0	234	100,0
	Eqüino	5.510	6,4	8180	12,6	6.810	10,3	8.310	11,3
	Muar	1.850	4,9	1.555	10,5	1.418	9,0	1.756	10,0
	Bovino	66.900	8,2	72.500	7,9	77.640	9,0	95.695	9,0
	Caprino	1.135	4,7	605	8,7	787	6,0	1.794	8,5
	Suíno	6.550	6,7	4.440	5,4	6.954	7,3	9.148	7,9
	Asinino	329	2,9	430	4,4	419	4,4	716	6,7
	Galos, frangas, frangos e pintos	69.820	3,5	123.160	4,5	188.370	6,1	238.340	6,3
	Ovino	3.750	2,3	3.020	3,6	4.460	3,7	9.714	5,7
	Galinhas	35.580	4,1	23.240	2,8	32.680	2,7	46.316	3,0
	Codornas	0	0,0	300	1,6	0	0,0	312	1,7
	Produção de origem animal	Ovos de galinha (Mil dúzias)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9
Leite (Mil litros)		5.091	7,6	6.422	5,4	6.410	5,7	14.099	5,8
Ovos de codorna (Mil dúzias)		274	3,8	172	2,4	237	1,3	359	1,6
Mel de abelha (Quilograma)		0	0,0	0	0,0	0	0,0	620	0,8
Valor da produção (Mil Reais)	Leite	1.590	9,2	1.832	5,4	3.062	6,9	12.586	10,5
	Ovos de galinha	202	3,2	172	2,5	484	1,9	1.101	2,4
	Ovos de codorna	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	9,8
	Mel de abelha	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,6
	Total	1.792	7,6	2.004	4,9	3.546	5,1	13.699	8,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

De acordo com a RAIS, a indústria de transformação era a atividade industrial que mais empregava em 2006, sendo também a que apresentou o maior crescimento relativo no período de 1994 a 2006 (46,4%). Apesar desse crescimento no período citado apresentar uma redução considerável entre 2002 e 2006, sendo a maior parcela desta redução sentida pelo município de Pacatuba.

A ocupação formal, no setor industrial como um todo, obteve um crescimento de quase 40% entre 1994 e 2006, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 17 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	735	1.910	159,9	2.174	1.076	-50,5	46,4
Indústrias extrativas	63	0	-100,0	1	83	8200,0	31,8
Construção	38	0	-100,0	23	51	121,7	34,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	72	47	-34,7	43	49	14,0	-31,9
Total	908	1.957	115,5	2.241	1.259	-43,8	38,7

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 – RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Analisando-se os dados da RAIS referentes à ocupação formal nas atividades de serviços, verifica-se que as atividades de administração pública, defesa e seguridade social eram as que mais empregavam no território e que, entre 1994 e 2006, as atividades de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, apresentaram um crescimento altamente significativo, tanto termos absolutos, quanto relativos.

Vale ressaltar que o número de ocupações nas atividades de saúde e serviços sociais apresentou uma redução da ordem de mais de 53%, no período de 1994 a 2006.

As ocupações nas atividades de serviços do território do Baixo São Francisco apresentaram um crescimento de quase 120% entre 1994 e 2006 (ver Tabela 18).

Tabela 18 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Baixo São Francisco Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	2.244	2.003	-10,7	4.640	5.345	15,2	138,2
Alojamento e alimentação	44	49	11,4	77	93	20,8	111,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	3	11	266,7	44	29	-34,1	866,7
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	379	706	86,3	876	1.027	17,2	171,0
Educação	89	170	91,0	240	162	-32,5	82,0
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	125	67	-46,4	50	93	86,0	-25,6
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	38	80	110,5	101	188	86,1	394,7
Saúde e serviços sociais	159	124	-22,0	158	74	-53,2	-53,5
Serviços domésticos	3	4	33,3	1	5	400,0	66,7
Transporte, armazenagem e comunicações	147	162	10,2	45	92	104,4	-37,4
Total	3.231	3.376	4,5	6.232	7.108	14,1	120,0

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.3 O Território do Leste Sergipano

O Território do Leste Sergipano tem predomínio da pastagem, que é caracterizada pela utilização das terras para o gado de corte durante o estio e detém uma forte concentração de recursos minerais, com destaque para a salgema, potássio, calcário, petróleo e gás natural. Os royalties de gás e petróleo têm grande relevância para a economia do território.

O Leste Sergipano detém uma área de 1497,4 km², tendo uma participação de 6,8% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, era de 93.204 habitantes, representando 4,8% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 62,2 hab/Km².

Esse território é formado por 9 municípios, sendo eles: Capela; Carmópolis; Divina Pastora; General Maynard; Japaratuba; Pirambu; Rosário do Catete; Santa Rosa de Lima e Siriri.

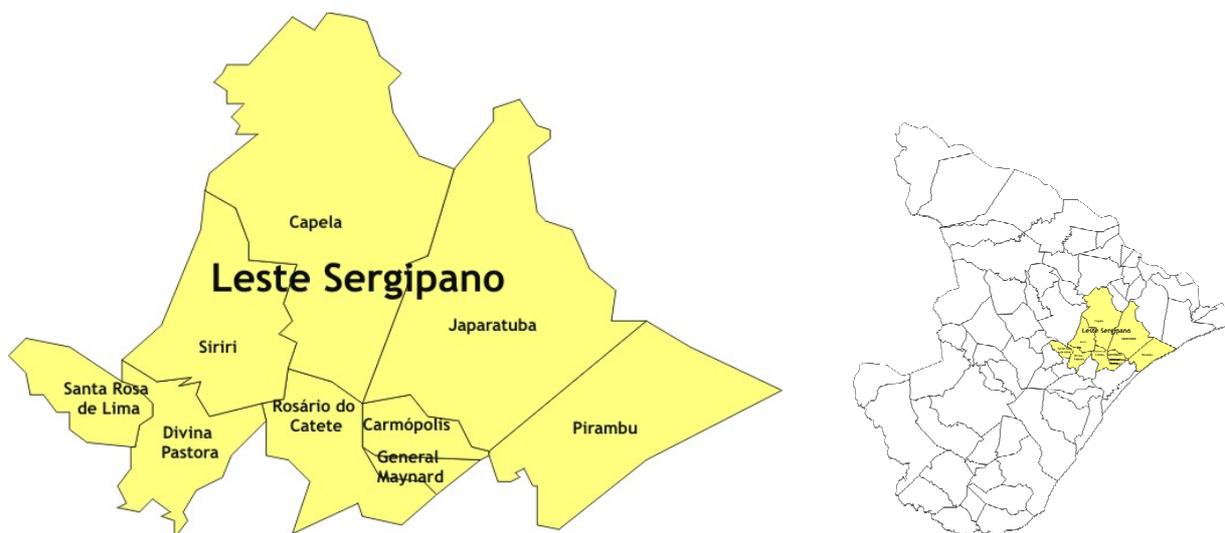


Figura 8 – Território Leste Sergipano

Responsável por 6,5% do PIB sergipano em 2005, o setor industrial respondia naquele ano por 60,6% do produto interno do território. Os maiores PIBs do território eram concentrados nos municípios de Japaratuba e Carmópolis, que juntos, detinham em 2005, 55% do produto territorial.

As Atividades Agropecuárias

Em 2006 mais de 60% das terras do Leste Sergipano eram utilizadas para as pastagens, vindo em seguida as lavouras permanentes, que apresentaram um crescimento significativo entre 1996 e 2006, tanto em termos absolutos, quanto relativos, passando de 8.922 para 12.508 hectares, tendo uma representatividade, na utilização das terras, de 15,5%, em 2006, contra apenas 7,8%, em 1996 (ver Tabela 19).

Tabela 19 – Utilização das Terras do Leste Sergipano (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no território (%)			
	1996	%	2006	%
Pastagens	78.978	69,3	48.362	60,1
Lavouras permanentes	8.922	7,8	12.508	15,5
Matas e florestas	8.791	7,7	10.461	13,0
Lavouras temporárias	17.356	15,2	9.201	11,4
Total	114.047	100,0	80.532	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

A agricultura do Leste Sergipano é marcada pela cana-de-açúcar que respondia em 2006, por mais de 63% da área plantada. As culturas mais importantes do território são a cana-de-açúcar e a mandioca, que juntas, representavam (em 2006) mais 78% da área plantada e mais de 82% do valor de produção, do território.

Entre as culturas permanentes merece destaque o coco-da-baía, que apesar de ter perdido participação relativa entre 1994 e 2006, tanto em termos de área quanto em termos de valor de produção, se manteve, durante todo o período, como a cultura permanente mais importante do território (ver Tabelas 20 e 21).

Tabela 20 – Principais culturas do Território do Leste Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Leste Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Cana-de-açúcar	7.090	47,5	6.865	49,0	5.130	40,3	16.226	63,1
	Mandioca	1.456	9,8	1.510	10,8	1.655	13,0	3.852	15,0
	Milho (em grão)	1.672	11,2	1.445	10,3	2.065	16,2	1.590	6,2
	Feijão (em grão)	907	6,1	452	3,2	473	3,7	1.110	4,3
	Fava (em grão)	120	0,8	60	0,4	55	0,4	70	0,3
	Amendoim (em casca)	73	0,5	39	0,3	42	0,3	60	0,2
	Abacaxi	3	0,0	8	0,1	10	0,1	31	0,1
	Batata - doce	6	0,0	25	0,2	15	0,1	15	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	80	0,5	10	0,1	0	0,0	0	0,0
Total	11.407	76,5	10.414	74,3	9.445	74,3	22.954	89,2	
Permanente	Coco-da-baía	2.833	19,0	2.594	18,5	2.295	18,1	2.034	7,9
	Banana	323	2,2	487	3,5	484	3,8	469	1,8
	Laranja	181	1,2	350	2,5	324	2,6	250	1,0
	Maracujá	30	0,2	3	0,0	37	0,3	30	0,1
	Goiaba	0	0,0	38	0,3	19	0,2	0	0,0
	Mamão	0	0,0	15	0,1	18	0,1	0	0,0
	Manga	131	0,9	110	0,8	94	0,7	0	0,0
	Pimenta-do-reino	10	0,1	9	0,1	0	0,0	0	0,0
Total	3.508	23,5	3.606	25,7	3.271	25,7	2.783	10,8	
Total das Culturas		14.915	100,0	14.020	100,0	12.716	100,0	25.737	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 21 – Principais culturas do Território do Leste Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Leste Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Cana-de-açúcar	6.316	62,0	8.618	64,3	11.457	62,6	37.824	76,7
	Mandioca	693	6,8	1.034	7,7	1.384	7,6	2.814	5,7
	Feijão (em grão)	202	2,0	184	1,4	158	0,9	510	1,0
	Milho (em grão)	263	2,6	266	2,0	858	4,7	465	0,9
	Abacaxi	24	0,2	63	0,5	64	0,4	170	0,3
	Amendoim (em casca)	11	0,1	12	0,1	10	0,1	60	0,1
	Batata - doce	3	0,0	31	0,2	16	0,1	53	0,1
	Fava (em grão)	12	0,1	13	0,1	23	0,1	22	0,0
	Algodão herbáceo (em caroço)	8	0,1	2	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	7.532	73,9	10.223	76,3	13.970	76,4	41.918	85,0	
Permanente	Coco-da-baía	1.759	17,3	1.416	10,6	2.035	11,1	4.156	8,4
	Banana	401	3,9	950	7,1	1.481	8,1	2.433	4,9
	Laranja	182	1,8	311	2,3	398	2,2	671	1,4
	Maracujá	70	0,7	2	0,0	92	0,5	165	0,3
	Goiaba	0	0,0	105	0,8	22	0,1	0	0,0
	Mamão	0	0,0	36	0,3	23	0,1	0	0,0
	Manga	163	1,6	341	2,5	269	1,5	0	0,0
	Pimenta-do-reino	80	0,8	18	0,1	0	0,0	0	0,0
Total	2.655	26,1	3.179	23,7	4.320	23,6	7.425	15,1	
Total das Culturas		10.187	100,0	13.402	100,0	18.290	100,0	49.343	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Os efetivos de gado, eqüino e avicultura, foram as criações da pecuária, existentes no território, que apresentaram em 2006 as maiores representatividades em relação ao Estado.

Entre essas atividades, o efetivo de eqüinos foi o que apresentou melhor desempenho entre 1994 e 2006, crescendo sua participação no efetivo do Estado, de 4,7% para 7% durante o período.

Entre os produtos de origem animal do território, o leite foi o produto que em 2006 teve maior representatividade no Estado, tanto em termos de produção quanto em termos monetários. Apesar dessa importância, entre 1994 e 2006 houve uma redução da participação da produção de leite deste território na produção estadual (ver Tabela 22).

Tabela 22 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Leste Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Bovino	76.800	9,4	64.380	7,0	61.970	7,2	78.200	7,3
	Eqüino	4.045	4,7	4.653	7,2	4.587	6,9	5.090	7,0
	Galos, frangas, frangos e pintos	127.330	6,3	167.440	6,1	201.315	6,5	259.648	6,9
	Muar	1.307	3,5	877	5,9	737	4,7	873	5,0
	Ovino	2.780	1,7	2.495	3,0	2.963	2,5	6.522	3,8
	Caprino	388	1,6	291	4,2	295	2,3	805	3,8
	Suíno	1.442	1,5	1.515	1,8	2.847	3,0	3.869	3,4
	Asinino	115	1,0	153	1,6	172	1,8	190	1,8
	Galinhas	16.597	1,9	17.265	2,1	17.740	1,5	22.205	1,4
	Bubalino	4	1,3	0	0,0	22	5,7	0	0,0
Produção de origem animal	Leite (Mil litros)	4.595	6,9	5.351	4,5	6.469	5,8	10.717	4,4
	Mel de abelha (Quilograma)	0	0,0	0	0,0	700	1,3	1134	1,5
	Ovos de galinha (Mil dúzias)	108	1,5	90	1,3	89	0,5	96	0,4
Valor da produção (Mil Reais)	Leite	1.315	7,6	2.029	6,0	2.730	6,2	4.869	4,1
	Mel de abelha	0	0,0	0	0,0	4	1,1	15	2,9
	Ovos de galinha	100	1,6	83	1,2	88	0,4	205	0,4
	Total	1.415	6,0	2.112	5,1	2.822	4,0	5.089	3,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

De acordo com a RAIS, as atividades industriais tiveram um desempenho positivo na ocupação formal da mão-de-obra entre 1994 e 2006, merecendo destaque as indústrias extrativas (apesar da queda de 35,5%, entre 1994 e 1998) e a construção civil, que tiveram um crescimento relativo de 121,1% e 528,4%, respectivamente, durante o período.

A ocupação formal, no setor industrial como um todo, manteve-se quase estável entre 1994 e 1998 (cresceu apenas 0,8%), mas no período total (1994 a 2006) o crescimento foi de mais de 226%, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 23 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Leste Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias extrativas	703	455	-35,3	435	1.554	257,2	121,1
Construção	211	216	2,4	489	1.326	171,2	528,4
Indústrias de transformação	102	338	231,4	425	493	16,0	383,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	41	56	36,6	56	78	39,3	90,2
Total	1.057	1.065	0,8	1.405	3.451	145,6	226,5

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

A ocupação nas atividades de serviços, de acordo com dados da RAIS, teve um desempenho positivo entre 1994 e 2006, apresentando crescimento em quase todos os segmentos, excetuando-se as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

Merecem destaque a administração pública, defesa e seguridade social e o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, que tiveram um crescimento de 126,4% e 204,4%, respectivamente, na mão-de-obra ocupada do território entre 1994 e 2006.

O setor de serviços como um todo apresentou um crescimento de 29,3% entre 1994 e 1998, mas analisando-se todo o período (1994 a 2006), o crescimento foi superior a 126% (ver Tabela 24).

Tabela 24 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Leste Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	2.665	2.939	10,3	4.325	6.033	39,5	126,4
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	161	172	6,8	270	490	81,5	204,4
Transporte, armazenagem e comunicações	148	555	275,0	881	482	-45,3	225,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	18	35	94,4	172	206	19,8	1044,4
Saúde e serviços sociais	70	107	52,9	84	104	23,8	48,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	213	418	96,2	518	97	-81,3	-54,5
Alojamento e alimentação	8	18	125,0	60	79	31,7	887,5
Educação	3	71	2266,7	45	68	51,1	2166,7
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	79	35	-55,7	31	53	71,0	-32,9
Serviços domésticos	0	2	-	2	4	100,0	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Total	3.365	4.352	29,3	6.388	7.616	19,2	126,3

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.4 O Território do Sul Sergipano

O Território Sul Sergipano tem forte participação das lavouras permanentes, sendo marcado pela ampla presença da citricultura. Tem suas pastagens voltadas para o gado de corte e conta com a presença de indústrias tradicionais.

O Sul Sergipano detém uma área de 3.131 km², tendo uma participação de 14,3% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional

do IBGE, em 2007, era de 241.292 habitantes, representando 12,4% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 77,1 hab/Km².

Esse território é formado por 11 municípios, sendo eles: Arauá; Boquim; Cristinápolis; Estância; Indiaroba; Itabaianinha; Pedrinhas; Salgado; Santa Luzia do Itanhy; Tomar do Geru e Umbaúba.



Figura 9 – Território Sul Sergipano

É responsável por 8,4% do PIB sergipano, e o setor de serviços respondia por 56,6% do produto do território, no ano de 2005. Quase 50% do PIB territorial era concentrado no município de Estância, em 2005.

As Atividades Agropecuárias

Em 2006, as terras do Sul Sergipano eram utilizadas, em sua maioria, para a pastagem (42,5%), vindo logo em seguida as lavouras permanentes (41,1%). As lavouras temporárias tinham uma pequena participação (5,3%).

Entre 1994 e 2006 houve um grande crescimento na utilização das terras pelas lavouras permanentes, que quase dobraram sua participação relativa no

território, e em termos absolutos saltaram de 55,5 mil para 137,9 mil hectares (ver Tabela 25).

Tabela 25 – Utilização das Terras do Sul Sergipano (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)			
	1996	%	2006	%
Pastagens	147.632	61,1	142.751	42,6
Lavouras permanentes	55.505	23,0	137.849	41,1
Matas e florestas	22.513	9,3	37.292	11,1
Lavouras temporárias	15.867	6,6	17.604	5,3
Total	241.517	100,0	335.496	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

Esse território é fortemente dominado pela cultura da laranja, sendo essa cultura responsável, em 2006, por mais de 57,7% de sua área plantada e por 76,7% do valor da produção agrícola do território. Em 2006, a cultura da laranja era a mais importante, em termos de valor de produção, para todos os municípios componentes do território.

Entre 1994 e 2006 a importância dessa cultura cresceu tanto em termos de área plantada (passou de 28,8 mil para 49 mil hectares), quanto em termos de destaque na produção de valor a partir de produtos agrícolas (cresceu de 64,5% para 76,7%).

Também merecem destaque as culturas do coco-da-baía e da mandioca, que juntas ocupam mais de 30% da área plantada do território. Entretanto, em termos monetários, a importância do valor produzido a partir destas culturas foi menor que 13% de todo o valor produzido no território, em 2006 (ver Tabelas 26 e 27).

Tabela 26 – Principais culturas do Território do Sul Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Sul Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Mandioca	4.960	9,3	4.065	6,7	4.469	7,4	12.263	14,5
	Milho (em grão)	1.985	3,7	2.759	4,6	1.785	3,0	2.738	3,2
	Feijão (em grão)	1.683	3,2	1.772	2,9	1.291	2,1	1.806	2,1
	Amendoim (em casca)	280	0,5	274	0,5	265	0,4	550	0,7
	Fumo (em folha)	446	0,8	440	0,7	248	0,4	516	0,6
	Abacaxi	93	0,2	123	0,2	64	0,1	292	0,3
	Fava (em grão)	207	0,4	205	0,3	154	0,3	263	0,3
	Batata - doce	198	0,4	120	0,2	90	0,2	128	0,2
	Cana-de-açúcar	3	0,0	2	0,0	2	0,0	14	0,0
	Tomate	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0
Total	9.855	18,5	9.760	16,2	8.368	13,9	18.571	21,9	
Permanente	Laranja	28.828	54,0	38.729	64,1	39.094	64,7	48.977	57,7
	Coco-da-baía	12.035	22,5	9.383	15,5	9.989	16,5	13.040	15,4
	Maracujá	922	1,7	829	1,4	931	1,5	1.552	1,8
	Banana	915	1,7	727	1,2	801	1,3	1.111	1,3
	Limão	566	1,1	583	1,0	773	1,3	738	0,9
	Tangerina	93	0,2	122	0,2	135	0,2	447	0,5
	Mamão	76	0,1	107	0,2	106	0,2	242	0,3
	Manga	120	0,2	172	0,3	196	0,3	160	0,2
	Abacate	8	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Goiaba	0	0,0	18	0,0	0	0,0	3	0,0
Total	43.563	81,6	50.670	83,9	52.025	86,1	66.270	78,1	
Total das Culturas	53.418	100,0	60.430	100,0	60.393	100,0	84.841	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 27 – Principais culturas do Território do Agreste Central segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Sul Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Mandioca	2.000	3,6	4.706	6,0	5.481	5,3	9.867	5,2
	Fumo (em folha)	766	1,4	907	1,2	467	0,5	1.732	0,9
	Feijão (em grão)	367	0,7	1.124	1,4	634	0,6	1.092	0,6
	Abacaxi	462	0,8	986	1,3	535	0,5	918	0,5
	Milho (em grão)	156	0,3	446	0,6	462	0,5	641	0,3
	Amendoim (em casca)	153	0,3	173	0,2	296	0,3	574	0,3
	Batata - doce	267	0,5	403	0,5	202	0,2	317	0,2
	Fava (em grão)	27	0,1	65	0,1	111	0,1	208	0,1
	Cana-de-açúcar	1	0,0	2	0,0	29	0,0	36	0,0
	Tomate	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,0
Total	4.199	7,5	8.812	11,2	8.217	8,0	15.396	8,1	
Permanente	Laranja	35.927	64,5	61.532	77,9	78.440	76,3	146.539	76,7
	Coco-da-baía	6.765	12,1	2.834	3,6	5.816	5,7	14.098	7,4
	Banana	3.178	5,7	1.287	1,6	3.796	3,7	5.675	3,0
	Maracujá	2.425	4,4	2.207	2,8	2.546	2,5	3.339	1,8
	Limão	2.128	3,8	855	1,1	1.666	1,6	2.122	1,1
	Mamão	711	1,3	585	0,7	777	0,8	1.434	0,8
	Manga	197	0,4	553	0,7	1.151	1,1	1.294	0,7
	Tangerina	133	0,2	304	0,4	434	0,4	1.167	0,6
	Abacate	49	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Goiaba	0	0,0	10	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	51.513	92,5	70.167	88,8	94.626	92,0	175.668	91,9	
Total das Culturas	55.712	100,0	78.979	100,0	102.843	100,0	191.064	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Na pecuária, merecem destaque as participações do território Sul Sergipano nos efetivos estaduais de aves, muares e bovinos. Vale ressaltar a importância da produção de ovos de codorna e de galinha do território que detinha, em 2006, 20,9% e 18,5%, respectivamente, do valor da produção de origem animal do Estado

Entre 1994 e 2006 a produção e a representatividade do valor de produção dos ovos de galinha no Estado cresceu consideravelmente (ver Tabela 28).

Tabela 28 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Sul Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Bubalino	310	98,1	304	92,4	349	90,7	385	100,0
	Codornas	0	0,0	3.960	21,5	12.082	40,2	4.131	21,9
	Muar	4.568	12,1	3.272	22,0	3.448	21,9	3.654	20,8
	Galinhas	144.144	16,4	150.086	18,0	223.394	18,6	307.461	19,7
	Bovino	156.465	19,2	143.709	15,7	131.945	15,3	154.661	14,5
	Eqüino	15.769	18,2	10.111	15,6	9.253	13,9	9.242	12,6
	Suíno	11.839	12,1	14.228	17,3	11.913	12,4	11.963	10,4
	Asinino	1.407	12,5	1.352	13,9	1.009	10,7	1.022	9,6
	Ovino	18.194	11,2	13.519	16,2	13.137	11,0	16.185	9,5
	Galos, frangas, frangos e pintos	242.641	12,0	380.232	13,9	275.410	8,9	352.160	9,3
	Caprino	2.136	8,8	586	8,5	711	5,4	881	4,2
	Coelhos	0	0,0	276	63,6	165	68,8	0	0,0
Produção de origem animal	Ovos de codorna (Mil dúzias)	0	0,0	45	23,4	99	38,8	28	21,5
	Ovos de galinha (Mil dúzias)	850	11,9	767	10,9	2.367	13,3	3.957	18,0
	Mel de abelha (Quilograma)	3.192	36,8	3.912	24,6	4.755	8,5	5.729	7,8
	Leite (Mil litros)	8.619	12,9	8.715	7,4	8.549	7,6	10.161	4,2
Valor da produção (Mil Reais)	Ovos de galinha	829	13,1	767	11,2	4.298	16,9	9.786	20,9
	Ovos de codorna	0	0,0	17	21,0	39	36,8	17	18,5
	Mel de abelha	15	39,5	29	25,7	35	9,3	69	13,2
	Leite	2.780	16,2	3.069	9,0	3.269	7,4	5.568	4,7
	Total	3.624	15,4	3.882	9,5	7.641	10,9	15.440	9,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

De acordo com a RAIS, a indústria de transformação era a atividade industrial que gerava mais emprego formal, entre os segmentos industriais, no ano de 2006, e apresentou um crescimento de 27,4%, no período de 1994 a 2006.

A segunda atividade industrial mais importante era a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, que cresceu 64,2%, entre 1994 e 2006, passando de 349 para 573 empregos formais no território.

A ocupação formal, no setor industrial como um todo, obteve um crescimento de 32,8%, entre no período citado, como mostra a tabela a seguir (ver Tabela 29).

Tabela 29 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	2.436	2.462	1,1	3.055	3.103	1,6	27,4
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	349	367	5,2	423	573	35,5	64,2
Construção	47	904	1823,4	99	82	-17,2	74,4
Indústrias extrativas	0	0	-	0	3	-	-
Total	2.832	3.733	31,8	3.577	3.761	5,1	32,80

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados.
Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Analisando-se os dados da RAIS referentes à ocupação formal nas atividades de serviços, verifica-se que, entre 1994 e 2006, a atividade que teve maior destaque foi a administração pública, defesa e seguridade social, que além de empregar a maior parte dos trabalhadores, apresentou o maior crescimento absoluto, passando de 2.786 para 8.740 empregos formais no território.

As atividades de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, também são bastante representativas e apresentaram um desempenho altamente positivo no período citado (crescimento de 137,3%).

De forma agregada, pode-se afirmar que as ocupações nas atividades de serviço do território do Sul Sergipano obtiveram um crescimento de mais de 181% entre 1994 e 2006 (ver Tabela 30).

Tabela 30 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	2.786	3.631	30,3	5.320	8.740	64,3	213,7
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	961	1.247	29,8	1.886	2.280	20,9	137,3
Saúde e serviços sociais	40	396	890,0	621	427	-31,2	967,5
Educação	136	211	55,2	310	322	3,9	136,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	17	51	200,0	71	220	209,9	1194,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	146	252	72,6	193	213	10,4	45,9
Alojamento e alimentação	68	102	50,0	234	203	-13,3	198,5
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	254	141	-44,5	101	154	52,5	-39,4
Transporte, armazenagem e comunicações	102	76	-25,5	119	122	2,5	19,6
Serviços domésticos	3	3	0,0	3	4	33,3	33,3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Total	4.513	6.110	35,4	8.858	12.685	43,2	181,1

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.5 O Território do Alto Sertão Sergipano

O Território do Alto Sertão Sergipano tem como características principais os cultivos temporários, a pastagem e a pecuária leiteira. Conta ainda com a presença de pequenos estabelecimentos comerciais e com uma renda per capita baixa, contrastando com o elevado PIB per capita, fruto da presença da Usina Hidrelétrica de Xingó.

O Alto Sertão Sergipano está localizado no noroeste do Estado, e detém uma área de 4.908 km², tendo uma participação de 22,4% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, é de

137.926 habitantes, representando 7,1% da população estadual o que lhe confere uma densidade demográfica de 28 hab/Km².

Esse território é formado por 7 municípios, sendo eles: Canindé de São Francisco; Gararu; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora de Lourdes; Poço Redondo e Porto da Folha.

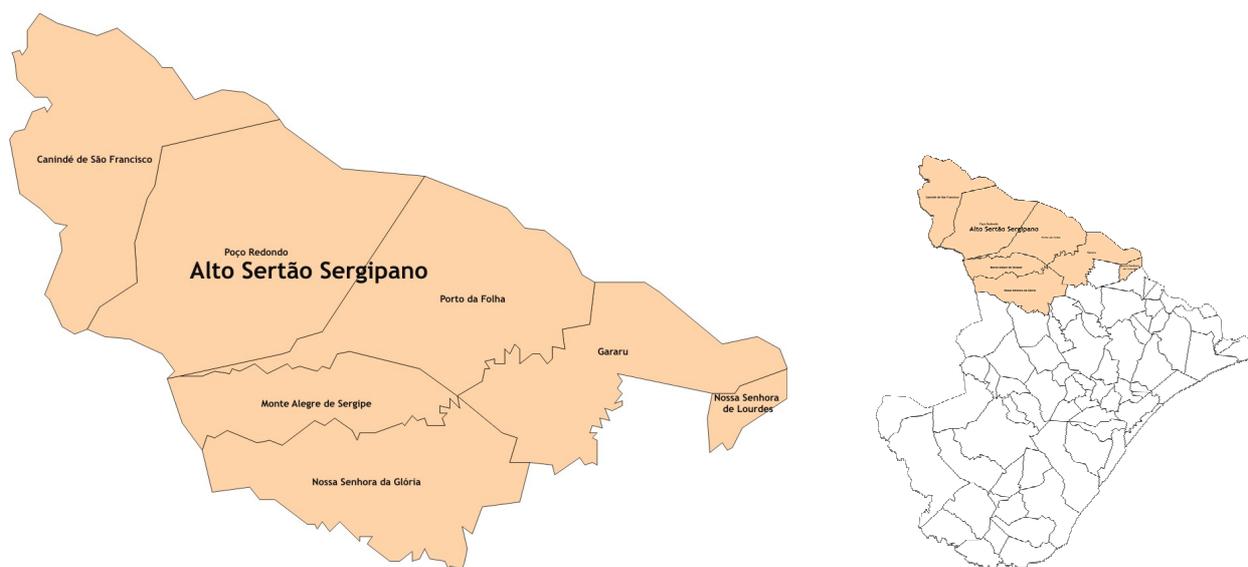


Figura 10 – Território do Alto Sertão Sergipano

O Produto Interno Bruto representa 11,1% do PIB sergipano, sendo o setor industrial responsável por 71,1% do produto interno do território. O PIB territorial encontra-se bastante concentrado no município de Canindé de São Francisco, que responde por 74,3% do PIB gerado no território, ficando os outros 6 municípios com apenas 25,7%. Vale ressaltar que esta concentração se deve ao fato do município contar com a presença da Usina Hidrelétrica de Xingó.

As Atividades Agropecuárias

Em 1996², a maior parte das terras do Alto Sertão era utilizada para as pastagens (61,5%), em seguida vêm as lavouras temporárias, com 21,1%, das terras utilizada no território (ver Tabela 31).

Tabela 31 – Utilização das Terras do Alto Sertão Sergipano (em hectares) – 1996

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)	
	1996	%
Pastagens	238.062	61,5
Matas e florestas	67.138	17,3
Lavouras temporárias	81.598	21,1
Lavouras permanentes	333	0,1
Total	387.131	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

Em 2006, as culturas temporárias tradicionais (milho e feijão) eram as mais disseminadas na região. As culturas temporárias respondiam, em 2006, por 99,8% da área plantada e 97,3% do valor da produção, do território. O milho e o feijão quase que dominam inteiramente a agricultura territorial.

A cultura mais importante é o milho, com mais de 38,3 mil hectares plantados e valor da produção de R\$ 18,1 milhões em 2006. Apesar de um crescimento relativo da participação da cultura na área plantada entre 1994 e 2006, a área absoluta cultivada com milho nesse período, sofreu redução, passando de 42,9 mil para 38,4 mil hectares no período supracitado.

Mesmo com uma redução territorial entre 1994 e 2006, o valor de produção do milho obteve um grande ganho de participação, passando de 27,2% para 72,8% do valor produzido na agricultura territorial durante o período.

² Os dados do Censo Agropecuário de 2006, referentes à utilização das Terras no ano de 2006, não foram utilizados porque apresentam inconsistência, pois mostram o valor da utilização das terras maior que a área total do território.

A queda da área cultivada com feijão foi ainda maior que a observada na cultura do milho, tendo a área plantada se reduzido em 50% entre 1994 e 2006. Quando comparado à participação da cultura em relação às outras culturas do território, também houve uma redução, caindo de 41,7% para 31,2% durante o período analisado.

Acompanhando a redução da área plantada, a participação do valor de produção do feijão no território também sofreu uma considerável redução entre 1994 e 2006, passando no período de 59,6% para 19% (ver Tabelas 32 e 33).

Tabela 32 – Principais culturas do Território do Alto Sertão Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Alto Sertão Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	42.850	50,0	19.870	16697,5	18.100	48,7	38.350	66,6
	Feijão (em grão)	35.710	41,7	15.290	12848,7	18.170	48,9	17.980	31,2
	Mandioca	510	0,6	840	705,9	575	1,6	930	1,6
	Fava (em grão)	470	0,6	170	142,9	150	0,4	140	0,2
	Melancia	25	0,0	60	50,4	37	0,1	50	0,1
	Fumo (em folha)	30	0,0	5	4,2	3	0,0	5	0,0
	Tomate	200	0,2	34	28,6	5	0,0	5	0,0
	Algodão herbáceo (em caroço)	5.250	6,1	1.560	1310,9	0	0,0	0	0,0
	Amendoim (em casca)	40	0,1	22	18,5	4	0,0	0	0,0
	Arroz (em casca)	526	0,6	25	21,0	0	0,0	0	0,0
	Batata - doce	20	0,0	2	1,7	3	0,0	0	0,0
	Total	85.631	99,9	37.878	31830,3	37.047	99,6	57.460	99,8
Permanente	Banana	40	0,1	66	55,5	107	0,3	89	0,2
	Coco-da-baía	0	0,0	3	2,5	20	0,1	45	0,1
	Manga	16	0,0	16	13,5	16	0,0	0	0,0
	Uva	4	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	60	0,1	85	71,4	143	0,4	134	0,2
Total das Culturas		85.691	100,0	37.963	100,0	37.190	100,0	57.594	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 33 – Principais culturas do Território do Alto Sertão Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	4.389	27,2	1.032	21,8	2.108	20,5	18.081	72,8
	Feijão (em grão)	9.613	59,6	2.455	51,9	6.625	64,3	4.717	19,0
	Mandioca	272	1,7	542	11,5	886	8,6	1.069	4,3
	Melancia	50	0,3	336	7,1	77	0,8	196	0,8
	Tomate	671	4,2	111	2,4	47	0,5	45	0,2
	Fava (em grão)	47	0,3	8	0,2	60	0,6	43	0,2
	Fumo (em folha)	54	0,3	5	0,1	8	0,1	18	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	587	3,6	18	0,4	0	0,0	0	0,0
	Amendoim (em casca)	20	0,1	13	0,3	2	0,0	0	0,0
	Arroz (em casca)	181	1,1	8	0,2	0	0,0	0	0,0
	Batata - doce	29	0,2	2	0,0	5	0,1	0	0,0
	Total	15.913	98,6	4.530	95,8	9.818	95,2	24.169	97,3
Permanente	Banana	132	0,8	167	3,5	389	3,8	607	2,4
	Coco-da-baía	0	0,0	1	0,0	6	0,1	64	0,3
	Manga	30	0,2	29	0,6	97	0,9	0	0,0
	Uva	58	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	220	1,4	197	4,2	492	4,8	671	2,7
Total das Culturas		16.133	100,0	4.727	100,0	10.310	100,0	24.840	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

No território do Alto Sertão a atividade da pecuária é forte, notadamente a bovina, contando, em 2006, com o segundo maior efetivo bovino do Estado, de 191 mil cabeças.

Também têm grande importância a caprinocultura e a ovinocultura do território. A primeira representa quase metade do efetivo estadual e a segunda significa mais de 1/3 do efetivo existente no Estado.

A apicultura é uma atividade que, embora não tenha ainda alcançado grande expressão econômica, tem se desenvolvido no sertão e já se constitui em meio de sobrevivência de uma parcela crescente da população. Este território detinha, em 2006, 55,5% da produção apícola do estado e 31,2% do valor produzido com a venda de mel no Estado.

O Alto Sertão conta com a maior bacia leiteira do Estado, respondendo por 51,5% da produção sergipana de leite. Em 1994 essa participação era de apenas 36,3%, demonstrando a pujança desta atividade no território (ver Tabela 34).

Tabela 34 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Alto Sertão Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Galos, frangas, frangos e pintos	212.000	10,5	230.200	8,4	341.900	11,1	552.100	14,6
	Bovino	113.100	13,9	179.200	19,5	125.150	14,5	191.000	17,9
	Galinhas	92.000	10,5	100.700	12,1	91.550	7,6	116.600	7,5
	Ovino	18.440	11,3	14.170	17,0	35.730	29,8	57.980	34,1
	Suíno	10.380	10,6	19.975	24,3	23.775	24,8	35.045	30,4
	Eqüino	5.520	6,4	8.770	13,5	9.400	14,2	10.870	14,8
	Caprino	4.580	18,8	1.535	22,1	6.530	49,8	10.060	47,8
	Asinino	1.760	15,6	2.840	29,2	2.395	25,3	2.760	25,9
	Muar	1.180	3,1	1.295	8,7	1.150	7,3	1.160	6,6
Produção de origem animal	Leite (Mil litros)	24.263	36,3	47.333	40,1	35.370	31,5	124.951	51,5
	Mel de abelha (Quilograma)	0	0,0	0	0,0	22.800	40,7	40.800	55,5
	Ovos de galinha (Mil dúzias)	736	10,3	898	12,7	550	3,1	643	2,9
Valor da produção (Mil Reais)	Leite	5.095	29,6	11.030	32,4	13.087	29,5	52.479	43,9
	Ovos de galinha	677	10,7	898	13,2	587	2,3	1.249	2,7
	Mel de abelha	0	0,0	0	0,0	160	42,7	163	31,2
	Total	5.772	24,5	11.928	29,0	13.834	19,7	53.891	32,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

De acordo com a RAIS, a indústria de transformação era a atividade industrial que mais empregava em 2006, e a geração de empregos do setor apresentou um crescimento significativo, saltando de 68 empregos, em 1994, para 353, em 2006.

A ocupação no setor industrial como um todo apresentou, entre 1994 e 2006, uma queda de mais 70%, sendo a maior redução sentida pelas atividades da construção.

A redução dos postos de trabalho da construção foi mais sentida pelo município de Canindé de São Francisco, e ocorreu nos anos seguintes ao término da implantação e consecutivo início das operações da Usina de Xingó (dezembro de 1994) (ver Tabela 35).

Tabela 35 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Alto Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	68	98	44,1	232	353	52,1	419,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	218	145	-33,45	120	141	17,5	-35,3
Construção	1.578	73	-95,4	71	31	-56,3	-98,0
Indústrias extrativas	16	0	-100	61	17	-72,1	6,3
Total	1.880	316	-83,2	484	542	12,0	-71,2

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados.
Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Analisando-se os dados da RAIS referentes à ocupação nas atividades de serviços, verifica-se que, entre 1994 e 2006, a ocupação era altamente concentrada na administração pública, defesa e seguridade social, pois empregou mais de 83% da força de trabalho formal do território, em 2006.

Em seguida vem a atividade de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, que ocupou em 2006 mais de 10,4% da mão-de-obra formal.

A evolução das ocupações em todas as atividades de serviço do território do Alto Sertão Sergipano, obteve um crescimento de mais de 307% entre 1994 e 2006 (ver Tabela 36).

Tabela 36 - Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Alto Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	1.283	2.010	56,7	4.480	5.644	26,0	339,9
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	150	241	60,7	464	708	52,6	372,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	26	83	219,2	125	100	-20,0	284,6
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	103	64	-37,9	44	94	113,6	-8,7
Alojamento e alimentação	52	68	30,8	92	91	-1,1	75,0
Educação	22	47	113,6	50	65	30,0	195,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	12	45	275,0	312	44	-85,9	266,7
Transporte, armazenagem e comunicações	17	15	-11,8	15	31	106,7	82,4
Saúde e serviços sociais	2	7	250,0	10	17	70,0	750,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Serviços domésticos	1	0	-100,0	1	0	-100,0	-100,0
Total	1.668	2.580	54,7	5.593	6.794	21,5	307,3

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados.
Elaboração: Autor.

3.6 O Território do Médio Sertão Sergipano

O Território do Médio Sertão Sergipano apresenta predomínio da população rural, uma significativa participação da agricultura em seu PIB, e Atividades industriais incipientes. Verifica-se ainda uma forte participação da administração pública no PIB.

O Médio Sertão Sergipano detém uma área de 1582,5 km², tendo uma participação de 7,2% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, era de 62.644 habitantes, representando 3,2% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 39,6 hab/Km².

Esse território é formado por 6 municípios, sendo eles: Aquidabã; Cumbe; Feira Nova; Gracho Cardoso; Itabi e Nossa Senhora das Dores.



Figura 11 – Território Médio Sertão Sergipano

Responde por 1,6% do PIB sergipano, sendo o setor de serviços responsável por 69,8% do produto interno do território, no ano de 2005. Os maiores PIBs do território eram concentrados nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Aquidabã, que juntos, detinham 66,9% do produto territorial, em 2005.

As Atividades Agropecuárias

Em 2006, mais de 83% das terras do Médio Sertão eram utilizadas para as pastagens, tendo as lavouras temporárias a segunda maior parcela da utilização (10,8%).

Vale ressaltar que ao longo de uma década (1996 a 2006), a distribuição da utilização das terras, em termos relativos, permaneceu quase que inalterada (ver Tabela 37).

Tabela 37 – Utilização das Terras do Médio Sertão Sergipano (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)			
	1996	%	2006	%
Pastagens	116.791	84,9	97.798	83,3
Lavouras temporárias	12.499	9,1	12.675	10,8
Matas e florestas	8.063	5,9	6.290	5,4
Lavouras permanentes	282	0,2	618	0,5
Total	137.635	100,0	117.381	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

Entre as lavouras, predominam as culturas temporárias do milho, mandioca e feijão, que juntas representavam em 2006 mais de 88% da área plantada e mais de 57% do valor de produção do território.

Apesar do feijão ainda responder por uma área plantada significativa, ao longo dos anos (1994 a 2006), essa cultura teve uma redução considerável, tanto em termos de área (de 33,5% para 13,6%), quanto da participação no valor produzido a partir de produtos agrícolas (de 23,8% para 4,8%).

Vale ressaltar que a cana-de-açúcar, apesar de ser quarta maior cultura em termos de área plantada, detém o segundo maior valor de produção do território, sendo o município de Nossa Senhora das Dores responsável por toda a produção dessa cultura no território, em 2006 (ver Tabelas 38 e 39).

Tabela 38 – Principais culturas do Território do Médio Sertão Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Médio Sertão Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	5.800	37,5	4.570	39,6	6.600	52,3	11.900	54,7
	Mandioca	2.775	17,9	2.825	24,5	2.260	17,9	4.360	20,1
	Feijão (em grão)	5.190	33,5	3.010	26,1	2.870	22,7	2.960	13,6
	Cana-de-açúcar	707	4,6	470	4,1	280	2,2	1.800	8,3
	Abacaxi	112	0,7	220	1,9	129	1,0	295	1,4
	Fava (em grão)	430	2,8	155	1,3	180	1,4	185	0,9
	Amendoim (em casca)	15	0,1	25	0,2	48	0,4	51	0,2
	Batata - doce	15	0,1	15	0,1	20	0,2	6	0,0
	Algodão herbáceo (em caroço)	230	1,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Tomate	2	0,0	1	0,0	1	0,0	0	0,0
Total		15.276	98,7	11.291	97,8	12.388	98,1	21.557	99,1
Permanente	Banana	138	0,9	133	1,2	142	1,1	125	0,6
	Manga	24	0,2	67	0,6	54	0,4	35	0,2
	Coco-da-baía	6	0,0	17	0,2	17	0,1	17	0,1
	Laranja	36	0,2	38	0,3	30	0,2	12	0,0
	Total	204	1,3	255	2,2	243	1,9	189	0,9
Total das Culturas		15.480	100,0	11.546	100,0	12.631	100,0	21.746	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 39 – Principais culturas do Território do Médio Sertão Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Médio Sertão Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	940	16,1	832	11,8	2.970	30,1	5.757	34,6
	Cana-de-açúcar	366	6,3	474	6,7	392	4,0	3.600	21,7
	Mandioca	1.805	30,8	2.451	34,7	2.200	22,3	3.003	18,1
	Abacaxi	840	14,4	1.022	14,5	1.443	14,6	2.262	13,6
	Feijão (em grão)	1.391	23,8	1.554	22,0	1.427	14,5	793	4,8
	Fava (em grão)	53	0,9	40	0,6	74	0,8	62	0,4
	Amendoim (em casca)	4	0,1	11	0,2	35	0,4	40	0,2
	Batata - doce	21	0,4	34	0,5	46	0,5	24	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	26	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Tomate	12	0,2	9	0,1	12	0,1	0	0,0
Total		5.458	93,2	6.427	90,9	8.599	87,2	15.541	93,5
Permanente	Banana	302	5,2	374	5,3	526	5,3	684	4,1
	Manga	58	1,0	197	2,8	679	6,9	345	2,1
	Laranja	33	0,6	62	0,9	49	0,5	29	0,2
	Coco-da-baía	4	0,1	8	0,1	10	0,1	23	0,1
	Total	397	6,8	641	9,1	1.264	12,8	1.081	6,5
Total das Culturas		5.855	100,0	7.068	100,0	9.863	100,0	16.622	100,0

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Na pecuária, os efetivos mais representativos do território são o bovino e o de aves e os principais produtos de origem animal são o leite e o mel, que

representavam, em 2006, 14,7% e 3,4%, respectivamente, da produção estadual destes produtos. O leite também era responsável por gerar o maior valor de produção (em R\$) do território, com 15,2% do valor produzido no Estado (ver Tabela 40).

Tabela 40 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Médio Sertão Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo	Galos, frangas, frangos e pintos	99.000	4,9	150.700	5,5	298.300	9,7	497.936	13,1
	Bovino	67.700	8,3	90.800	9,9	91.560	10,6	116.842	11,0
	Suíno	4.550	4,7	5.375	6,5	8.005	8,4	11.416	9,9
	Eqüino	4.010	4,6	5.660	8,7	5.960	9,0	7.018	9,6
	Asinino	380	3,4	580	6,0	615	6,5	777	7,3
	Ovino	4.280	2,6	2.370	2,8	6.220	5,2	12.337	7,3
	Muar	1.175	3,1	830	5,6	765	4,9	852	4,9
	Caprino	1.205	4,9	350	5,1	545	4,2	874	4,2
	Galinhas	43.700	5,0	37.650	4,5	42.400	3,5	52.649	3,4
	Bubalino	0	0,0	10	3,0	0	0,0	0	0,0
	Codornas	1.350	100,0	3.100	16,8	2.200	7,3	0	0,0
	Produção de origem animal	Leite (Mil litros)	8.608	12,9	12.222	10,4	14.149	12,6	35.555
Mel de abelha (Quilograma)		0	0,0	0	0,0	1.700	3,0	2.530	3,4
Ovos de codorna (Mil dúzias)		350	4,9	322	4,6	278	1,6	320	1,5
Ovos de galinha (Mil dúzias)		7	100,0	70	36,5	46	18,0	0	0,0
Valor da produção (Mil Reais)	Leite	1.949	11,3	3.084	9,1	5.485	12,4	18.110	15,2
	Mel de abelha	0	0,0	0	0,0	12	3,2	10	1,9
	Ovos de galinha	318	5,0	322	4,7	410	1,6	790	1,7
	Ovos de codorna	2	100,0	35	43,2	23	21,7	0	0,0
	Total	2.269	9,6	3.441	8,4	5.930	8,5	18.910	11,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

O setor industrial do território é pouco desenvolvido, sendo a indústria de transformação, de acordo com a RAIS, a atividade industrial que mais empregava em 2006, com apenas 62 pessoas ocupadas.

Em segundo lugar vem a construção, que já foi a atividade industrial mais importante, mas que ao longo dos anos teve sua importância reduzida, empregando formalmente 52 pessoas em 2006.

A ocupação no setor industrial como um todo obteve um crescimento relativo de mais de 122%, entre 1994 e 2006, mas em termos absolutos, o número ocupações formais ainda é bastante reduzido, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 41 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Médio Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	9	10	11,1	38	62	63,2	588,9
Construção	11	98	790,9	30	52	73,3	372,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	51	46	-9,8	40	44	10,0	-13,7
Indústrias extrativas	0	0	-	0	0	-	-
Total	71	154	116,9	108	158	46,3	122,5

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados.
Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

A ocupação formal do território do Médio Sertão é altamente concentrada na administração pública, defesa e seguridade social. Esse segmento representava em 2006 mais de 72,6% de todos os empregos formais do território.

Em segundo lugar vinha o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, que detinha em 2006 quase 10% das ocupações. Entre 1994 e 2006, esta atividade obteve um crescimento significativo, passando de 101 ocupações para 368.

Houve um crescimento significativo na maioria dos segmentos componentes das atividades de serviços, no território do Médio Sertão, sendo o crescimento geral da ordem de 225,3%, entre 1994 e 2006 (ver Tabela 42).

Tabela 42 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Médio Sertão Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	821	1.192	45,2	2.024	2.777	37,2	238,3
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	101	172	70,3	365	368	0,8	264,4
Educação	4	13	225,0	44	81	84,1	1925,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	25	31	24,0	79	57	-27,9	128,0
Saúde e serviços sociais	19	67	252,6	31	55	77,4	189,5
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	66	41	-37,9	28	51	82,1	-22,7
Transporte, armazenagem e comunicações	20	20	0,0	36	27	-25,0	35,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	0	0	-	20	22	10,0	-
Alojamento e alimentação	0	0	-	8	4	-50,0	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Serviços domésticos	2	2	0,0	0	0	-	-100,0
Total	1.058	1.538	45,4	2.635	3.442	30,6	225,3

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.7 O Território do Agreste Central Sergipano

O Território do Agreste Central Sergipano é marcado pela presença de pequenas indústrias Cerâmicas e de Material de transporte e por ser principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do Estado.

O Agreste Central Sergipano está localizado no centro-noroeste do Estado, e detém uma área de 3.123,2 km², tendo uma participação de 14,3% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, era de 222.197 habitantes, representando 11,5% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 71,1 hab/Km².

Esse território é composto por 14 municípios, sendo eles: Areia Branca; Campo do Brito; Carira; Frei Paulo; Itabaiana; Macambira; Malhador; Moita Bonita;

Nossa Senhora Aparecida; Pedra Mole; Pinhão; Ribeirópolis; São Domingos e São Miguel do Aleixo.

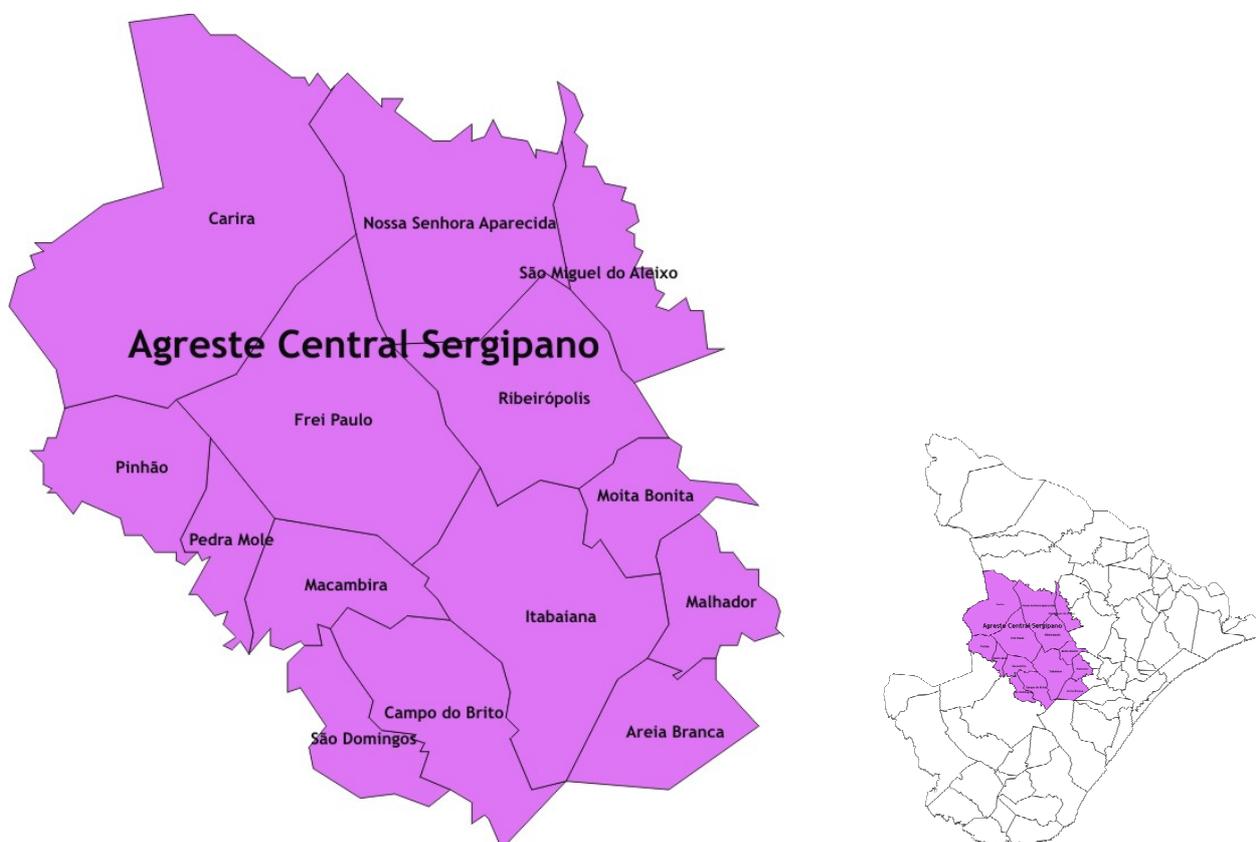


Figura 12 – Território do Agreste Central Sergipano

Responsável por 6,7% do PIB sergipano, o Agreste Central tem no setor de serviços uma concentração de mais de 72% do produto interno do território. O PIB territorial encontra-se bastante concentrado no município de Itabaiana, que responde por 46% Produto Interno Bruto do Agreste Central, ficando os outros 13 municípios com os 54% restantes.

As Atividades Agropecuárias

De acordo com o censo agropecuário de 2006, no Agreste Central 59,5% das terras eram utilizadas para a pastagem, vindo em seguida as lavouras temporárias, com 28,6% da utilização das terras.

Verifica-se que, entre 1996 e 2006, houve um aumento da utilização das terras para o cultivo de lavouras, tanto temporárias, quanto permanentes, enquanto que as pastagens sofreram uma redução considerável em sua participação. Já as matas e florestas permaneceram relativamente estáveis (ver Tabela 43).

Tabela 43 – Utilização das Terras do Agreste Central Sergipano (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)			
	1996	%	2006	%
Pastagens	214.230	76,75	147.190	59,53
Lavouras temporárias	45.716	16,38	70.779	28,63
Matas e florestas	17.041	6,10	15.986	6,47
Lavouras permanentes	2.149	0,77	13.293	5,38
Total	279.136	100,00	247.248	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

O Agreste Central está voltado para as culturas de subsistência, do milho, do feijão e da mandioca, com destaque para o primeiro que respondia por 65,3% da área do território, destinada às lavouras em 2006.

Entre as culturas temporárias, verifica-se que a área cultivada com milho mais que triplicou no período de 1994 a 2006, passando de 14.190 para 48.330 hectares. Já entre as culturas permanentes, a laranja e a banana são as que merecem destaque, por ocuparem ao longo dos anos a primeira posição em área plantada (ver Tabela 44).

Tabela 44– Principais culturas do Território do Agreste Central segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Agreste Central Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	14.190	31,8	17.060	47,4	37.061	62,1	48.330	65,4
	Feijão (em grão)	12.400	27,8	5.998	16,7	8.802	14,8	10.848	14,7
	Mandioca	7.925	17,8	6.330	17,6	6.505	10,9	8.280	11,2
	Batata - doce	1.972	4,4	2.215	6,2	2.670	4,5	2.700	3,7
	Cana-de-açúcar	650	1,5	951	2,6	1.106	1,9	630	0,9
	Amendoim (em casca)	338	0,8	344	1,0	450	0,8	482	0,7
	Melancia	218	0,5	328	0,9	368	0,6	360	0,5
	Tomate	213	0,5	255	0,7	238	0,4	250	0,3
	Fava (em grão)	2.500	5,6	335	0,9	377	0,6	78	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	2.823	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Batata - inglesa	75	0,2	40	0,1	0	0,0	0	0,0
	Cebola	6	0,0	11	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	43.310	97,1	33.867	94,1	57.577	96,5	71.958	97,3
Permanente	Laranja	469	1,1	713	2,0	684	1,2	634	0,9
	Banana	472	1,1	648	1,8	668	1,1	632	0,9
	Coco-da-baía	212	0,5	347	1,0	350	0,6	349	0,5
	Manga	74	0,2	360	1,0	310	0,5	272	0,4
	Maracujá	78	0,2	51	0,1	80	0,1	95	0,1
	Goiaba	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	1.305	2,9	2.120	5,9	2.092	3,5	1.982	2,7
Total das Culturas		44.615	100,0	35.987	100,0	59.669	100,0	73.940	100,0

Fonte IBGE / Pesquisa Agrícola Municipal – anos selecionados. Elaboração: Autor.

Em termos monetários, o milho é a cultura que gera o maior valor de produção no território. O valor de produção desta cultura teve sua participação no território ampliada em mais de 14%, entre 1994 e 2006. O feijão, apesar de responder pela segunda maior área cultivada do território, é a sexta cultura, entre as temporárias, em termos de valor de produção, indicando um alto grau de consumo pelos próprios produtores.

As culturas da mandioca e da batata doce também são significativas, sendo a segunda e a terceira culturas mais importantes do território em termos de valor de produção. As duas culturas apresentaram perdas de participação entre 1994 e 2006, mas a redução da batata-doce foi mais acentuada, perdendo quase 9% de participação, entre as culturas existentes no território.

Entre as culturas permanentes, merece destaque o valor (em R\$) produzido pela banana, que é a quarta cultura mais importante, entre as culturas temporárias e permanentes. Apesar de ter permanecido em um patamar relativamente estável, quando comparada com 2002, a participação dessa cultura sofreu uma considerável redução (de 14,3% para 7%) em relação 2006 (ver Tabela 45).

Tabela 45 – Principais culturas do Território do Agreste Central segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Agreste Central Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	2.654	12,1	5.397	18,6	3.563	8,9	12.727	26,3
	Mandioca	5.568	25,4	6.719	23,2	9.565	24,0	11.572	23,9
	Batata – doce	4.726	21,6	3.923	13,5	8.079	20,3	6.128	12,7
	Tomate	1.309	6,0	1.200	4,1	2.757	6,9	3.036	6,3
	Melancia	378	1,7	373	1,3	828	2,1	2.439	5,0
	Feijão (em grão)	3.711	17,0	5.897	20,3	3.793	9,5	2.045	4,2
	Cana-de-açúcar	538	2,5	808	2,8	2.088	5,2	1.933	4,0
	Amendoim (em casca)	294	1,3	138	0,5	411	1,0	604	1,3
	Fava (em grão)	127	0,6	62	0,2	43	0,1	47	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	368	1,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Batata – inglesa	213	1,0	48	0,2	0	0,0	0	0,0
	Cebola	5	0,0	52	0,2	0	0,0	0	0,0
	Total	19.891	90,9	24.617	84,8	31.127	78,1	40.531	83,8
Permanente	Banana	1.369	6,3	1.995	6,9	5.717	14,3	3.366	7,0
	Laranja	312	1,4	744	2,6	1.634	4,1	1.890	3,9
	Manga	72	0,3	1.471	5,1	979	2,5	1.266	2,6
	Maracujá	156	0,7	41	0,1	300	0,8	821	1,7
	Coco-da-baía	90	0,4	149	0,5	113	0,3	490	1,0
	Goiaba	0	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	1.999	9,1	4.402	15,2	8.743	21,9	7.833	16,2	
Total das Culturas		21.890	100,0	29.019	100,0	39.870	100,0	48.364	100,0

Fonte IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal – anos selecionados. Elaboração: Autor.

Em 2006, os efetivos dos rebanhos, no Agreste Central, que tinham maior representatividade no Estado eram o de galinha (27,5%), de suíno (19,4%) e bovino (15,7%).

Vale a pena ressaltar que o efetivo de galinhas e suíno, teve uma evolução muito positiva, tanto em termos relativos quanto absolutos, entre 1994 e

2006. O primeiro passou de 160.203 (18,3% do efetivo estadual), em 1994, para 428.423 (27,5% do efetivo estadual), em 2006, e o segundo saltou de 7.892 (8,1% do efetivo estadual) para 22.405 (27,5% do efetivo estadual), no mesmo período.

A produção de origem animal do território tem seu expoente na produção de ovos de galinha, sendo responsável por mais 38% de toda a produção do Estado. Vale ressaltar que houve um crescimento significativo entre 1994 e 2006 (quase 325%, em termos absolutos).

Este território contribuiu com 17,4% de todo valor produzido no estado a partir de produtos de origem animal, tendo essa participação apresentado um desempenho positivo ao longo período de 1994 a 2006 (ver Tabela 46).

Tabela 46 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Agreste Central – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo (cabeças)	Galinhas	160.203	18,3	201.497	24,13	347.247	28,8	428.423	27,5
	Suíno	7.892	8,1	17.853	21,69	20.627	21,5	22.405	19,4
	Bovino	100.550	12,3	164.498	17,91	160.307	18,6	167.163	15,7
	Muar	2.695	7,2	2.200	14,79	2.451	15,6	2.669	15,2
	Galos, frangas, frangos e pintos	261.838	12,9	465.994	17,07	528.845	17,1	567.066	15,0
	Asinino	910	8,1	1.137	11,7	1.272	13,4	1.400	13,2
	Eqüino	6.266	7,2	8.173	12,59	8.643	13,0	9.142	12,5
	Ovino	5.640	3,5	7.813	9,37	9.412	7,9	10.385	6,1
	Caprino	1.291	5,3	859	12,39	1.033	7,9	1.189	5,7
Produção de origem animal	Ovos de galinha (Mil dúzias)	2.001	28,0	2.371	33,58	6.592	36,9	8.496	38,7
	Leite (Mil litros)	6.527	9,8	18.409	15,6	20.987	18,7	24.211	10,0
	Mel de abelha (Quilograma)	2.380	27,5	5.589	35,12	0	0,0	0	0,0
Valor da produção (Mil Reais)	Ovos de galinha	1.552	24,5	2.306	33,79	11.777	46,4	16.997	36,3
	Leite	1.617	9,4	5.540	16,26	9.008	20,3	12.137	10,2
	Mel de abelha	11	29,0	36	31,86	0	0,0	0	0,0
	Total	3.180	13,5	7.882	19,18	20.785	29,6	29.134	17,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

De acordo com a RAIS, a indústria de transformação era o segmento industrial que mais empregava em 2006 no Agreste Central, sendo também o que apresentou o maior crescimento relativo no período de 1994 a 2006 (mais 555,8%).

Outra atividade industrial que merece destaque é a construção, que apresentou um desempenho positivo, aumentando em 213% o número de ocupações formais no território, no período de 1994 a 2006.

A ocupação formal, no setor industrial como um todo, obteve um crescimento mais de 430% entre 1994 e 2006, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 47 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Agreste Central segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano e Taxa de Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/fev	jun/94
Indústrias de transformação	509	965	89,6	1.366	3.338	144,4	555,8
Construção	123	276	124,4	324	386	19,1	213,8
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	91	73	-19,8	65	97	49,2	6,6
Indústrias extrativas	0	37	-	65	39	-40,0	-
Total	723	1.351	86,9	1.820	3.860	112,1	433,9

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Verifica-se que, entre 1994 e 2006, o setor que mais empregou no Território do Agreste Central foi a administração pública, defesa e seguridade social. Este segmento também apresentou o maior crescimento absoluto, saindo de 2.479 empregos, em 1994, para 8.488, em 2006. Em seguida vem o comércio, que empregou quase 14,5% da mão-de-obra ocupada no território, em 2006, e apresentou um crescimento no número de pessoas ocupadas superior a 200%, durante o período.

Entre 1994 e 2006, as atividades de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados e de saúde e serviços sociais apresentaram redução no número de empregos formais da ordem 23,1% e 20,5%, respectivamente.

As ocupações formais, nas atividades de serviços do território do Agreste Central Sergipano, apresentaram um crescimento de mais de 213% entre 1994 e 2006 (ver Tabela 48).

Tabela 48 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Agreste Central segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	6/fev	jun/94
Administração pública, defesa e seguridade social	2.479	3.904	57,5	6.540	8.488	29,8	242,4
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.113	1.372	23,3	2.201	3.351	52,3	201,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	112	142	26,8	270	550	103,7	391,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	35	162	362,9	161	456	183,2	1202,9
Educação	121	208	71,9	218	285	30,7	135,5
Transporte, armazenagem e comunicações	131	133	1,5	181	285	57,5	117,6
Alojamento e alimentação	41	73	78,1	155	283	82,6	590,2
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	234	144	-38,5	123	180	46,3	-23,1
Saúde e serviços sociais	220	343	55,9	259	175	-32,4	-20,5
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	9	-	-
Serviços domésticos	3	2	-33,3	6	5	-16,7	66,7
Total	4.489	6.483	44,4	10.114	14.067	39,1	213,4

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

3.8 O Território do Centro-Sul Sergipano

O Território do Centro-Sul Sergipano é marcado pela participação das pastagens (com destaque para o rebanho bovino) e pela policultura: laranja,

maracujá, abacaxi, abóbora, milho, feijão e mandioca. Junto com o Território do Sul Sergipano, tem uma importante participação no setor de confecções do Estado.

O Centro-Sul Sergipano detém uma área de 3520,9 km², tendo uma participação de 16,1% na área estadual. A população, de acordo com a contagem populacional do IBGE, em 2007, era de 213.492 habitantes, representando 11% da população estadual, o que lhe confere uma densidade demográfica de 60,6 hab/Km².

Esse território é composto por 5 municípios, sendo eles: Lagarto; Poço Verde; Riachão do Dantas; Simão Dias e Tobias Barreto.

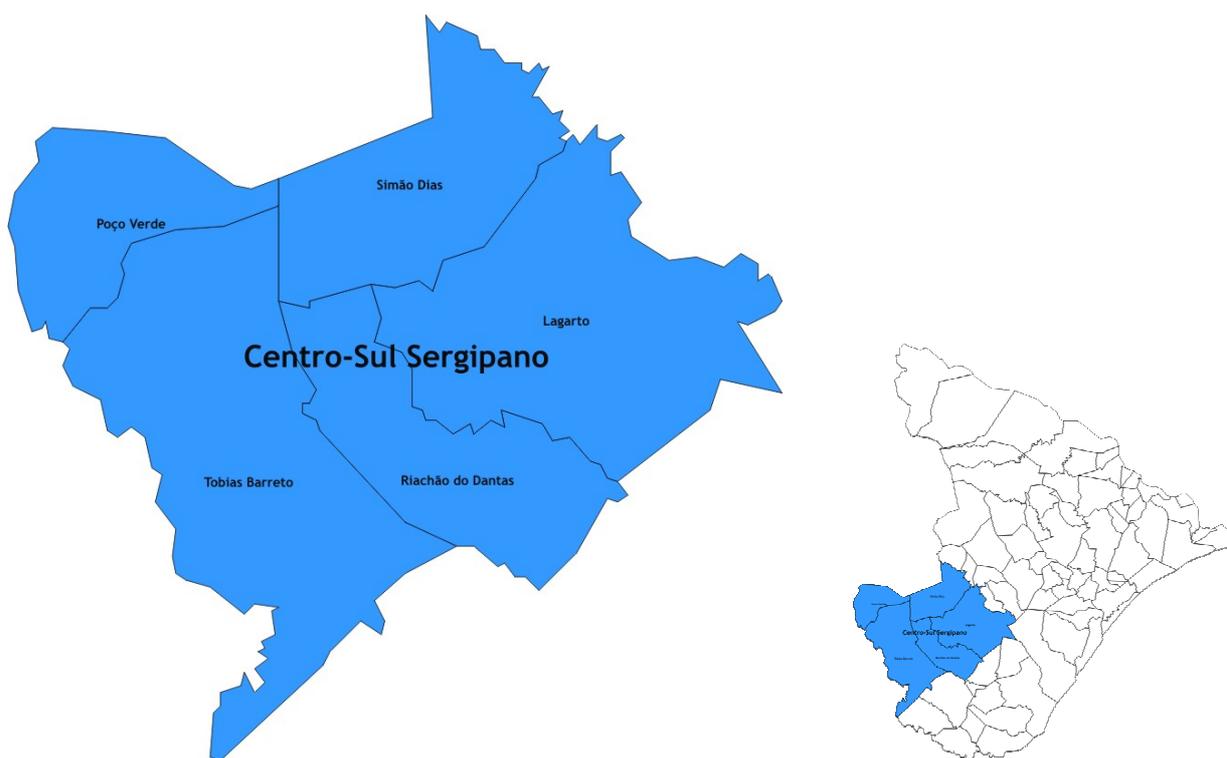


Figura 13 – Território do Centro-Sul Sergipano

Responde por 5,7% do PIB sergipano, sendo o setor de serviços responsável por 71,1% do produto do território, no ano de 2005. O município que

apresenta o maior PIB do território é Lagarto, que concentra quase metade do PIB territorial (48,1%).

As Atividades Agropecuárias

Entre 1996 e 2006 houve uma redução da área utilizada para as pastagens no Centro-Sul Sergipano. Apesar desse decréscimo (215.607 para 193.718 hectares), essa ainda é a principal forma de utilização das terras do território, sendo responsável por 65,2% da utilização das terras.

Todas as outras formas de utilização das terras do território apresentaram crescimento em suas áreas, merecendo destaque as lavouras temporárias, que tiveram um crescimento superior a 100% (passando de 35.900, em 1996 para 73.010, em 2006), ganhando uma maior representatividade na utilização das terras (24,6%) (ver Tabela 49).

Tabela 49 – Utilização das Terras do Centro Sul Sergipano (em hectares) – 1996/2006

Utilização das terras	Ano / Participação no Território (%)			
	1996	%	2006	%
Pastagens	215.607	77,8	193.718	65,2
Lavouras temporárias	35.590	12,8	73.010	24,6
Matas e florestas	17.059	6,2	20.306	6,8
Lavouras permanentes	9.005	3,3	10.264	3,5
Total	277.261	100,0	297.298	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Elaboração: Autor.

Na agricultura, destacam-se as culturas mais tradicionais, como a mandioca, o milho e feijão, além da laranja. As culturas temporárias respondiam por 84,2% da área plantada e 51,7% do valor da produção, em 2006. O milho, a mandioca e o feijão, eram as culturas que ocupavam a maior parte da área plantada do território, merecendo destaque o crescimento da área plantada com milho, que

quase dobrou, ganhando uma representatividade de mais de 40% entre as culturas existentes no Centro-Sul.

O milho também se destacou em termos de valor da produção, passando de uma representatividade de 2,7% de todo valor produzido pela agricultura, no território, para 17,9%, entre 1994 e 2006.

Dentre as culturas permanentes, as mais importantes são a laranja, com 11,2% em 2006, e o maracujá com 3,6 % da área plantada do território. Apesar de a área plantada ser relativamente reduzida, o valor de produção da laranja tem grande importância para a economia do território, sendo a cultura mais importante em termos monetários, pois representou, em 2006, 30,4% de todo valor produzido a partir das culturas produzidas no Centro-Sul. (ver Tabelas 50 e 51).

Tabela 50 – Principais culturas do Território do Centro-Sul Sergipano segundo a área Plantada – 1994, 1998, 2002 e 2006

Centro-Sul Sergipano		Área plantada (Hectare)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Milho (em grão)	18.750	24,3	26.800	31,2	32.425	41,2	35.700	40,4
	Mandioca	17.280	22,4	16.220	18,9	11.290	14,4	21.425	24,2
	Feijão (em grão)	20.476	26,5	24.225	28,2	19.880	25,3	14.755	16,7
	Fumo (em folha)	3.525	4,6	2.950	3,4	1.110	1,4	1.670	1,9
	Fava (em grão)	2.650	3,4	980	1,1	496	0,6	333	0,4
	Batata - doce	455	0,6	390	0,5	243	0,3	206	0,2
	Amendoim (em casca)	393	0,5	338	0,4	233	0,3	189	0,2
	Abacaxi	75	0,1	60	0,1	25	0,0	80	0,1
	Tomate	16	0,0	55	0,1	46	0,1	40	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	388	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Batata - inglesa	4	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	64.012	83,0	72.020	83,9	65.748	83,6	74.398	84,2
Permanente	Laranja	8.872	11,5	9.576	11,2	9.041	11,5	9.915	11,2
	Maracujá	3.328	4,3	3.084	3,6	2.875	3,7	3.066	3,5
	Banana	447	0,6	475	0,6	482	0,6	503	0,6
	Coco-da-baía	361	0,5	366	0,4	366	0,5	354	0,4
	Mamão	104	0,1	70	0,1	108	0,1	125	0,1
	Tangerina	10	0,0	20	0,0	14	0,0	10	0,0
	Goiaba	0	0,0	29	0,0	0	0,0	0	0,0
	Limão	23	0,0	25	0,0	0	0,0	0	0,0
	Manga	0	0,0	218	0,3	0	0,0	0	0,0
	Urucum (semente)	8	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	13.153	17,1	13.863	16,1	12.886	16,4	13.973	15,8
Total das Culturas	77.165	100,0	85.883	100,0	78.634	100,0	88.371	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Tabela 51 – Principais culturas do Território do Centro-Sul Sergipano segundo o valor de Produção – 1994, 1998, 2002 e 2006

Centro-Sul Sergipano		Valor da produção (Mil Reais)							
		1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
Temporária	Mandioca	10.387	18,6	26.875	26,4	22.808	28,5	25.417	21,6
	Milho (em grão)	1.535	2,7	4.511	4,4	5.361	6,7	20.994	17,9
	Feijão (em grão)	5.242	9,4	16.568	16,3	8.733	10,9	7.455	6,3
	Fumo (em folha)	7.017	12,5	6.638	6,5	2.536	3,2	5.493	4,7
	Tomate	56	0,1	269	0,3	440	0,6	510	0,4
	Batata - doce	737	1,3	1755	1,7	581	0,7	371	0,3
	Abacaxi	162	0,3	300	0,3	192	0,2	342	0,3
	Fava (em grão)	204	0,4	148	0,2	142	0,2	137	0,1
	Amendoim (em casca)	208	0,4	351	0,3	231	0,3	123	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	66	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Batata - inglesa	21	0,0	15	0,0	0	0,0	0	0,0
	Total	25.635	45,8	57.430	56,3	41.024	51,2	60.842	51,7
Permanente	Laranja	16.901	30,2	27.458	26,9	19.686	24,6	35.790	30,4
	Maracujá	11.854	21,2	15.542	15,3	13.449	16,8	14.304	12,2
	Banana	419	0,8	456	0,5	4.803	6,0	4.690	4,0
	Mamão	962	1,7	640	0,6	1.046	1,3	1.500	1,3
	Coco-da-baía	95	0,2	108	0,1	123	0,2	443	0,4
	Tangerina	14	0,0	43	0,0	21	0,0	18	0,0
	Goiaba	0	0,0	11	0,0	0	0,0	0	0,0
	Limão	48	0,1	78	0,1	0	0,0	0	0,0
	Manga	0	0,0	177	0,2	0	0,0	0	0,0
	Urucum (semente)	15	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	30.308	54,2	44.513	43,7	39.128	48,8	56.745	48,3	
Total das Culturas	55.943	100,0	101.943	100,0	80.152	100,0	117.587	100,0	

Fonte IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

Esse território é caracterizado pela forte especialização na pecuária, seja na bovinocultura, seja na criação de ovinos, eqüinos, aves e caprinos. A bovinocultura, notadamente de corte, é uma característica importante desse território. Apesar de ter tido uma baixa, entre 1994 e 2002 (181,6 mil cabeças, para 167,8 mil), conseguiu se recuperar, atingindo 199,5 mil cabeças no último ano da série (2006) que correspondem a 18,7% do total do Estado.

A ovinocultura e a caprinocultura são bastante intensas no território e respondiam, em 2006, por 29,8% e 21,1%, respectivamente, do efetivo estadual. Apesar dessa importância, percebe-se que houve uma queda considerável, quando

comparada com o primeiro ano da série, 1994, em que a representatividade era de 65,4% e 54%, respectivamente.

O produto de origem animal de maior importância no Estado, tanto em termos de produção (8,8%) quanto de valor de produção (10,5%), é o mel. Mas ao longo da série analisada, esse produto vem perdendo participação na produção e no valor monetário produzido, pois detinha 25,4% e 18,4%, respectivamente, em 1994 (ver Tabela 52).

Tabela 52 – Efetivos Pecuários, Produção e Valor da Produção Animal do Território do Centro-Sul Sergipano – 1994, 1998, 2002 e 2006

Variável	Efetivo/Produto Animal	Ano							
		1994	% do Estado	1998	% do Estado	2002	% do Estado	2006	% do Estado
Efetivo (cabeças)	Asinino	6.147	54,4	3.052	31,4	3.353	35,4	3.534	33,2
	Muar	22.027	58,4	4.020	27,0	4.711	29,9	5.392	30,7
	Ovino	106.309	65,4	37.550	45,1	45.086	37,6	50.710	29,8
	Eqüino	40.112	46,2	15.373	23,7	17.401	26,2	19.175	26,2
	Caprino	13.186	54,0	2.408	34,7	2.864	21,8	4.439	21,1
	Bovino	181.560	22,3	159.786	17,4	167.786	19,4	199.528	18,7
	Galinhas	277.657	31,7	146.516	17,6	167.231	13,9	186.871	12
	Suíno	51.269	52,4	10.478	12,7	13.470	14,1	13.604	11,8
	Galos, frangas, frangos e pintos	406.163	20,1	231.598	8,5	356.907	11,6	317.640	8,4
Produção de origem animal	Mel de abelha (Quilograma)	2.200	25,4	6.082	38,2	5.993	10,7	6.469	8,8
	Leite (Mil litros)	6.528	9,8	15.727	13,3	16.526	14,7	17.986	7,4
	Ovos de galinha (Mil dúzias)	1.870	26,2	854	12,1	989	5,5	1.055	4,8
Valor da produção (Mil Reais)	Mel de abelha	7	18,4	44	38,9	52	13,9	55	10,5
	Leite	1.893	11	5.661	16,6	5.866	13,2	11.187	9,4
	Ovos de galinha	1.777	28,1	854	12,5	1.485	5,9	2.322	5,0
	Total	3.677	15,6	6.559	16,0	7.403	10,6	13.564	8,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades Industriais

Em 2006, a indústria de transformação era a atividade industrial que mais empregava, sendo também a que apresentou o maior crescimento relativo no período de 1994 a 2006 (mais 560%).

A segunda atividade industrial mais importante do território, em termos de ocupação, em 2006, era a construção, que empregava 196 pessoas, o que significava quase quatro vezes mais que em 1994.

A ocupação, no setor industrial do território como um todo, obteve um crescimento de mais de 505%, entre 1994 e 2006, como mostra a tabela a seguir (ver Tabela 53).

Tabela 53 – Pessoal ocupado em atividades industriais no Território do Centro-Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Indústrias de transformação	406	1.539	279,1	2.088	2.691	28,9	562,8
Construção	55	391	610,9	275	196	-28,7	256,4
Indústrias extrativas	0	12	-	11	118	972,7	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	47	32	-31,9	61	71	16,4	51,1
Total	508	1.974	288,6	2.435	3.076	26,3	505,5

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

As Atividades de Serviços

Como nos demais territórios, a administração pública, defesa e seguridade social é a atividade que gera mais ocupação formal no Centro-Sul, respondendo por mais de 58% dos empregos formais do território, em 2006.

Entre 1994 e 2006, a segunda maior atividade do território em termos de ocupação no setor de serviços foi o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, que apresentou um crescimento significativo e detinha uma participação importante nas ocupações (mais de 27%, em 2006).

As únicas atividades que apresentaram redução no número de pessoas ocupadas, entre 1994 e 2006, foram saúde e serviços sociais e intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (31,9% e 24%, respectivamente).

As ocupações, de forma agregada, nas atividades de serviços do território do Centro-Sul Sergipano, apresentaram um crescimento de mais de 173%, entre 1994 e 2006 (ver Tabela 54).

Tabela 54 – Pessoal ocupado em atividades de Serviço no Território do Centro-Sul Sergipano segundo a RAIS – 1994, 1998, 2002, 2006

Atividade	Ano / Variação (%)						
	1994	1998	98/94	2002	2006	06/02	06/94
Administração pública, defesa e seguridade social	2.513	2.725	8,4	5.421	6.560	21,0	161,0
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	883	1.397	58,2	2.109	3.054	44,8	245,9
Educação	54	143	164,8	272	402	47,8	644,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	56	121	116,1	175	370	111,4	560,7
Transporte, armazenagem e comunicações	37	214	478,4	254	247	-2,8	567,6
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	225	134	-40,4	118	171	44,9	-24,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	63	143	127,0	151	129	-14,6	104,8
Alojamento e alimentação	80	56	-30,0	73	110	50,7	37,5
Saúde e serviços sociais	160	229	43,1	239	109	-54,4	-31,9
Serviços domésticos	2	0	-100,0	7	2	-71,4	0,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	-	0	0	-	-
Total	4.073	5.162	26,7	8.819	11.154	26,5	173,9

Fonte: Seção de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 - RAIS, anos selecionados. Elaboração: Autor.

CAPÍTULO 4

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Com base nas teorias do desenvolvimento e na análise dos diversos dados apresentados, este capítulo objetiva apontar quais as políticas desenvolvidas em Sergipe, dando ênfase aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em seguida são indicados os APLs identificados no Estado, as instituições atuantes e as principais formas de atuação no apoio a esses APLs. Por fim, é feita uma discussão sobre quais as vantagens e desvantagens das políticas públicas de desenvolvimento existentes.

Os territórios e as instituições responsáveis por sua gestão devem assumir papéis fundamentais no processo de desenvolvimento. Essa dimensão territorial ganha força, no mundo inteiro, no processo de planejamento, de forma cada vez mais pronunciada. No entanto, para que funcione corretamente, são necessárias a construção e o reconhecimento de atores e organizações que tenham capacidade de incorporar as iniciativas, as ambições e os potenciais dos diferentes territórios componentes dos países (ABRAMOWAY, 2002).

O planejamento não pode mais ser enxergado como forma centralizada de decisão sobre o uso dos recursos. Ao invés dessa visão, deve surgir uma coordenação de iniciativas e organizações variadas (merecendo destaque as empresas de todos os tamanhos) que valorize os atributos de cada território. Sendo assim, surgem novas responsabilidades tanto para o Estado quanto para os atores locais na busca da harmonia nesta forma de coordenação (ABRAMOWAY, 2002).

Para que essa nova forma de pensar o processo de desenvolvimento tenha resultados efetivos, é necessário passar por algumas etapas como: descobrir quais os territórios produtivos que terão maiores condições crescer de forma sustentável; identificar quais são os atores e as lideranças necessárias ao desenvolvimento do território; a partir de uma análise profunda de todos os setores que se relacionam com a atividade, identificar e articular as principais instituições locais e externas que possam dar-lhes sustentação; e a partir da organização dessas informações, tentar vislumbrar quais os possíveis cenários de desenvolvimento.

Superadas essas etapas, deve-se buscar a formalização de pactos entre os principais atores envolvidos no processo, para, a partir desse instante, estruturar projetos de investimento, discriminando as ações necessárias para o desenvolvimento e apontando quem e quando executará cada ação prevista.

A análise de cada território deve sempre levar em consideração que cada atividade produtiva tem formatos e lógicas diferentes, pois as realidades em que se inserem as levam a estágios e dinâmicas diferentes. Sendo assim, as intervenções devem sempre ser pensadas juntas com a governança dos territórios, priorizando o associativismo.

4.1- Políticas Públicas de Apoio aos APLs

Nas discussões do Plano de Desenvolvimento Participativo e Territorial, foi adotado o conceito de Cadeias Produtivas ao se analisar as principais atividades econômicas de cada território, mas, a partir da visão territorial proposta, que leva em consideração as vocações e potencialidades de cada território, o apoio aos Arranjos

Produtivos Locais do Estado se torna uma estratégia mais condizente, havendo a necessidade do engajamento das diversas instituições em prol do estímulo ao desenvolvimento a partir dos APLs que foram identificados no estado.

Para Amaral Filho (2002), estratégias públicas e institucionais estruturantes, que funcionam como estímulo ao agrupamento e a organização de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em APLs, têm se disseminado no país, substituindo políticas que apoiavam individual ou isoladamente essas empresas. Além disso, essas estratégias podem ser uma opção para o governo federal e para as unidades federativas promoverem a interiorização do desenvolvimento, dinamização de territórios estagnados e diminuição das disparidades inter e intra-regionais.

Dentro dessa visão, o Governo Federal passou a organizar o tema APL ao instituir o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional que contam com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (MDIC, 2008).

Essa Secretaria Técnica visa estimular a articulação das ações governamentais existentes, em prol dos Arranjos Produtivos Locais, gerando com isso um apoio integrado (MDIC, 2008).

Em 2008, foi feito pelo MDIC um levantamento dos APLs existentes no país, e estimou-se a existência de 955 arranjos. Após a identificação foram gerados relatórios traçando as principais características de cada um, como o setor

econômico, a unidade da federação e as instituições atuantes na localidade. A partir desse mapeamento foi desenvolvido um Sistema de Informação para APLs.

Objetivando atuar de forma mais intensiva, o GTP-APL solicitou aos parceiros estaduais a indicação de 10 APLs prioritários por estado (MDIC, 2008). Para estimular e comprometer as lideranças dos APLs, foi solicitada a elaboração de um Plano de Desenvolvimento (PD) para cada um dos APLs prioritários. Os Núcleos Estaduais ou organizações semelhantes nos Estados seriam responsáveis pela articulação das instituições, lideranças e atores locais na elaboração dos PDs. Logo, dado o caráter público e sistêmico da "estratégia integrada" proposta pelo GTP APL, colocou-se o desafio da necessidade de ampliação do esforço interinstitucional (MDIC, 2008).

A lógica de apoio aos APLs parte do pressuposto de que diferentes atores locais (empresários individuais, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outros) devem se articular e identificar suas demandas coletivas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento. Essas demandas devem ser organizadas em um Plano de Desenvolvimento único que gere compromisso com as soluções, promovendo o desenvolvimento do APL (MDIC, 2008).

As grandes vantagens obtidas com os PDs se encontram no fato de haver um nivelamento do conhecimento sobre as atuações individuais nos APLs; um compartilhamento dos canais de interlocução local, estadual e federal; e um alinhamento das agendas das instituições para acordar uma estratégia de atuação integrada (MDIC, 2008).

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC), alinhada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), articulou a instalação do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE), que ocorreu no dia 23 de maio de 2007.

O núcleo é coordenado pela SEDETEC e composto por 26 instituições, além de outras que apóiam o núcleo em ações específicas. Tem como missão:

Articular as ações relacionadas ao apoio das atividades produtivas locais, com a participação de instituições que visem o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos. Diante disso, a idéia é de empreender esforços para disponibilizar recursos materiais, humanos e financeiros voltados à operacionalização das ações conjuntas. (APL-SE, 2008).

É importante ressaltar que muitos dos APLs identificados em Sergipe estão em uma fase ainda embrionária, mas que a partir do apoio das instituições atuantes nos arranjos, é possível desenvolver todo o seu potencial.

4.2- Os Principais Arranjos Produtivos Locais em Sergipe

O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe apontou, inicialmente, a existência de 17 APLs, sendo, 10 prioritários (indicados ao MDIC) e o restante apoiado apenas pelas instituições locais. Na tabela 55 podem-se observar os APLs, os territórios em que se localizam os arranjos e o volume de produção estimada para a atividade nos arranjos envolvidos.

Tabela 55 – APLs identificados e Volume de Produção estimada

Tipo	APLs	Território	Volume de Produção Estimada
Prioritários	Pecuária de Leite	Alto Sertão	250.000 litros/dia
	Confecções	Centro Sul e Sul	15.300.000 peças/ano
		Baixo São Francisco	
		Médio Sertão	
		Alto Sertão	
	Piscicultura	Baixo São Francisco	2.130 toneladas/ano
		Leste Sergipano	
		Alto Sertão	
		Médio Sertão	
	Ovinocaprinocultura	Centro-Sul	114.608 cabeças/ano
		Alto Sertão	
		Agreste Central	
	Fruticultura	Alto Sertão	120.000 toneladas/ano
		Baixo São Francisco	
Apicultura	Alto Sertão	60 toneladas/ano	
	Leste Sergipano		
	Grande Aracaju		
Mandioca	Centro-Sul	42.000 toneladas/ano	
	Agreste Central		
Tecnologia da Informação	Grande Aracaju	-	
Cerâmica Vermelha	Baixo São Francisco	360.000.000 peças/ano	
	Sul Sergipano		
	Agreste Central		
Petróleo e Gás	Grande Aracaju, Leste e Sul sergipano.	-	
Outros APLs Identificados	Artesanato de Cerâmica	Baixo São Francisco	50.000 peças/ano
	Artefatos de Madeiras e Móveis	Grande Aracaju	-
		Centro Sul	-
	Carroceria	Agreste Central	-
	Rizicultura	Baixo São Francisco	52.249 toneladas/ano
	Citricultura	Sul Sergipano	700.000 toneladas/ano
	Carcinicultura	Grande Aracaju	2.570 toneladas
		Baixo São Francisco	
Sul Sergipano			
Saúde	Grande Aracaju	-	

Fonte: APL-SE, 2008; Elaboração: O autor

Os Planos de Desenvolvimento (PDs) dos Arranjos Produtivos Locais em Sergipe

Atendendo à demanda do MDIC, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais do Estado de Sergipe, iniciou em outubro de 2007 a elaboração dos PDs dos APLs prioritários do Estado.

O Plano de Desenvolvimento consiste na organização das informações disponíveis sobre o APL, bem como o levantamento, junto aos atores locais e instituições apoiadoras, dos desafios, oportunidades e ações (já existentes, bem como outras necessárias) que poderão gerar maior desenvolvimento do APL.

A partir da construção do Plano de Desenvolvimento, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, passa buscar parceiros, nas esferas nacional e estadual, que possam viabilizar as ações que possibilitem a superação dos desafios e a maximização das oportunidades existentes.

É importante salientar que nem todas as ações apontadas como importantes possuem recursos destinados à sua execução, sendo necessária a captação de tais recursos junto aos parceiros apontados pelo MDIC como possíveis fomentadores dos APLs.

Inicialmente o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais já elaborou os PDs dos APLs de Apicultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Cerâmica Vermelha, Pecuária de Leite e seus Derivados e Ovinocaprinocultura, que serão apresentados, de forma resumida, a seguir.

Os Planos de Desenvolvimento dos outros Arranjos Produtivos Locais ainda estão em fase de elaboração, seguindo os mesmos procedimentos utilizados nos PDs já finalizados.

4.2.1 Plano de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura

Em outubro de 2007 foi iniciada, pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL/SE), a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL Sergipano de Ovinocaprinocultura, tendo como ponto de partida a formação do

Grupo de Trabalho (GT), composto por instituições que já atuam ou podem atuar como fomentadora da atividade no Estado (ver Quadro 3).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia (SEDETEC)
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)	Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)
Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)	Banco do Brasil S/A (BB)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/DEA)	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)
Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)
Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (ACESE)	Associação Sergipana de criadores de caprinos e ovinos (ASCCO)
Associação de criadores de Caprinos e Ovinos de Aquidabã (ASCOA)	Associação de criadores de caprinos e ovinos de Malhador (ASCOM)
Associação sertaneja de caprinocultores de Nossa Senhora da Glória (ASCA)	Cooperativa de Produtores Rurais de Poço Verde (COOPERVE)
Associação de ovinos e caprinocultores de Poço verde (OVICAPRI)	Federação de Caprinos e Ovinos de Sergipe (FACOS)

Quadro 3 – Instituições Componentes do GT de Ovinocaprinocultura

Fonte: APL/SE, 2008.

De acordo com Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Ovinocaprinocultura, esta atividade está se consolidando em Sergipe, e apesar de apresentar um rebanho menor que os dos demais estados do Nordeste, detém um grande diferencial na qualidade genética de seus ovinos, gerando uma boa aceitação nacional o que potencializa a comercialização de matrizes e reprodutores.

A atividade de ovinocultura do Estado tem atuado principalmente na produção de animais para abate (abastecer o mercado interno) e produção de matrizes e reprodutores (fêmeas desmamadas), tendo como principais demandantes produtores do Centro-Oeste e do Norte do país.

A qualidade genética do rebanho sergipano de ovinos é observada na raça Santa Inês (voltada para a seleção) tendo um patrimônio genético formado há mais de 50 anos, elevando o preço do produto em até 110% com relação ao animal de abate, fato que tem levado os produtores (inclusive os menores) à exploração desse nicho de mercado, mas isso exige um sistema de produção mais estruturado e com uso de tecnologias apropriadas.

De acordo com Federação de Caprinos e Ovinos de Sergipe (FACOS), a caprinocultura do Estado está voltada principalmente para a produção de leite, o que tem instigado a criação de núcleos de desenvolvimento no Alto e Médio Sertão Sergipanos, tendo ocorrido a implantação de uma unidade piloto que envolve o segmento produtivo do leite, a industrialização de alimentos e pele e a comercialização.

A partir da reunião do Grupo de Trabalho, foram levantados os desafios e as oportunidades do APL de ovinocaprinocultura do Estado.

Foram identificados 29 importantes desafios para a atividade sergipana de ovinocaprinocultura relacionados com alimentação, os sistemas de produção, a industrialização e comercialização, os recursos genéticos e melhoramento, as políticas públicas, a capacitação e o associativismo (ver Quadro 4).

Alimentação	Melhorar o manejo alimentar e conseqüentemente melhorar a qualidade dos produtos; Diminuir a dependência de Insumos externos(alimentação); Aproveitar os recursos naturais na alimentação.
Industrialização e Comercialização	Melhorar o escoamento da produção; Conseguir apoio governamental aos produtores para comercialização dos produtos; Incrementar a exportação da genética sergipana; Melhorar a qualidade da carne; Reduzir o abate clandestino; Viabilizar a legalização das agroindústrias do leite caprino; Implementar programas para padronização de carcaças.
Políticas Públicas	Reestruturar a extensão pública e incentivar a extensão rural privada; Conceder incentivo fiscal para a produção de carne, leite e derivados até a completa organização da cadeia; Disponibilizar mais recursos financeiros para pesquisa; Disponibilizar mais recursos humanos para a pesquisa; Disponibilizar mais recursos humanos para ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural; Disponibilizar mais recursos humanos para ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural; Consolidar a caprinocultura leiteira e de corte; Criar meios de acesso aos mercados institucionais.
Recursos genéticos e melhoramento	Implementar programa nacional de melhoramento genético do ovino Santa Inês; Caracterizar, conservar e multiplicar material genético nativo; Pesquisar e desenvolver biotecnologias para o avanço do melhoramento genético; Controlar de forma racional a evasão excessiva de material genético nativo para outros estados e países, garantindo assim a manutenção dos indivíduos de maior qualidade e evitando que Sergipe deixe de ser referência no cenário nacional e internacional e continue sendo o maior exportador de animais superiores; Promover o melhoramento genético da caprinocultura leiteira e de corte.
Sistemas de Produção	Promover mecanismos que promovam a sustentabilidade dos sistemas produtivos; Promover o aumento da produtividade do rebanho através da melhoria dos sistemas de criação; Atingir volume de produção competitivo e que tenha um melhor custo-benefício.
Capacitação	Capacitar profissionais em técnicas avançadas de produção e comercialização; Capacitar produtores e trabalhadores rurais.
Associativismo	Fortalecer o associativismo.

Quadro 4 – Desafios da Ovinocaprinocultura Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Foram identificadas também 17 oportunidades de grande relevância, relacionadas aos recursos genéticos e melhoramento, à pesquisa e desenvolvimento, às parcerias, ao mercado e ao crédito (ver Quadro 5).

Recursos genéticos e melhoramento	Transferência de Genética para melhoramento de carcaça ao pequeno produtor; Aproveitamento da reserva genética para avançar no melhoramento; Implementação de Empresas privadas e/ou estruturas públicas que trabalhem com Biotecnologia da reprodução; Pólo exportador de material genético melhorado geneticamente ou com alguma importância específica como características de adaptabilidade, resistência a doenças etc.
Pesquisa e Desenvolvimento	Utilização da estação experimental de Queimadas (EMBRAPA-Tabuleiros Costeiros) como laboratório de nossa ovinocaprinocultura, destinando recursos compatíveis com a magnitude daquele espaço; Existência de modelos para emprego de sistemas mais sustentáveis.
Parcerias	Fácil comunicação entre as instituições envolvidas com a atividade; O papel do associativismo como veículo para minimizar problemas.
Mercado	Mercado de animais, sêmen e embriões para o mercado nacional e para a América Latina, África e outros países tropicais; Ampliação dos setores de comercialização; Demanda de carne maior que a oferta; Aproveitamento de políticas públicas para inserção do leite caprino e seus derivados no programa dos governos estadual e municipal de distribuição de leite; Tradição de consumo de carne ovina e caprina e derivados; Preços bastante atraentes da carne e de animais; Certificação de origem/Criação de selo; Agregação de valor ao produto e a produção.
Crédito	Disponibilidade de recursos através das instituições financeiras (BB, BNB, BNDES).

Quadro 5 – Oportunidades da Ovinocaprinocultura Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Durante as reuniões do Grupo de trabalho foram sistematizadas as informações referentes às ações que já estão sendo executadas ou que já estão planejadas pelas instituições, bem como foram levantadas outras ações de promoção do desenvolvimento do APL de ovinocaprinocultura.

Foi apontada a execução de 64 ações, que foram distribuídas por 11 áreas de atuação. As áreas são: mercado (interno e externo), capacitação, valorização da identidade local, inovação tecnológica, assistência técnica ao produtor, crédito, divulgação, proteção ambiental, recursos genéticos e melhoramentos, fomento e governança. Os recursos já destinados a estas ações são da ordem de R\$ 5,5 milhões, e são oriundos das Instituições Parceiras (ver Tabela 56)

Tabela 56 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009

Área de Planejamento	Nº de Ações	Recursos Disponíveis (R\$)
Mercado (interno e externo)	13	3.083.000
Capacitação	14	268.200
Valorização da Identidade Local	2	10.000
Inovação Tecnológica	12	264.500
Assistência Técnica ao Produtor	5	101.800
Crédito	2	1.000.000
Divulgação	4	26.500
Proteção Ambiental	4	365.000
Recursos Genéticos e Melhoramentos	5	128.000
Fomento	3	200.000
Governança	1	-

Fonte: APL/SE, 2008.

O Grupo de Trabalho do APL de ovinocaprinocultura espera que, com o desenvolvimento de ações de fomento, se consiga atingir os seguintes resultados:

Ovinocultura: crescimento em 10% do número de produtores na atividade até dezembro de 2010; aumento em 10% do número de animais comercializados até dezembro de 2010 e aumento em 30 % do número de animais abatidos sob inspeção até dezembro de 2010.

Caprinocultura: crescimento de 10% do número de produtores na atividade até dezembro de 2010; aumento em 10% na quantidade de leite produzido nos núcleos assistidos até dezembro de 2010 e aumento em 30% do nº de animais abatidos sob inspeção até dezembro de 2010.

4.2.2 Plano de Desenvolvimento da Apicultura

Em dezembro de 2007, foi iniciada pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL/SE) a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL Sergipano de Apicultura, tendo como ponto de partida a formação do grupo de

trabalho, composto por instituições que já atuam ou podem atuar como fomentadora da atividade no Estado (ver Quadro 6).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)
Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)	Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
Banco do Brasil S/A (BB)	Universidade Federal de Sergipe (UFS/Unitrabalho/ Deptº Biologia)
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)
Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI)
Associação Sergipana de Apicultores (ASA)	Federação Apícola de Sergipe (FAPISE)
Federação de Associações Comerciais e Industriais de Sergipe (FACIESE)	Cooperativa de Apicultores de Sergipe (COAPISE)
Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (ICODERUS)	Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP)
Instituto Bioterra	Associação dos Apicultores Treze (APIS TREZE)
Associação dos Melicultores do Alto Sertão – Canindé (AMAS)	Associação Brejograndense de Criadores de Abelha e Artesãos (ABECA)
Associação de Apicultores do Município de Poço Verde (AAMPV)	Associação Sãocristovense de Apicultores e Meliponicultores (ASAM)
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC)	Secretaria de Agricultura de Poço Redondo
Associação dos Apicultores de Glória (AAPIG)	Associação Centro-oeste de Apicultores (ASCOA)

Quadro 6 – Instituições Componentes do GT de Apicultura

Fonte: APL/SE, 2008.

A apicultura em Sergipe passou a ter uma maior importância, do ponto de vista econômico, no ano de 2003 com o chamado QQC do mel (Qualidade, Quantidade e Continuidade da atividade apícola em Sergipe), que tem como principal objetivo o fortalecimento da apicultura através de investimentos na organização dos produtores, capacitação tecnológica, desenvolvimento de mercados e preservação ambiental.

De acordo com a Federação Apícola de Sergipe, existem cerca de 1.000 apicultores no Estado. Entre 2002 e 2006, observou-se um crescimento contínuo da produção de mel em Sergipe, elevando-se em 31,2%, passando de 56 mil, em 2002, para 73,5 mil quilos, em 2006.

Grande parte desta produção, ainda in natura, é vendida em atacado para empresas formalizadas de Sergipe e de outros estados. Destarte, a produção é comercializada sem agregação de valor e sem gerar vínculo com o local da

produção, fazendo-se necessárias ações para consolidar uma marca para a apicultura de Sergipe.

A partir da reunião do Grupo de Trabalho, foram levantados os desafios e as oportunidades do APL da apicultura.

Foram identificados 49 importantes desafios que são referentes a áreas como o associativismo/cooperativismo, a qualidade do produto, o meio ambiente, o mercado, a dificuldade de acesso ao crédito individual e coletivo, a carência de políticas públicas voltadas para os produtos apícolas, a insuficiência de assessoria e capacitação técnica, a ciência, tecnologia e inovação e a necessidade de uma melhor infra-estrutura (ver Quadro 7).

Associativismo/ Cooperativismo	Fomentar nos apicultores a prática dos princípios associativos na suas ações; Criação de associações; Falta de compromisso dos apicultores; Organização da base produtiva; Que a cooperativa saia do papel para que se torne realidade e venha escoar a produção.
Qualidade do produto	Adequação das casas de mel para obtenção do SIF ou SIE; Certificação dos nossos produtos; Compromisso com as normas da legislação dos produtos apícolas; Falta de conhecimento e aplicação das eficiências sanitárias de produção e processamento.
Meio Ambiente	Conhecer o posto apícola; Promover a preservação ambiental; Recuperação da flora apícola; Manter a floresta protegida do desmatamento e envenenamento.
Mercado	Dificuldade para escoar a produção; Ampliação da forma de uso do produto 'Mel'; Diversidade de produtos de qualidade; Expandir a comercialização; Inclusão do mel na alimentação diária da população, mediante aprovação de processo em tramitação na assembléia; Divulgar o mel como alimento e não como remédio; Ter produção para atender as demandas do mercado; Falta de venda de mel por uma cooperativa organizada; Falta divulgação ao mercado consumidor; Criação e fortalecimento de empresas de produtos apícolas do Estado; Baixo preço pago pelos produtos apícolas; Falta de pontos de comercialização; Elaborar mais programas sobre o mel; Conquistar mercado externo;
Crédito	Crédito com juros diferenciados para associações e cooperativas; Dificuldade na aquisição pelo agente financeiro.
Políticas públicas	Falta de incentivos fiscais do Governo Estadual; Articular e sincronizar as ações para potencializar o desenvolvimento; Isenção da taxa de ICMS para comercialização; Tentar superar a desarticulação entre instituições em favor do desenvolvimento; Falta de compromisso dos executivos municipais, estaduais e federais, à compra do nosso produto.
Assistência Técnica e Capacitação	Falta assessoria técnica; Falta capacitação técnica; Diminuir a dependência de cada produtor. Incentivar a autogestão para que cada apicultor faça a sua parte; Pouca capacitação na condução do negócio; Gestão das unidades de beneficiamento; Capacitar grupos de apicultores na gestão dos Empreendimentos Associativos.
Ciência Tecnologia e Inovação	Agregação de tecnologia aos produtos apícolas; Participação da pesquisa no desenvolvimento de produtos e processos Exploração da Própolis Vermelha; Desenvolvimento de novos produtos a base de pólen; Georreferenciamento do apiário.
Infra-estrutura	Falta de água (Semi-árido); Construção do entreposto estadual; Melhorar estradas vicinais; Construção de unidades de beneficiamento

Quadro 7 – Desafios da Apicultura Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Foram identificadas também 17 oportunidades de grande relevância, relacionadas ao potencial de exploração do mercado interno e externo, ao desenvolvimento sustentável das famílias envolvidas na atividade, à divulgação dos pontos de venda e do próprio produto, à valorização do produto, acesso a tecnologias e às parcerias público-privadas (ver Quadro 8).

Mercado	Exploração do mercado interno externo; Aproveitar o momento de mercado de tendências para produtos naturais; Comercializar através da cooperativa (mercado interno e externo); Aumentar a produção de mel e cosmético; Utilização do pólen como produto de aumento da massa muscular natural (Academias e outros); Ocupar espaços concorrentes com produtos certificados/inspecionados; Uso como matéria prima (cosmética e panificação); Acrescentar o mel e pólen na merenda escolar utilizando sachê; Entrepasto do mel no alto sertão; Produto (mel) com grande aceitação na rota turística (hotéis e pousadas); A concretização da COOAPISE e com isso a integralização da produção e conseqüentemente entrada no mercado; Ampliação de mercado (interno e externo); Diversidade de produtos apícolas e carência de mercado (pólen, própolis, cera); Obtenção de selo sócio-ambiental; Participação em feiras regionais e nacionais; Fracionamento do mel para venda.
Desenvolvimento sustentável	Melhoria da renda das famílias; Substituir a atividade carvoeira pela apicultura; Uso das áreas de preservação dos assentamentos.
Divulgação	Divulgar o produto e onde encontrá-lo; Marketing do "Alimento Saudável" "Geração Saúde"; A divulgação e popularização do consumo do pólen no estado; Uso do tema "apicultura e meliponicultura" na transversalidade escolar.
Valorização do Produto	Investimento para aumento de produção do pólen; Agregar valor ao mel com novos produtos (alimento, artesanato, saúde, etc.); Características sensoriais (sabor, cor) favoráveis do pólen.
Acesso a tecnologias	Estímulo a pesquisa e inovação tecnológica; Desenvolvimento de serviço de polinização associado às culturas agrícolas; Produção planejada de própolis vermelha; Intensificação da aliança pesquisa-setor produtivo; Pesquisa na área de apiterapia (utilização do veneno da abelha); Pesquisa na área de inseminação artificial.
Parcerias público-privadas	Inserção da apicultura nas políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipais (apoio a estruturação); Facilidade de agregação de parceiro em função da dimensão do Estado.

Quadro 8 – Oportunidades da Apicultura Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho foram sistematizadas as informações referentes às ações que já estão sendo executadas ou que já estão planejadas pelas instituições, bem como foram levantadas outras ações de promoção do desenvolvimento do APL de apicultura.

Foi apontada a execução de 41 ações, que foram distribuídas por 11 áreas de atuação. As áreas são: promoção do mercado interno, associativismo/

cooperativismo, capacitação / formação, inovação tecnológica (incluindo o design), valorização da identidade local, infra-estrutura de produção e qualidade, recuperação ambiental, divulgação, assistência técnica ao produtor (produtividade e qualidade), crédito e meio ambiente. Os recursos já destinados a estas ações são da ordem de R\$ 2,5 milhões e são oriundos das instituições parceiras (ver Tabela 57).

Tabela 57 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009

Área de Planejamento	Nº de Ações	Recursos Disponíveis (R\$)
PROMOÇÃO DO MERCADO INTERNO	7	
ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO	5	80.000,00
CAPACITAÇÃO / FORMAÇÃO	4	9.000,00
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (INCLUINDO O DESIGN)	9	360.000,00
VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL	2	30.000,00
INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E QUALIDADE	3	120.000,00
RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	5	810.000,00
DIVULGAÇÃO	1	50.000,00
ASSITÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR (PRODUTIVIDADE E QUALIDADE)	2	10.000,00
CRÉDITO	2	1.000.000,00
MEIO AMBIENTE	1	

Fonte: APL/SE, 2008.

O Grupo de Trabalho do APL de apicultura espera que, com o desenvolvimento de ações de fomento, se consiga atingir os seguintes resultados: aumentar o número de apicultores na atividade em 40% até 2010 e elevar a produção de mel em 40% até 2010.

4.2.3 Plano de Desenvolvimento da Cerâmica Vermelha

Em outubro de 2007 foi iniciada, pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL/SE), a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL Sergipano de Cerâmica Vermelha, tendo como ponto de partida a formação do Grupo de Trabalho, composto por instituições que já atuam ou podem atuar como fomentadora da atividade no Estado (ver Quadro 9).

Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC)
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS)	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Banco do Brasil S/A (BB)
Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social. (SETRAPIS)	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/Departamento de Engenharia Civil)	Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)	Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)
Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)	Instituto Euvaldo Lodi (IEL)
Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES)	Sindicato das Indústrias de Cerâmica e Olarias do Estado de Sergipe (SINDICER)
Associação dos Ceramistas de Itabaiana	Instituto Pró-cerâmica (IPC)

Quadro 9 – Instituições Componentes do GT de Cerâmica Vermelha

Fonte: APL/SE, 2008.

De acordo com o SEBRAE e a Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), existem 92 micro e pequenas indústrias de cerâmica, das quais aproximadamente 40% são informais. Estima-se que dos empreendimentos, 21,40% correspondem a micro e 78,6% a pequenas unidades produtivas.

A mão-de-obra desta atividade apresenta uma baixa escolaridade, tendo aproximadamente 70% formação escolar inferior ao primeiro grau completo (36,1% analfabetos e 33,3% primeiro grau incompleto). A remuneração de aproximadamente 85% da mão-de-obra empregada neste setor varia entre 1 e 2 salários mínimos.

Um dos principais fatores de competitividade explorado pelas empresas do setor é a redução na base de custos. Além deste fator, uma parcela dos empresários do setor está investindo na melhoria tecnológica de seus produtos, através da adesão a programas de qualidade, implantação de laboratórios de matérias-primas e produtos, qualificação de mão-de-obra, substituição de madeira nativa por reflorestada para geração de energia calorífica, estudos de incorporação de resíduos na massa cerâmica e diversificação da produção.

O principal insumo da cerâmica vermelha é a argila, que por ser de baixo valor unitário, induz a uma mineração cativa (produção apenas para a própria cerâmica) ou abastecimento do mercado local.

Em Sergipe, a argila é obtida principalmente nos municípios de Tobias Barreto, Itabaianinha, Itabaiana, Nossa Senhora das Dores, Siriri, Capela e numa pequena proporção na Várzea do Rio São Francisco. A principal fonte energética para a produção da cerâmica é basicamente a queima da lenha proveniente de reflorestamento de pinhos e eucalipto na Bahia.

Neste segmento uma grande preocupação é com sustentabilidade, pois a argila, como a maioria dos bens minerais, é um recurso não renovável, sendo necessários investimentos permanentes para a ampliação das reservas já existentes e confirmadas.

A partir da reunião do Grupo de Trabalho, foram levantados os desafios e as oportunidades do APL de cerâmica vermelha.

Foram identificados 29 importantes desafios que estão relacionados com o cumprimento da legislação, a promoção do associativismo, a disponibilização de áreas para reflorestamento, a modernização tecnológica, a visão empreendedora, a capacitação, o diagnóstico do setor, a segurança e saúde no trabalho, a recuperação de áreas e a comercialização (ver Quadro 10).

Cumprir a Legislação	Cumprimento da legislação ambiental; Recuperação do passivo ambiental; Legalização das jazidas; Crescer sem agredir o meio-ambiente; Formalização das Cerâmicas e Olarias; Dificuldade de orientação aos empresários quanto ao cumprimento da legislação.
Promover o associativismo	Trabalhar em associativismo/ cooperativismo; Atuação de forma integrada aproveitando a estrutura associativa já existente: o sindicato, as associações e o instituto pró-cerâmica
Disponibilização de áreas	Disponibilização de áreas no baixo São Francisco por parte da DEHIDRO e CODEVASF; Disponibilização de áreas inviáveis para fruticultura no Platô para reflorestamento.
Modernização Tecnológica	Modernização Tecnológica dos pequenos e médios produtores. (Desperdício: em matéria-prima, produtos descartados e consumo de lenha), interrupção de funcionamento (erro de processo); Cumprimento do PSQ/ normas da ABNT; Produção de acordo com as normas técnicas; Cumprimento das resoluções do CONAMA 237/97 e 03/90; Adequação tecnológica do fornos (principalmente as olarias); Dificuldade de acesso ao crédito para a modernização tecnológica; Ampliar o projeto de modernização tecnológica.
Visão Empreendedora	Falta de investimento por parte dos ceramistas.
Capacitação	Capacitação gerencial; Capacitação técnica-operacional; Capacitação de processo; Capacitação na área de engenharia mecânica; Trinar transportadores de produtos cerâmicos.
Diagnóstico do Setor	Diagnóstico do Setor Cerâmico do Estado de Sergipe; Mapeamento geológico das ocorrências de argila no estado de Sergipe; Mapear as áreas degradadas.
Segurança e saúde no trabalho	Garantir ambiente de trabalho salubre.
Recuperação de áreas	Parceria para mineração e recuperação de áreas degradadas (para aqüicultura).
Comercialização	Instituição de centrais de negócios

Quadro 10 – Desafios da Cerâmica Vermelha Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Foram identificadas também 20 oportunidades de grande relevância para o desenvolvimento do APL, relacionadas com a melhor utilização da mão-de-obra sazonal, a exploração sustentável, a possibilidade de aumentar a produtividade e de diversificação dos produtos, a inovação tecnológica, a fabricação de equipamentos, a verticalização da cadeia produtiva, a abertura de novos mercados, o aproveitamento de resíduos e o reflorestamento de áreas identificadas como propícias ao plantio de eucalipto (ver Quadro 11).

Melhor utilização da mão-de-obra sazonal	Aproveitar a sazonalidade da mão-de-obra.
Exploração Sustentável	Compensação financeira pela recuperação do passivo ambiental; Aproveitamento das áreas degradadas para produção de piscicultura e agricultura irrigada.
Produtividade	Diversificação dos produtos; Aumentar a produtividade
Inovação tecnológica	Pesquisa e uso de combustíveis e energias alternativas; Abertura de campo de trabalho para pesquisadores através do fomento à pesquisa; Oportunizar através de estudo da UFS a utilização da casca do coco como fonte de energia alternativa; Aproveitar novas tecnologias existentes (conhecer o modelo de forno do ceará); Aproveitamento da casca do coco para peletes.
Fabricação de equipamentos	Fortalecimento das oficinas produtoras de equipamentos de Itabaiana.
Verticalização da cadeia produtiva	Verticalização da cadeia produtiva através da agregação de novas atividades.
Mercado	Conquista de mercados pela qualidade (selos de qualidade); Criar marca para os produtos; Conquistar novos mercados, agregando os estados da BA, PE e AL; Definir uma logística de transporte (treinamento do pessoal); Valorização da matéria- prima (argila) sergipana; Divulgação do produto.
Aproveitamento de resíduos	Aproveitamento do refugo na cerâmica.
Reflorestamento	Identificação de áreas propícias ao reflorestamento, com base em estudos agrônômicos e de engenharia florestal.

Quadro 11 – Oportunidades da Cerâmica Vermelha Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho foram sistematizadas as informações referentes às ações que já estão sendo executadas ou que já estão planejadas pelas instituições, bem como foram levantadas outras ações de promoção do desenvolvimento do APL de cerâmica vermelha.

Foi apontada a execução de 36 ações, que foram distribuídas por 10 áreas de atuação. As áreas são: capacitação/formação, assessoria técnica, diagnóstico do setor, inovação e tecnologia, promoção do mercado interno, fomento, incentivos, meio ambiente, associativismo, e crédito. Os recursos já destinados a estas ações são da ordem de R\$ 1 milhão e são oriundos das instituições parceiras (ver Tabela 58).

Tabela 58 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009

Área de Planejamento	Nº de Ações	Recursos Disponíveis
Capacitação / formação	11	88.000
Assessoria técnica	4	60.000
Diagnóstico do setor	2	200.000
Inovação e tecnologia	8	240.000
Promoção do mercado interno	1	40.000
Fomento	2	250.000
Incentivos	2	150.000
Meio Ambiente	4	-
Associativismo	1	-
Crédito	1	-

Fonte: APL/SE, 2008

O Grupo de Trabalho do APL de cerâmica vermelha espera que, com o desenvolvimento de ações de fomento, se consiga atingir os seguintes resultados: adequar 100% das cerâmicas formais para cumprir a legislação ambiental vigente até dezembro de 2010; aumentar o volume de produção das cerâmicas em 10% ao ano até 2010; aumentar a produtividade das cerâmicas em 20% até dezembro de 2010; compor a matriz energética atualmente em uso pelas cerâmicas com 20% das fontes alternativas de energia até dezembro de 2010 e formalizar 100% das empresas informais até dezembro de 2010.

4.2.4 Plano de Desenvolvimento de Confecções e Artesanato de Bordado

Em outubro de 2007 foi iniciada, pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL/SE), a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL Sergipano de Confecções e Artesanato de Bordado, tendo como ponto de partida a formação do Grupo de Trabalho, composto por instituições que já atuam ou podem atuar como fomentadora da atividade no Estado (ver Quadro 12).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Universidade Federal de Sergipe (UFS / Deptº de Economia)
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)	Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da
Igualdade Social. (SETRAPIS)	Banco do Brasil S/A (BB)
Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)	Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)
Associação de confeccionistas e costureiras do município de Itabaianinha (ASK)	Cooperativa de Negócios do Estado de Sergipe (COOPNE)

Quadro 12 – Instituições Componentes do GT de Confecções e Artesanato de Bordado

Fonte: APL/SE, 2008.

Sergipe tem tradição nas atividades têxteis e de confecção e apresentou um crescimento do número de estabelecimentos formais de cerca 65%, entre 2000 e 2006, tendo o segmento de confecções, apresentado um crescimento de quase 70% para o mesmo período. Os setores têxtil e confecção tiveram um crescimento de aproximadamente 25% entre 2002 e 2006 no número empregos formais.

Os municípios de Tobias Barreto e Itabaianinha têm grande destaque no setor de confecções do Estado de Sergipe. De acordo com um estudo realizado pela Universidade Federal de Sergipe, a confecção representa a principal atividade econômica do município de Tobias Barreto. Em Itabaianinha, município vizinho, a produção de confecções (vestuário) e bordados surgiu a partir da implantação de um pólo de confecção, que foi instalado com a entrada de uma empresa paulista que provocou a formação de dezenas de oficinas de facção.

Nas atividades relacionadas ao artesanato de bordado, estima-se a existência de 500 artesãos trabalhando nas sedes municipais e nos povoados, como é o caso de Samambaia, Jabeberi, Nova Brasília, Capitoa, Campestre do Abreu, Barriga, Taquara, Agrovila, Macaco, em Tobias Barreto, e o povoado Ilha, no município de Itabaianinha. Os principais produtos gerados pelo artesanato de bordado são o Richelieu, o Crivo, o Redendê e o Ponto de Cruz.

A partir da reunião do Grupo de Trabalho, foram levantados os desafios e as oportunidades do APL de Confecções e Artesanato de Bordado.

Foram identificados 52 importantes desafios para as atividades de confecção e artesanato de bordado, relacionados com a necessidade de melhoria na gestão dos empreendimentos, o escoamento da produção e acesso a novos mercados, a qualidade do produto, a infra-estrutura, a criação/ inovação, a aquisição de matéria prima, a qualificação da mão de obra, a informalidade que limitar o acesso aos mercados, o crédito inacessível por não terem o registro e nem as garantias exigidas pelos bancos, a produção que precisa aumentar sua escala, os serviços de apoio que precisam ser implantados e o cooperativismo (ver Quadro 13).

Gerenciamento	Divisão de tarefa na empresa (Confecções); Gestão administrativa (Confecções); Gestão de custos (Confecções) Gestão empresarial (Artesanato de Bordado); Controle financeiro (Artesanato de Bordado); Custos (Artesanato de Bordado); Capacitação em empreendedorismo (Confecções e Artesanato de Bordado).
Mercado/ comercialização	Venda para outros estados (Confecções e Artesanato de Bordado); Divulgar o produto (Confecções e Artesanato); Vender em conjunto (Confecções); Pontos para comercialização (Artesanato de Bordado e Confecções); Escoamento do produto (Artesanato de Bordado); Participação em feiras e exposições (Artesanato de Bordado e confecções); Exploração da mão-de-obra (produz muito e ganha pouco) (Artesanato de Bordado); Melhorar a comercialização do artesanato em Tobias Barreto. Diminuindo a influência do atravessador; Libertar da Gripon (Confecções de Itabaianinha); Competir com os produtos chineses (Confecções); Competir com outros pólos de produção (Caruaru, etc.) (Confecções); Criar marca para agregar valor (Artesanato de Bordado); Inexistência de um centro de distribuição industrial no território Centro sul; Falta de Infra-estrutura de atendimento ao turista/cliente em Tobias Barreto e Itabaianinha.
Qualidade do produto	Qualificação do produto (Confecções); Melhorar a qualidade e acabamento do produto (Artesanato de Bordado e Confecções);
Infra-estrutura	Estrutura física do comércio (infra-estrutura) (Confecções); Estrutura do espaço físico na empresa (Confecções); Infra-estrutura para produção (Artesanato de Bordado)
Criação/ inovação	Desenvolver coleção (Confecções); Uma modista para a empresa (Confecções); Designe (Artesanato de Bordado); Contratação de um estilista para a atividade (Confecções);
Aquisição de matéria prima	Realizar compra conjunto (Confecções); Dificuldade em conseguir matéria-prima (falta e preço alto); (Artesanato de Bordado e Confecção).
Qualificação de mão - de -obra	Pessoas qualificadas na produção (Confecções); Arrumar uma pessoa para ajudar no corte (Confecções); Dificuldade no processo produtivo (mão-de-obra) (Confecções); Disponibilidade de mão-de-obra capacitada (do corte à venda) (Confecções); Qualificação de funcionário (Artesanato de Bordado); Capacitação de mão-de-obra (Artesanato de Bordado); Falta de consultoria (Produção) (Confecções); Atingir eficiência na produção (Artesanato de Bordado); Falta de mecânico de máquinas (Confecções).
Informalidade	Concorrência desleal (informais) (Confecções); Excesso de empresas informais (Confecções); Cumprir a legislação trabalhista (Confecção).
Crédito	Acesso a crédito (Confecções e Artesanato de Bordado); Crédito para aquisição de equipamento (Obsoleto) (Artesanato de Bordado); Crédito orientado.
Produção	Aumentar a escala de produção em Itabaianinha (confecção)
Serviços de apoio	Fazer funcionar a incubadora de empresas (SEBRAE); Potencializar os centros de serviços em Tobias Barreto (SEBRAE).
Cooperativismo	Promover o associativismo e o cooperativismo (Confecções e Artesanato de Bordado); Reestruturar as associações (Artesanato de Bordado).

Quadro 13 – Desafios de Confecções e Artesanato de Bordado em Sergipe

Fonte: APL/SE, 2008.

Foram identificadas também 16 oportunidades de grande relevância para o desenvolvimento do APL, que estão se referem à existência da possibilidade de ampliação da comercialização, à existência de cooperativas e associações que representam o setor, à atração de indústrias de malharias e tecidos específicos para as demandas do APL, à criação do centro de serviços, aos incentivos fiscais, à

possibilidade de aumento da produção, ao turismo de negócios, à possibilidade de aproveitar a mão-de-obra existente já qualificada e à valorização da identidade local (ver Quadro 14).

Comercialização	Exportação (Confecções); Exportação de produtos (Artesanato de Bordado); Expansão das vendas (Confecções).
Cooperativismo	Unir-nos à cooperativa COOPNE (Confecções); Unir-nos à cooperativa COOPNE (Artesanato de Bordado).
Atração de indústrias	Implantação de indústria de tecidos, linhas e outros aviamentos (Confecções)
Centro de serviços	Implementar Centro de serviços em Tobias Barreto (Artesanato de Bordado)
Incentivos	Isenção de tributos COOPNE (Confecções)
Expansão e melhoria da infra-estrutura	Expansão do distrito industrial de Tobias Barreto para abrigar empresas de Confecções (Confecções); Ampliar o distrito industrial (construir novos galpões) (Artesanato de Bordado); Transformar o distrito industrial em pólo comercial (tipo miniatura de Santa Cruz do Capibaribe) (Confecções).
Turismo de negócios	Turismo da cidade (dar melhores condições ao turista para que ele tenha vontade de voltar) (Confecções)
Mão-de-obra	Oferta da mão-de-obra (Artesanato de bordado)
Valorização da identidade local	Tobias Barreto e Itabaianinha serem conhecidas como cidades da confecção (Confecção)

Quadro 14 – Oportunidades de Confecções e Artesanato de Bordado em Sergipe
 Fonte: APL/SE, 2008.

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho foram sistematizadas as informações referentes às ações que já estão sendo executadas ou que já estão planejadas pelas instituições, bem como foram levantadas outras ações de promoção do desenvolvimento do APL de cerâmica vermelha.

Foi apontada a execução de 36 ações, que foram distribuídas por 08 áreas de atuação. As áreas são: Capacitação/Formação, Formalização de empresas, Promoção do mercado interno, Inovação Tecnológica, Incentivos, Infra-Estrutura, Crédito e Divulgação. Os recursos já destinados a estas ações são da ordem de quase R\$ 2 milhões e são oriundos das instituições parceiras (ver Tabela 59).

Tabela 59 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009

Área de Planejamento	Nº de Ações	Recursos Disponíveis (R\$)
Capacitação / Formação	08	123.147
Formalização de empresas	02	-
Promoção do mercado interno	11	244.000
Inovação e tecnologia (incluindo design)	04	78.000
Incentivos	02	-
Infra-Estrutura	06	1.025.000
Crédito	01	500.000
Divulgação	02	-

Fonte: APL/SE, 2008.

O Grupo de Trabalho do APL de confecções e artesanato de bordado espera que, com o desenvolvimento de ações de fomento, se consiga atingir os seguintes resultados: aumentar em 20% o emprego no APL de confecções e artesanato até dez de 2010; aumentar em 30% o número de empresas formais até 2010 e aumentar em 20% as vendas até 2010.

4.2.5 Plano de Desenvolvimento da Pecuária de Leite

Em outubro de 2007 foi iniciada, pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL/SE), a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL Sergipano de Pecuária de Leite, tendo como ponto de partida a formação do grupo de trabalho, composto pelas seguintes instituições:

Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)	Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)
Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)	Banco do Brasil S/A (BB)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/Unitrabalho)	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)
Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI)	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Cooperativa dos Pecuáristas e Agricultores União (COOPEAGRIU)
Associação das fábricas de Leite	

Quadro 15 – Instituições Componentes do GT de Pecuária de Leite

Fonte: APL/SE, 2008.

Entre 2002 e 2006 a produção leiteira do Brasil apresentou um crescimento de quase 17,4%, de acordo com dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). Durante este mesmo período Sergipe, apresentou uma evolução muito superior ao nacional apresentando um crescimento de 116,3%.

Com esse crescimento, Sergipe aumentou consideravelmente sua participação na produção de leite nacional, passando de 0,52% para 0,96%. Os dados sobre o valor gerado com a produção de leite também mostraram uma expansão da participação de Sergipe no valor da produção nacional de leite passando de 0,58% para 0,97%.

A partir da análise da produção de leite e do número de vacas ordenhadas em 2006, pode-se inferir que a produtividade por vaca em Sergipe (1.234 litros/vaca/ano) apresentou um desempenho bem superior ao do Nordeste, (767 litros/vaca/ano).

Essa produção é processada de forma industrial, artesanal, familiar ou caseira. A maior parte da produção de leite é direcionada às queijarias, principalmente para a fabricação do queijo coalho.

Esta atividade é muito importante para os municípios que compõem o APL, pois se estima a existência 22 estabelecimentos formais e aproximadamente 100 fabriquetas (pequenas unidades) de queijo no alto sertão, empregando uma parcela considerável da população dos municípios envolvidos no APL.

A partir da reunião do Grupo de Trabalho, foram levantados os desafios e as oportunidades para a atividade de pecuária de leite em Sergipe.

Foram identificados 44 importantes desafios, que estão relacionados com a necessidade de capacitação gerencial, a falta de condições higiênico-sanitárias

identificadas nas queijarias, a necessidade de reestruturação das associações e cooperativas, a baixa produtividade, a reduzida quantidade de técnicos em agropecuária, a informalidade que limita o desenvolvimento da atividade produtiva, a dificuldade de ampliação do mercado, a falta de governança, a dificuldade de acesso ao crédito e a carência de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da atividade de pecuária de leite no território do Alto Sertão.

Gestão	Capacitação gerencial; Elevar a escolaridade dos produtores de leite; Administração Empírica nos Empreendimentos; Pouca especialização do produtor.
Qualidade do Leite e Derivados	Fabriquetas fora dos padrões legais. (higiênico-sanitário); Licenciamento ambiental da atividade; Cumprimento efetivo da Instrução normativa 51; Baixa qualidade do leite. (produção/transporte); Certificação das fabriquetas; Melhoria da qualidade do leite e derivados; Adequar a rede elétrica à necessidade dos tanques de resfriamento.
Associativismo	Capacitação dos produtores em associativismo e cooperativismo; Sensibilização dos produtores; Organização dos produtores em grupos sociais; Capacitação em gestão coletiva.
Produtividade	Baixa produtividade do rebanho; Baixa qualidade do rebanho; Melhoria da qualidade genética do rebanho; Manejo alimentar/sanitário/reprodutivo deficiente; Aumentar a produção de leite; Alto custo de produção.
Assistência Técnica	Assistência técnica para todos; Capacitação dos produtores em tecnologias de produção, adequada aos diferentes grupos de produtores; A tecnologia utilizada para o desenvolvimento da atividade, muitas vezes é inadequada; Mudança de paradigma no sistema alimentar do rebanho; Orientação técnica de manejo dos produtores; Uso de boas práticas agropecuárias e de fabricação (BPA e BPF); Quantidade reduzida de técnicos em agropecuária para atender as demandas dos produtores.
Informalidade	Informalidade das fabriquetas.
Mercado	Estudo de mercado; Relação contratual compra x venda matéria prima; Qualificação da produção. (agregação de valor); Gestão de negócios direcionada para o mercado; Preço Justo para o produto; Ampliação do mercado; Estabelecer estratégias competitivas; Agregar produtores e associações para constituir a rede de mercados coletivos; Revisão da legislação tributária, visando proteção dos produtos locais.
Governança	Falta integração dos elos da cadeia. (governança)
Crédito	Capitalização do pequeno produtor de leite; Alto índice de endividamento dos produtores de leite; Capitalização das unidades industriais.
Pesquisa	Pesquisa e aplicação tecnológicas insuficientes.

Quadro 16 – Desafios da Pecuária de Leite Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Também foram identificadas 18 oportunidades de grande relevância, para o desenvolvimento do APL, que estão relacionadas com a disponibilidade de linhas de crédito, a possibilidade de expansão tanto da bacia leiteira para outros municípios quanto da demanda de produção, a diversificação de produtos lácteos, a existência

de pessoas especializadas em atividades relacionadas à pecuária do leite na região, ao empreendedorismo e a pesquisa e desenvolvimento.

Crédito	Disponibilidade de linhas de crédito (e outros produtos) para todos os elos da cadeia.
Mercado	Expandir a bacia leiteira para novos municípios; Ampliação de mercado; Expansão da demanda; Comercialização nas redes de supermercados; Atingir nichos de mercado-turismo; Políticas públicas existentes para a agricultura familiar; Criação de marca; Mercado interno (abastecimento); Utilizar as políticas públicas para alcançar mercados institucionais; Utilização dos incentivos fiscais existentes.
Diversificação de produtos	Diversificação de produtos lácteos para melhor competir.
Mão-de-obra	Existência de mão-de-obra especializada.
Empreendedorismo	Atratividade agroindústria para novas empresas; Rede de agroindústria. (produção e comercialização); formalização dos informais.
Pesquisa e desenvolvimento	Atração de jovens pesquisadores; Utilização de tecnologias existentes, adequadas aos pequenos produtores.

Quadro 17 – Oportunidades da Pecuária de Leite Sergipana

Fonte: APL/SE, 2008.

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho foram sistematizadas as informações referentes às ações que já estão sendo executadas ou já planejadas pelas instituições, bem como foram levantadas outras ações de promoção do desenvolvimento do APL de pecuária de leite.

Foi apontada a execução de 75 ações, que foram distribuídas por 09 áreas de atuação. As áreas são: Promoção do mercado (estadual e nacional), Qualidade e agregação de valor, Assistência técnica ao produtor, Inovação tecnológica, Capacitação, Divulgação, Atividades complementares e Crédito. Os recursos já destinados a estas ações são da ordem de R\$ 9,4 milhões e são oriundos das instituições parceiras (ver Tabela 60).

Tabela 60 – Recursos Disponíveis já Identificados por Área de Planejamento – 2008/2009

Área de Planejamento	Nº de Ações	Recursos Disponíveis (R\$)
PROMOÇÃO DO MERCADO (ESTADUAL E NACIONAL)	13	1.242.392,00
QUALIDADE E AGREGAÇÃO DE VALOR	13	3.484.589,20
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR	08	209.260,00
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	12	551.775,00
CAPACITAÇÃO	15	360.360,57
DIVULGAÇÃO	05	30.000,00
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	07	1.560.000,00
CRÉDITO	02	2.000.000,00

Fonte: APL/SE, 2008

O Grupo de Trabalho do APL de pecuária de leite espera que, com o desenvolvimento de ações de fomento, se consiga atingir os seguintes resultados: aumentar a produtividade de leite nas propriedades assistidas em 30% até dezembro/2009; incrementar a recepção de leite resfriado nas fábricas em 30% até dezembro 2009 e; aumentar o número de fábricas sob inspeção em 10% até dezembro de 2009.

Um Novo Olhar sobre os APLs Identificados em Sergipe

Apesar das atividades produtivas identificadas e apontadas ao MDIC pelo núcleo de APL de Sergipe, corresponderem aos arranjos mais significativos do Estado, a forma como estão organizadas espacialmente pode gerar dificuldades no momento da execução das ações de fomento. Essas possíveis dificuldades se originam pelo fato de alguns arranjos, que tem a mesma atividade econômica, enfrentarem realidades distintas, nos territórios em que se situam, exigindo, por isso, ações adequadas a cada realidade, para que os arranjos possam se desenvolver de forma mais eficiente. O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais tem consciência dessa dificuldade. A forma como os APLs foram indicados ao MDIC, foi

uma estratégia utilizada para contemplar um número maior de Arranjos Produtivos do Estado. Destarte, no momento da execução das ações, faz-se necessária uma análise cautelosa de qual realidade exige determinada ação.

As instituições e os APLS em que desenvolvem ações

Em Sergipe são muitas as instituições que desenvolvem ações de apoio ao desenvolvimento local, fortalecendo os APLs existentes no Estado. Ainda que não adotada oficialmente por todas essas instituições, a estratégia de fomento aos arranjos produtivos vem se firmando como predominante e é bem assimilada nos vários fóruns de desenvolvimento setorial local. No quadro a seguir são apontadas as instituições e os APLs em que atuam.

APL	Instituições
Apicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; DEAGRO; SENAC; PRONESE
Artefatos de Madeira e Móveis	BANESE; PRONESE
Artesanato de cerâmica	BANESE; SEBRAE; PRONESE
Carcinicultura	BANESE; BNB; EMBRAPA
Carrocerias	BANESE; PRONESE
Cerâmica Vermelha	BANESE; BNB; FAPITEC; SENAI; PRONESE; SEBRAE
Citricultura	BB; BANESE; BNB; DEAGRO; MBRAPA; PRONESE
Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS; PRONESE
Fruticultura	BB; BANESE; BNB; FAPITEC; EMBRAPA; PRONESE; DEAGRO
Mandiocultura	BB; BANESE; BNB; DEAGRO; EMBRAPA; PRONESE
Ovinocaprinocultura	BNB; BANESE; BNB; CODEVASF; DEAGRO; EMBRAPA; PRONESE
Pecuária do Leite	BANESE; BNB; DEAGRO; CODISE; FAPITEC; UFS; PRONESE
Petróleo e Gás	BANESE; BNB; SEBRAE; SERGIPETEC; UFS; PRONESE
Piscicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA; PRONESE
Rizicultura	BB; BANESE; BNB
Saúde	BANESE; PRONESE
Tecnologia da Informação	BANESE; ITPS; SEBRAE; SERGIPETEC; PRONESE

Quadro 18 – Arranjos Produtivos Locais de Sergipe e Instituições apoiadoras

Fonte: APL-SE, 2008; Elaboração: O autor

No próximo quadro é possível visualizar quais as principais ações desenvolvidas pelas instituições que atuam no fomento a APLs. Neste quadro observa-se que as ações que congregam o maior número de instituições são as que

envolvem capacitação (Capacitação Profissional/Técnica e a Capacitação em Gestão).

ACÕES	Instituição
Capacitação Profissional/Técnica	1- CODEVASF - 4ª SR
	2- DEAGRO
	3- SEBRAE/SE
	4- SENAI
	5- UFS
	6- CODISE
	7- SENAC
	8- EMBRAPA
	9- PRONESE
Capacitação em Gestão	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 – DEAGRO
	3 - SEBRAE/SE
	4 – SENAI
	5 - UFS
	6 – CODISE
	7 – SENAC
	8 – EMBRAPA
	9- PRONESE
Capacitação na Organização de Grupos (associativismo e cooperativismo)	1 - Banco do Nordeste
	2 - CODEVASF - 4ª SR
	3 - DEAGRO
	4 – UFS
	5 – CODISE
	6 – SENAC
	7- PRONESE
Concessão de Crédito	1- Banco do Brasil
	2- Banco do Estado de Sergipe
	3- Banco do Nordeste do Brasil
Fornecimento de infra-estrutura (Prédios e lotes)	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 - DEAGRO
	3 – CODISE
	4- PRONESE
Fornecimento de Equipamentos e Instalações	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 – DEAGRO
	3- PRONESE
Apoio à comercialização	1- SergipeTec
	2 - Banco do Nordeste do Brasil
	3 - SEBRAE/SE
	4 – UFS
	5 - CODEVASF - 4ª SR
	6 - DEAGRO
	7 – SENAC
	8- PRONESE
Aquisição de bens e serviços dos grupos (Uso do Poder de Compra)	1 – SENAC
	2 – PRONESE
OUTRAS	1- CODISE (Fomento à industrialização através do PSDI, com a concessão de apoio fiscal, locacional e infra-estrutura)
	2 - EMBRAPA (Realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, para a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do espaço rural)

Quadro 19 – Principais ações de apoio, desenvolvidas pelas Instituições do APL-SE

Fonte: SEDETEC, 2008

4.4- Limites do desenvolvimento endógeno

Apesar da existência de uma gama de autores que apontam as vantagens do desenvolvimento endógeno, é importante salientar que esse tipo de desenvolvimento, se levado ao extremo, pode ter efeitos negativos.

O desenvolvimento endógeno, como é o caso dos APLs, tem como vantagem a valorização do local, através de acordos entre os atores envolvidos, para a melhoria dos níveis de concentração empresarial e da capacidade e qualidade produtiva, construindo um dinamismo econômico e social.

Não obstante as vantagens dessa estratégia de desenvolvimento, ela enfrenta algumas restrições, pois caso se observe apenas o local, a lógica da atividade econômica pode ser perdida, já que, sem a análise da cadeia produtiva em que a atividade está inserida, fica difícil definir estratégias competitivas e fortes o suficiente para impedir que o local se esmaeaça diante do primeiro confronto com competidores externos. Vale lembrar que o “localismo” exacerbado pode prejudicar relações com agentes externos, os quais poderiam ser parceiros de grande importância para competição com concorrentes externos.

É importante explicitar que a concorrência externa ocorre não apenas na colocação da produção local no mercado externo, mas principalmente na entrada de concorrentes no mercado local. Neste caso, se a produção local não tiver competitividade, certamente terá que se adaptar à nova realidade ou acabará sendo expulsa do mercado. E mesmo que tentem se adaptar, caso os concorrentes externos entrem no mercado de forma abrupta, talvez não haja tempo hábil para essa adaptação, o que fatalmente levará ao fracasso dos empreendimentos locais.

Para que os empreendimentos locais possam se manter no mercado, faz-se necessária a identificação dos pontos de onde emana a dinâmica da atividade que se pretende adensar localmente, permitindo uma visão mais ampla da lógica do mercado, o que irá possibilitar o enfrentamento da concorrência a partir de ações proativas, ao invés de se insistir na simples reação aos acontecimentos.

O fio condutor desta discussão deve ser a busca pelo equilíbrio entre a endogenia e a exogenia. De acordo com Amaral Filho (2004), um grande desafio é conseguir extrair o melhor de cada modelo, ou seja, obter as vantagens do modelo endógeno e exógeno, que são:

Endógeno – mobilizar a inteligência local, fortalecer o capital social, estimular o sistema local de inovação, mobilizar a poupança local, estimular o empreendedorismo, criar massa crítica e estruturas empresariais, estimular a aprendizagem específica e coletiva, fortalecer a auto-estima e o orgulho coletivo e fortalecer a identidade cultural.

Exógeno – rapidez nos resultados queimando etapas, por poder contar com uma poupança (externa) já existente, além de poder se beneficiar de uma tecnologia e organização já avançadas.

Em resumo, o objetivo seria endogeneizar o modelo exógeno, por meio da integração produtiva e exogeneizar o modelo endógeno, através da organização dos territórios e da promoção dos “APLs”. A partir da união de esforços em prol da identificação e correção de possíveis distorções existentes nas políticas públicas pró-desenvolvimento, guiando-se pelo modelo endógeno, especificamente no apoio aos APLs, pode-se obter um ganho de competitividade muito grande, gerando um desenvolvimento do estado de Sergipe, crescente e sustentável ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação teve como foco principal investigar o desenvolvimento econômico através da análise das diversas teorias e modelos de desenvolvimento existentes.

Entre as várias teorias de desenvolvimento que surgiram ao longo dos anos, merecem destaque os Pólos de Crescimento, a Causação Circular Cumulativa, os Efeitos para Frente e para Trás, a Teoria das Etapas de Crescimento e a Teoria da Dependência.

Todos os modelos e teorias são de grande importância para se formular estratégias e políticas de desenvolvimento econômico e social. Mas a partir de efeitos sociais que foram em grande parte perversos, constatou-se uma contínua decepção com as políticas de desenvolvimento regional que foram implementadas com base nas muitas teorias existentes.

Com isso, percebe-se a necessidade de uma análise cautelosa das especificidades locais para se poder aplicar o modelo mais adequado a cada realidade. Um modelo que tem sido muito difundido no Brasil é o de desenvolvimento endógeno, ou seja, o desenvolvimento passa a se dar de baixo para cima, a partir do aproveitamento das potencialidades existentes em cada território.

No Brasil, o conceito que vem sendo analisado e adotado como política estratégica de desenvolvimento econômico e social de forma sustentável é o de Arranjo Produtivo Local (APL). O discurso no qual se justifica a ampla utilização

desse modelo são as diversidades naturais, históricas, sociais, culturais e econômicas, existentes em um país de proporções continentais.

O Governo de Sergipe, desde o início de 2007, vem priorizando a implementação de políticas pró-desenvolvimento. Uma importante estratégia de desenvolvimento do Estado é a articulação com o MDIC e vários parceiros que apóiam Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Verifica-se que as atividades econômicas podem ser melhor incentivadas dentro da visão de APL, pois permitem aos territórios adaptarem suas estratégias às suas peculiaridades produtivas de forma a potencializá-las, criando uma sinergia entre os atores locais facilitada pela proximidade geográfica.

Essa mesma proximidade permite ainda uma fácil e rápida identificação dos possíveis empecilhos existentes ao seu desenvolvimento, possibilitando resolvê-los de forma ágil e eficaz.

Sendo assim, a partir da identificação das vocações territoriais, pode-se articular o crescimento dos APLs, o que irá maximizar as potencialidades econômicas e reduzir os obstáculos, ampliando os fatores de competitividade dos mesmos e os levar, com apoio de diferentes agentes de governança, ao enfrentamento da competitividade global, promovendo, conseqüentemente, um desenvolvimento sócio-econômico crescente e sustentável.

Apesar da nova lógica do desenvolvimento regional estar ligada às visões de apoio ao desenvolvimento local, nem sempre se encontram as condições objetivas para um imediato apoio aos APLs, principalmente pelo fato destes se encontrarem submersos numa emaranhada rede de relações entre os diversos atores.

Destarte, para se atingir o objetivo de estruturar ações que permitam gerar a competitividade dos territórios, é preciso sempre ter como foco aproveitar o melhor dos modelos endógeno e exógeno, ou seja, aproveitar a integração produtiva do modelo endógeno, organizar os territórios, e promover os “APLs” através do modelo exógeno.

A partir da união de esforços em prol da identificação e correção de possíveis distorções existentes nas políticas públicas pró-desenvolvimento, guiando-se no modelo endógeno, especialmente através do apoio aos APLs e articuladas com as realidades existentes nos território sergipanos, pode-se obter um significativo ganho de competitividade nas atividades produtivas do Estado, gerando um desenvolvimento do estado de Sergipe, crescente e sustentável ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Obstáculos ao desenvolvimento territorial brasileiro**. Gazeta Mercantil, São Paulo – 13 mar. 2002. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2002/Obstaculos_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2008.

ANDRADE, J. Roberto L. O papel do local no desenvolvimento regional: proposições e limites. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 183-197.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 14, dez. de 1996. p. 35-73

_____. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Anais da ANPEC, XXVII Encontro nacional da ANPEC: Belém-Pará, 1999.

AMARAL FILHO, Jair do, et al. **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: Casos do Ceará**. In: Seminário Internacional Políticas para Sistemas Produtivos Locais de MPME, 2002, Rio de Janeiro, 2002

APL-SE, **Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe**. <<http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2008

ARBIX, Glauco. **Arranjos Produtivos Locais e a ação do Governo Federal no Fomento às Pequenas Empresas**. São Paulo, 21 slides, color. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/apresentacoes/Apresentacao_apl.ppt> . Acesso em: 13 jun. 2008.

BARAN, Paul A. Economia política do subdesenvolvimento. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 83-98.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

BOISIER, Sérgio. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa-preta e o Projeto Político. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 13, p. 111-145. 1996.

BRANDÃO, Carlos. Estratégias concertadas de desenvolvimento regional: os novos desafios de análise e de ação. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 155-181.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 18, ago. 2007.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Aglomerações, cadeias e sistemas produtivos e de inovações locais. In: **Cluster - Revista Brasileira de Competitividade**. Belo Horizonte v.01, n.01, abr./jul. 2001a.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira. In: **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro v.05, p. 103-136, 2001b.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M. M. et al (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CAVALCANTE, Luiz R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Salvador, 200-. Disponível em <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B154AA74B-1E28-4D28-8AD7-BE98567026BE%7D_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 18, ago. 2007.

CORAGGIO, J. L. **Territórios em Transición: Crítica a la Planificación Regional en América Latina**, Quito: Cuidad, 1987.

DINIZ, Clélio C. **Globalização, Escalas Territoriais e Política Tecnológica Regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20168.pdf>>. Acesso em: 21, mai. 2007.

DINIZ, Clélio C.; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. **Repensando a industrialização nordestina: potencialidades e desafios**. Nova Friburgo, s.n., (200-).

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: G. Dosi (org.), **Technical change and economic theory**. Londres, Pinter Publishers, pp. 221-38, 1988.

FEITOSA, Cid O. Do regional ao local: uma transição conceitual. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 131-154.

FIES, Federação das Indústrias do Estado de Sergipe. **Sergipe: Dinâmica Recente e Perspectivas do Setor Industrial**. Aracaju, 2007.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 314-341.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KAKUTA, Suzana. **O Papel das Agências de Fomento**. Publicação da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento. Salvador, Edição 233 – maio/junho de 2007. Disponível em <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BB37FB620-E7A8-4B5C-B369-5D8E375FE9C4%7D_O%20papel%20das%20Ag%C3%Aancias%20de%20Fomento.pdf>. Acesso em: 18, ago. 2007.

KUZNETS, Simon. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 141-158.

LIMA, J. P. Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas. In: **Análise Econômica**. Porto Alegre, Mar-set, 1994. Disponível em <http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_94/POL-LIM.pdf>. Acesso em: 18, ago. 2007.

LIMA, Adelaide; LIMA, Carmen; MATTA, João. **Finanças de proximidade: um modelo de financiamento para arranjos produtivos locais**. 200-. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B06D3ACB9-7061-4A45-862D-D79A3CD546F9%7D_Finanças%20de%20proximidade%20-%20um%20modelo%20de%20financiamento%20para%20APLs.pdf>. Acesso em: 31, ago. 2008.

MARION FILHO, Pascoal J.; SONAGLIO, Cláudia M. A Inovação Tecnológica em Arranjos Produtivos Locais: A Importância da Localização e das Interações entre Empresas e Instituições. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 2, abr-jun. 2007. p. 306-318.

MDA, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>>. Acesso em: 13, jul. 2008

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=937> >. Acesso em: 10 jun. 2008.

MELO, Ricardo O. Lacerda de. HANSEN, Dean Lee. Desenvolvimento regional e local: exploração de novas abordagens. In: _____. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 7-30.

MORALES, F. Xavier Molina; NAVARRO, M. Ángel López; GUIA-JULVE, Jaume. **The Role of Local Institutions as Intermediary Agents in the Industrial District**. *European Urban and Regional Studies* 9(4), p. 315–329, s.n., 2002.

MOWERY, D. C. & NELSON, R. R. (Eds.) **Sources Of Industrial Leadership - Studies Of Seven Industries**. Cambridge University Press, Inglaterra, 1999.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: UFMG Biblioteca Universitária, 1960.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 263-277.

PAIVA, Carlos A. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Documentos FEE n. 59. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_59.pdf>. Acesso em: 17, out. 2007.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 97-110.

PORTER, Michael. **Clusters e competitividade**. Revista HSM Revista, São Paulo, n.15, p. 100 a 110, jul – ago 1999.

PROCHNIK, V. Cadeias produtivas na política de ciência, tecnologia e inovação. In.: **Conferência Nacional de C&T para Inovação: regional sudeste**. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. In: OSAL: Observatório Social da América Latina. Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Termo de Referência para Mobilização de Arranjos Produtivos Locais**. Versão 2.05, 30 de outubro. Brasília, 2002.

SEDETEC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Sergipe: Um Estado de Grandes Oportunidades**. Aracaju: s.n., 2007

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe (PDTP)**. Aracaju: s.n., 2007.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (PDE)**. Aracaju, 137 slides color. 2007.

SERRA, Maurício A.; MACIEL DE PAULA, Nilson. **Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais**. CMDE/UFPR 2006. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2006/APLmauricio&nilson.pdf>>. Acesso em: 13, abr. 2008.

VALE. **Potássio: Unidade Industrial da jazida Taquari-Vassouras**. Disponível em: <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=472008>. Acesso em: 30, jun. 2008

VINER, Jacob. A economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 17-39.

APÊNDICE A

Lista dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe Indicados ao MDIC como prioritários e respectivas localizações

APL	Territórios	Municípios
Pecuária do Leite	Alto Sertão Sergipano	Nossa Senhora da Glória
		Canindé do São Francisco
		Gararu
		Monte Alegre
		Nossa Senhora de Lourdes
		Poço Redondo
		Porto da Folha
Confecções e Artesanato de Bordado	Baixo São Francisco	Amparo de São Francisco
		Canhoba
		Cedro de São João
		Japoatã
		Malhada dos Bois
		Muribeca
		Propriá
		Santana do São Francisco
		São Francisco
		Telha
	Médio Sertão	Aquidabã
		Gracho Cardoso
		Itabi
	Alto Sertão	Gararu
		Nossa Senhora de Lourdes
		Porto da Folha
	Sul Sergipano	Itabaianinha
	Centro Sul	Lagarto
		Tobias Barreto
Piscicultura	Baixo São Francisco	Amparo de São Francisco
		Brejo Grande
		Canhoba
		Cedro de São João
		Ilha das Flores
		Japoatã
		Malhada dos Bois
		Muribeca
		Neópolis
		Pacatuba
		Propriá
		Santana do São Francisco
		São Francisco
	Telha	
	Alto Sertão	Canindé do São Francisco
		Gararu
		Monte Alegre
		Nossa Sra. Da Glória
		Nossa Sra. De Lourdes
		Poço Redondo
	Médio Sertão	Porto da Folha
		Aquidabã
		Graco Cardoso
		Itabi
	Leste Sergipano	Nossa. Sra. Das Dores
		Capela
		Japaratuba
		Pirambu

Continua

Continuação

APL	Territórios	Municípios
Ovinocaprinocultura	Alto Sertão	Canindé do São Francisco
		Gararu
		Monte Alegre
		Nossa Senhora da Glória
		Poço Redondo
		Porto da Folha
	Agreste	Carira
		Pinhão
	Centro Sul	Lagarto
		Poço Verde
		Riachão do Dantas
Simão Dias		
Tobias Barreto		
Fruticultura	Baixo São Francisco	Neópolis
		Japoatã
		Pacatuba
		Santana do São Francisco
Apicultura	Alto Sertão	Canindé do São Francisco
		Gararu
		Monte Alegre
		N. Sra. da Glória
		Poço Redondo
		Porto da Folha
	Leste Sergipano	Capela
		Japaratuba
	Grande Aracaju	Aracaju
		Barra dos Coqueiros
		Nossa Senhora do Socorro
Mandiocultura	Centro-Sul Sergipano	Riachuelo
		Lagarto
		Riachão do Dantas
	Agreste Sergipano	Simão Dias
		Campo do Brito
		Frei Paulo
		Itabaiana
Tecnologia da Informação	Grande Aracaju	São Domingos
Cerâmica Vermelha	Baixo São Francisco	Aracaju
		Propriá
		Santana do São Francisco
	Agreste Central	Telha
		Areia Branca
		Campo do Brito
	Sul Sergipano	Itabaiana
		Estância
		Itabaianinha
		Tomar do Geru
	Petróleo e Gás	Grande Aracaju
Aracaju		
Itaporanga D'Ajuda		
Riachuelo		
São Cristóvão		
Santo Amaro das Brotas		
Sul Sergipano		Estância
Leste Sergipano	Carmópolis	
	Japaratuba	

APÊNDICE B

Outros APLs Identificados em Sergipe e respectivas localizações

APL	Territórios	Municípios
Artesanato de Cerâmica	Baixo São Francisco	Santana do São Francisco
Artefatos de Madeiras e Móveis	Grande Aracaju	Aracaju
		São Cristóvão
	Centro Sul Sergipano	Nossa Senhora do Socorro
Carrocerias	Agreste Central	Lagarto
Rizicultura	Baixo São Francisco	Itabaiana
		Brejo Grande
		Cedro de São João
		Ilha das Flores
		Japoatã
		Neópolis
		Pacatuba
		Propriá
Citricultura	Sul Sergipano	Telha
		Araúá
		Boquim
		Cristinápolis
		Estância
		Indiaroba
		Itabaianinha
		Pedrinhas
		Salgado
		Santa Luzia do Itanhy
		Tomar do Geru
Carcinicultura	Grande Aracaju	Umbaúba
		Aracaju
		Barra dos Coqueiros
		Itaporanga D'Ajuda
		Nossa Senhora do Socorro
		Santo Amaro das Brotas
	São Cristóvão	
Baixo São Francisco	Brejo Grande	

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)